

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

**O IMPOSSÍVEL NO CAMPO DO SUJEITO:  
LINGUAGEM, PULSÃO E ÉTICA**

CAMILA CARPES CHAFIC HADDAD

Rio de Janeiro  
2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**O IMPOSSÍVEL NO CAMPO DO SUJEITO:  
LINGUAGEM, PULSÃO E ÉTICA**

Camila Carpes Chafic Haddad

Programa de Pós Graduação em Teoria Psicanalítica  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Instituto de Psicologia  
Curso de Mestrado em Teoria Psicanalítica

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Costa-Moura

Rio de Janeiro  
2008

O IMPOSSÍVEL NO CAMPO DO SUJEITO:  
LINGUAGEM, PULSÃO E ÉTICA

Camila Carpes Chafic Haddad

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Fernanda Costa-Moura - Orientadora  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Anna Carolina Lo Bianco  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Francisco Leonel Fernandes  
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro  
2008

HADDAD, Camila Carpes Chafic.

O impossível no campo do sujeito: linguagem, pulsão e ética / Camila Carpes Chafic Haddad. -  
Rio de Janeiro: 2008.

XI, 131 f.: 29,7cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas/ Instituto de Psicologia/ Programa de Pós Graduação em Teoria Psicanalítica- UFRJ, 2008.

Orientadora: Fernanda Costa-Moura

1. Psicanálise. 2. Impossível 3. Linguagem. 4. Pulsão 5. Ética. I. Costa-Moura, Fernanda. II.  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Psicologia,  
Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. III. Título

*Aos meus pais, Jorge e Sonia, pelo apoio cotidiano e pelas respostas e não-respostas aos meus porquês.*

*Ao Saulo, por todo amor e pelo que aprendemos um com o outro a cada dia.*

## AGRADECIMENTOS

À Fernanda Costa-Moura, por me aproximar da leitura de Lacan através dos grupos de estudo e pesquisa sempre instigantes, por sua orientação atenta que tornou possível a efetivação deste trabalho, por fazer parte de minha formação como analista.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Teoria psicanalítica da UFRJ, especialmente à Anna Carolina Lo Bianco, por seu empenho inspirador em transmitir a psicanálise na Universidade e à Ana Beatriz Freire, pelos apontamentos precisos durante o exame de qualificação.

Ao Paulo Sérgio, por sua escuta sensível que me levou a fazer diferente quando eu achei que não podia.

Aos meus irmãos, Rodrigo e Juliana, por serem mais que irmãos, meus grandes amigos.

Aos amigos psicólogos e psicanalistas, pelas grandes possibilidades de interlocução e por compartilharem minhas angústias e meu entusiasmo ao longo da elaboração desta dissertação.

Aos amigos não psicólogos, pelo apoio e interesse a respeito do que é o fazer do psicanalista e também pelos momentos de diversão e de não pensar em nada.

À Capes, pelo incentivo financeiro concedido.

## RESUMO

Esta dissertação visa circunscrever algumas reflexões acerca da relação do sujeito com o impossível, introduzido pela linguagem e refletido na pulsão, para entrever que conseqüências éticas podem ser extraídas daí. Ao longo de toda sua obra Freud destacou que a psicanálise não pode prescindir da dimensão do real na sua práxis porque o sujeito do inconsciente, seu objeto de investigação, aparece aí mesmo, no encontro com a exterioridade radical, o impossível de dominar. Lacan, em seu ensino esforça-se para “restaurar a sega cortante” da verdade freudiana, tratando o Real a partir do Simbólico, na medida em que se dá conta de que a linguagem tem incidência de corte no sujeito. A relação do sujeito com a linguagem não é nunca indiferente: o impossível introduzido aí produz paixão, *pathos* no sujeito. É a pulsão que advém desse modo, como conseqüência do jogo significante; a pulsão e seu caráter demoníaco de repetição. Destacaremos que diante do impossível o sujeito é sempre convocado a se posicionar: no mesmo ponto onde ele pode lançar-se mais uma vez na repetição, num gozo infrutífero, há um espaço que permite que ele responda de outro lugar, isto é como sujeito desejante, responsabilizando-se por sua condição de sujeito assujeitado pela linguagem e pela pulsão. No entanto, para que o desejo realmente vigore, um posicionamento ético do sujeito deve estar presente.

Palavras-chave: Psicanálise; Impossível; Linguagem; Pulsão, Ética.

## RÉSUMÉ

Cette dissertation a pour but de circonscrire quelques réflexions sur le rapport du sujet à l'impossible qui s'y introduit par le langage et se reflète sur la pulsion, afin d'entrevoir les conséquences éthiques que l'on peut en tirer. Tout au long de son œuvre, Freud a souligné que la psychanalyse, dans sa praxis, ne peut se passer de la dimension du réel, car le sujet de l'inconscient, son objet d'investigation, c'est bien là qu'il surgit, dans la rencontre avec l'extériorité radicale, l'impossible à dominer. Lacan s'efforce, dans son enseignement, de "restaurer le soc tranchant" de la vérité freudienne, en traitant le Réel à partir du Symbolique, dans la mesure où il se rend compte que le langage a un effet de coupure sur le sujet. Le rapport du sujet au langage n'est jamais indifférent : l'impossible y introduit suscite chez le sujet la passion, le *pathos*. C'est la pulsion qui advient ainsi, en conséquence du jeu signifiant; la pulsion et son caractère démoniaque de répétition. Nous signalerons que face à l'impossible, le sujet est toujours appelé à prendre position: au point même où il peut se lancer, une fois de plus, dans la répétition, dans une jouissance infructueuse, il y a un espace qui lui permet de répondre autrement, c'est-à-dire, en tant que sujet désirant, responsable de sa condition de sujet, assujetti par le langage et par la pulsion. Néanmoins, pour que le désir soit vraiment en vigueur, un positionnement éthique du sujet doit être présent.

Mots-clé : Psychanalyse; Impossible; Langage ; Pulsion ; Éthique

*“A gradual deseroização de si mesmo é o verdadeiro trabalho que se labora sob o aparente trabalho, a vida é uma missão secreta. Tão secreta é a verdadeira vida que nem a mim, que morro dela, me pode ser confiada a senha, morro sem saber de quê. E o segredo é tal que, somente se a missão chegar a se cumprir é que, por um relance, percebo que nasci incubida - toda vida é uma missão secreta.*

*A deseroização de mim mesma está minando subterraneamente meu edifício, cumprindo-se à minha revelia como uma vocação ignorada. Até que me seja enfim revelado que a vida em mim não tem o meu nome.*

*E eu também não tenho nome, e este é o meu nome. E porque me despersonalizo a ponto de não ter o meu nome, respondo cada vez que alguém disser: eu.*

*A deseroização é o grande fracasso de uma vida. Nem todos chegam a fracassar porque é tão trabalhoso, é preciso antes subir penosamente até enfim chegar a altura de poder cair- só posso alcançar a despersonalidade da mudez se eu antes tiver construído toda uma voz. Minhas civilizações eram necessárias para que eu subisse a ponto de ter de onde descer. É exatamente através do malogro da voz que se vai pela primeira vez ouvir a própria mudez e a dos outros e a das coisas, e aceitá-la como a possível linguagem. Só então minha natureza é aceita, aceita com o seu suplício espantado, onde a dor não é alguma coisa que nos acontece, mas é o que somos. E é aceita a nossa condição como a única possível, já que ela é o que existe, e não outra. E já que vivê-la é a nossa paixão.(...)”*

**Clarice Lispector**

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	1
<b>Capítulo 1 – Os nomes do Real em Freud</b>	
Cortando com conceitos.	16
O real da verdade histórica é de outra ordem.	21
Sonhos, transferência e pulsão: o impossível na clínica.	31
O estranho da pulsão de morte.	36
Sujeito assujeitado pela repetição: o que pode advir de uma análise?	39
<b>Capítulo 2 – A linguagem como trauma: os efeitos da marca significante</b>	
Restaurando a ‘sega cortante’ da verdade freudiana: a psicanálise como prática de linguagem.	46
O Simbólico enquanto operador discursivo.	49
Freud, Saussure e Lacan nas trilhas do significante.	53
Um desígnio tão funesto...	58
Sujeito falante, sujeito faltante: linguagem, trauma e divisão.	64
O impossível como causa do desejo.	77
<b>Capítulo 3 – O real da pulsão e as vicissitudes do sujeito acéfalo.</b>	
Freud e o <i>pathos</i> da pulsão: o que faz real para o sujeito?	86
A função da repetição na sirgagem do sujeito.	89
Desmontando a pulsão.	95
A sexualidade faz furo na verdade.	99

O assassinato do pai, a pulsão de morte e o sentimento de culpa. _____	107
<i>das Ding</i> : o impossível no encontro com o objeto. _____	113
A pulsão é o <i>Diabolous</i> no corpo. _____	116
<b>Conclusão: Considerações sobre responsabilidade e ética.</b> _____	121
<b>Referências Bibliográficas</b> _____	132

## INTRODUÇÃO

“O mestre interrompe o silêncio com qualquer coisa, um sarcasmo, um pontapé. (...) Cabe aos alunos, eles mesmos, procurar a resposta às suas próprias questões.

(...) O pensamento de Freud é o mais perpetuamente aberto à revisão. É um erro reduzi-lo a palavras gastas. Nele cada noção possui vida própria. É o que se chama precisamente a dialética.”

(LACAN, 1953a, p.9)

Tomando como ponto de partida as primeiras palavras da abertura do primeiro Seminário de Lacan, me lancei neste trabalho. Estes dizeres foram minha porta de entrada para a leitura de Lacan e foi justamente a interrupção desconcertante provocada por eles que me convidou e me convida a cada vez mais procurar respostas, questionar. Convida, sobretudo, a trabalhar, instigada por e implicada com minhas próprias questões.

A fala do seminário que dizia ser um erro tremendo reduzir o pensamento de Freud a palavras gastas, soou para mim com uma estranha familiaridade, já que eu constantemente repetia a experiência de reler os textos freudianos e fechar o livro com a sensação de que o texto, mais uma vez, e quantas vezes mais eu lesse, havia me surpreendido com algo de novo. Dessa maneira, em um primeiro momento, minhas questões circundavam a vasta riqueza do texto freudiano. Em seguida passei a interrogar as palavras de Lacan: que tipo de revisão da obra de Freud ele propunha e o que, depois de Freud, ele tinha a acrescentar: era o que eu me perguntava.

Movida por esta indagação, logo começo a me dar conta da sensível especificidade do retorno a Freud empreendido por Lacan. O legado de Freud, a verdadeira riqueza de sua obra fora a construção da psicanálise como um discurso que dá lugar à falta, ao impossível, ao inantecipável que atinge o sujeito. Esta verdade intrigante lançada por Freud e de certa forma abandonada pelos que lhe sucederam, Lacan procurava agora, restaurá-la.

Lacan resgata, a seu modo, esta essência da Psicanálise, retomando os conceitos freudianos, insistindo em sua revisão. Busca articulação a outros moldes referenciais, externos à psicanálise - lingüística, matemática, estruturalismo - que pudessem lhe dar o substrato necessário para reforçar a importância e a radicalidade das colocações freudianas. Ele desejava injetar novamente na psicanálise aquilo que da hiância do real havia sido obturado pelo pós-freudismo. E ele não pára por aí. Lacan continua seu percurso nessa direção do real, mas desta vez em seu nome, com aquele que, segundo ele, seria o único conceito realmente inventado em seu ensino, o objeto *a*, objeto que marca a presença da falta de um objeto resolutivo para o sujeito, mas que é também e ao mesmo tempo, objeto causa do desejo.

Apoiado nas palavras de Freud e prosseguindo de onde ele parou, Lacan vai além e com isso reinventa a psicanálise. Ele reinventa a psicanálise, embora admita que “É desagradável que cada psicanalista seja forçado - já que é preciso que ele seja forçado a isso - a reinventar a psicanálise.” (LACAN, 1978, p.67). Destaco desta proposição, que o constrangimento à reinvenção da psicanálise, só se impõe ao analista porque algo da ordem do impossível coloca-se desde sempre na base do discurso psicanalítico. Se não fosse assim, não seria preciso reinventar, apenas repetir-se-ia o

mesmo. Ser forçado à reinvenção tem seu quê de ‘desagradável’, na medida em que obriga o sujeito a lidar com o que há de desconhecido em si mesmo - em última instância ele lida com o real que lhe assola- mas ela é, concomitantemente, a única via de trabalho possível na psicanálise.

Com este trabalho, pretendo colocar em causa aquilo que ao longo de meu estudo pude constatar ser o ponto cerne da psicanálise – ponto que inscrito por Freud e reinscrito por Lacan, distingue o discurso psicanalítico de qualquer outro discurso - ainda que constantemente seja tamponado não apenas na clínica de neuróticos, mas pelo próprio meio psicanalítico: a questão do real como impossível. Do real, diz Lacan, “não na qualidade de simples escolho contra o qual quebramos a cara, mas de escolho lógico daquilo que do simbólico, se enuncia como impossível.” (LACAN, 1970, p.116). Vale a pena pontuar, que somente temos notícia do real, naquilo que ele comparece como efeito no plano do sujeito, nas marcas deixadas e, mais especificamente, nos impasses colocados pela linguagem. É desta relação do sujeito com o real que lhe afeta, que esta dissertação pretende tratar.

Visto que a explanação dar-se-á em torno da dimensão do real, o alvo aqui mirado é muito mais a articulação de questões fundamentais e caras à psicanálise - que a meu ver não serão nunca esgotadas, muito menos taxativas - do que propriamente responder ou solucionar o problema colocado. Sendo assim, me proponho a operar com algumas interrogações ao longo da dissertação, cada uma delas dizendo respeito aos capítulos que serão aqui desenvolvidos: Qual é o ponto de partida de Freud, e como se dá a construção da psicanálise como discurso inédito que leva em conta o sujeito do inconsciente na sua confrontação com o real? De que maneira o real comparece para o

sujeito em sua relação à linguagem, e como esta relação marca a estrutura do sujeito? O que se estabelece entre o sujeito e o real inescapável que lhe atinge, isto é, como é que o sujeito posiciona-se diante desta contingência real? E para concluir, qual é a direção que a psicanálise propõe diante do impossível para qual o real aponta?

O primeiro capítulo inicia com a constatação de que a Psicanálise desde sua origem é definida como um discurso que, ao tomar o inconsciente como sede de investigação, implica, fundamentalmente, em um descentramento do sujeito. O capítulo buscará demonstrar como ao longo de toda a sua obra Freud insiste em destacar uma dimensão de exterioridade radical, um impossível de dominar, como estando na base não apenas da constituição, como do aparecimento do sujeito. Para isso, vamos empreender um caminho cronológico - que não deixa de ser lógico – pelos escritos freudianos, que começará por textos pré-psicanalíticos, como “O Projeto para uma psicologia científica” (1895), passando por textos inaugurais, dentre eles, “A interpretação dos sonhos” (1900), e alguns artigos metapsicológicos que interessam enormemente para a discussão do tema, como “A pulsão e seus destinos” (1915). Em seguida, continuaremos nossa investigação por textos que demonstram de maneira mais radical, a questão do real como impossível de tudo dominar que são, entre outros, “Além do Princípio do prazer” (1920), “O mal-estar na civilização” (1930[1929]), e “Análise Terminável e Interminável” (1937). Veremos que ao longo desses textos, o sujeito descentrado não se definirá por uma identidade fechada, pré-estabelecida, mas aparecendo pontualmente nas falhas, lapsos, tropeços, sintomas, sonhos, posto que são estas formações do inconsciente que dão algum sinal do impossível que o constitui.

Observando a histeria inicialmente, Freud dá ouvidos ao sujeito que ali falava e

era ignorado pela comunidade médica. Ele aposta na verdade que os sintomas e perturbações histéricas lhe revelavam. O discurso psicanalítico, dessa maneira, surge na escuta e na escrita de Freud, emboçado por esta verdade que submergia no cientificismo positivista de sua época. O capítulo retoma a palavra de Freud, destacando sua ousadia em “(...) dar importância àquilo que lhe acontecia, às antinomias da sua infância, às suas perturbações neuróticas, aos seus sonhos.” (LACAN, 1953a, p.10). Assim como todos os sujeitos Freud está colocado no meio de todas as contingências. E responde a elas com a psicanálise.

A psicanálise é a resposta de Freud, resposta que descarta qualquer pretensão de chegar aos confins, ao âmago, à origem do psiquismo porque constata bem cedo a impossibilidade desta empreitada; nem por isso porém, deixa de afirmar o psiquismo como objeto de seu estudo e de suas intervenções clínicas. Tentaremos demonstrar como Freud posiciona-se na elaboração de seus conceitos, não paralisando diante dos limites, nem tentando confrontá-los, mas fazendo destes, o móbil de seu trabalho.

No percurso pré-psicanalítico esta questão do impossível já fica bem evidenciada. O interesse de Freud centrava-se no trauma como agente etiológico da doença neurótica, mas sua clínica lhe mostra, de cara, que o trauma permanecia sempre como algo em torno do qual as lembranças giravam, mas cuja redução ou lembrança absoluta era impraticável. Freud operava desde o início com essa impossibilidade de tudo relembrar, de tudo saber e isso terá conseqüências importantes, como veremos, para a fundação do discurso psicanalítico. Após sua tentativa frustrada de fazer da psicanálise um instrumento científico, com o “Projeto”- no qual ele não deixa de fazer colocações muito importantes a respeito da dimensão econômica do funcionamento do

psiquismo, que inclusive retornam, mais tarde, com toda a força em sua obra- Freud afasta-se cada vez mais da ambição de corroborar com provas concretas e factuais, aquilo que se passava na experiência analítica. Com o abandono da teoria da sedução, ele finalmente abdica, senão completamente, em grande parte, da realidade tomada como empírica, objetiva e passa a considerar que o real da verdade histórica era de uma outra ordem, diferente da realidade material: é um real que inscreve lacunas, espaços em branco, incompletudes no sujeito e que por isso não se presta ao conhecimento. O real se faz presente na ausência, na instauração da falta no sujeito.

Freud constata esta presença do real inescapável, mesmo quando está em cheio na dimensão do sentido. É assim em “A interpretação dos sonhos”, quando ele aponta que não importa que se interprete um sonho o mais minuciosamente possível, sempre restará um trecho na obscuridade, o que ele chama de umbigo do sonho. É assim também nos seus textos técnicos, onde a questão da transferência toma a dianteira, representando um movimento de resistência em ato que se opõe à recordação infinita, colocando assim, um limite para a reconstrução narrativa.

Em “Pulsão e suas vicissitudes” de 1915, Freud retoma a dimensão econômica, que ficara adormecida no “Projeto”, situado porém, num outro lugar com relação à Ciência. Corre o risco de lançar mão de um conceito obscuro como o de pulsão, mas afirma seu caráter de convenção, isto é, de um conceito que está referido ao material de observação, do qual parece ter provindo, mas ao qual de fato foi imposto. É importante frisar aqui, que o conceito de pulsão é uma convenção necessária e indispensável à psicanálise, justamente porque denota uma imposição ao sujeito, um constrangimento psíquico do qual ele não pode fugir. A pulsão é esta força interna que permanece no

entanto, como exterioridade radical, já que exerce um certo comando da vida psíquica. Sua pressão é constante, sua fonte é somática, seu alvo é a satisfação e seu objeto é infinitamente variável: é dessa maneira que a pulsão faz com que o aparelho movimente-se em direção a alguma coisa e isto implica, como veremos adiante, um posicionamento ético do sujeito diante deste comando.

O que se vê daqui por diante, é uma aproximação cada vez maior do interesse freudiano pela dimensão econômica do funcionamento psíquico. Lacan defende, ao longo de seu ensino, que este movimento freudiano em direção a energia movimentada pelas pulsões, é o verdadeiro passo ético de Freud. Ele afirma, por exemplo, no Seminário 7, “A Ética da psicanálise”, que nos fatos da neurose indicados pela clínica freudiana, o conflito encontrava-se em primeiro plano e este era desde o início percebido por Freud na dimensão ética (LACAN, 1959, p.49). E continua, dizendo que “o discurso freudiano trilha, no enunciado do problema ético, algo que por sua articulação, permite-nos ir mais longe do que nunca se foi naquilo que é o essencial do problema moral.” (op. cit., p.50)

Embora a energética do aparelho psíquico já interessasse Freud desde o início de seu trabalho, veremos que é com o tema da repetição que a economia, em sua dimensão de exterioridade que invade e determina o sujeito, tomará o verdadeiro vigor. Com a hipótese da pulsão de morte, em 1920, Freud pôde sustentar, desta vez radicalmente, o sujeito que interessa à psicanálise como um sujeito descentrado, isto é, que não se apreende numa identidade, nem na consciência, nem no aparato corporal. O pilar sustentador da psicanálise está, pelo contrário, na constatação de que o sujeito só se apreende na falta. Aí está sua verdade: no nível radical de sujeito ‘assujeitado’ pela

repetição, nas restrições à felicidade impostas pela própria constituição, no masoquismo que lhe é originário. É desse sujeito que a psicanálise vai querer falar.

A finalidade deste primeiro capítulo portanto, é evidenciar através de alguns extratos importantes da obra de Freud, seu esforço constante no sentido de sustentar a psicanálise como um discurso que dá lugar ao real que acossa o sujeito, real este que está num plano diferente da realidade factual. O real de que a psicanálise trata, está no plano do impossível, isto é, da castração que marca o sujeito, que o corta, situando-o na falta; única possibilidade do sujeito advir como tal.

É deste ponto inclusive, que iniciamos o segundo capítulo, afirmando que Lacan retoma Freud na tentativa de restaurar a ‘sega cortante’ de sua verdade (LACAN, 1971, p.235) que fora mascarada pelo próprio movimento psicanalítico que o sucedera. Com Lacan, a psicanálise é reinsertada, sobretudo, como prática de linguagem e a dimensão de corte que a própria linguagem impõe é reintroduzida como sendo fundamental para a sobrevivência da psicanálise, cuja direção vinha sendo desviada para uma terapêutica que tivesse como foco, uma espécie de equilíbrio e harmonização do psiquismo.

Lacan coloca, com perspicácia, desde o primeiro seminário, a importância do registro do sentido para a psicanálise, pois ela opera com a fala num nível onde a verdade não está de acordo com a realidade factual, e é isso que permite que novos sentidos sejam inventados. A realidade inconsciente é formada por sentidos que não são dados, mas introduzidos pela própria verdade, e é somente por isso que uma análise pode produzir efeitos.

Visando pontuar a importância da consideração da fala e da linguagem para a psicanálise, que vinha sendo ignorada, Lacan decide recorrer a alianças fora do campo

psicanalítico. Todavia, como ainda não era o Lacan conhecido e respeitado das décadas seguintes, precisou apoiar-se em conceitos que sustentassem sua posição frente a um meio psicanalítico fechado e resistente em seu objetivo psicologizante. Nesta direção de retomada da verdade freudiana, Lacan aposta inicialmente no conceito de Simbólico para fazer valer seu ensino, conceito este que ele extrai de Lévi-Strauss e modifica-o para chegar à incidência de corte necessária à manutenção da psicanálise. O Simbólico é a função que demonstra que a linguagem não pode ser tratada com indiferença pela psicanálise. Além de articular as leis de funcionamento que regem o psiquismo, o simbólico também propicia o surgimento de algo que foge a essas leis, isto é, um imprevisível, um irrepresentável. É por isso que amarrado ao Simbólico, Lacan desenha as dimensões do Real, como aquém do simbólico, e do Imaginário, como o além do simbólico, sendo o enodamento entre estas três dimensões o que daria origem e determinaria o sujeito.

Neste ponto da explanação, nos utilizaremos de um artigo de Fernandes, intitulado “Sujeito e Linguagem” que versa sobre esta inter-relação entre o Simbólico e o Real, como compondo a cena na qual o sujeito estrutura-se. Este autor chama a atenção para a dimensão do Simbólico, como aquela com a qual os analistas podem e devem trabalhar para chegar ao Real que está aí embutido.

Lacan nos indica uma saída para o conformismo e a estranha calmaria que rondava o círculo psicanalítico: ele sugere uma aproximação da Lingüística estrutural de Ferdinand Saussure, buscando revelar de que forma as considerações sobre a estrutura da linguagem elucidavam o complexo e nada equilibrado funcionamento do inconsciente. Ele, na verdade vai além da lingüística saussureana quando decide

trabalhar com aquilo que falta na língua, visto que é justamente esta falta que revela a estrutura incompleta que dá lugar ao sujeito. Utilizando-se das partículas da linguagem conceituadas por Saussure, o significante e o significado, Lacan inverte o algoritmo que os define (de significado/Significante para Significante/significado), cortando com a idéia de contemporaneidade entre eles e concedendo prioridade e antecedência ao significante. Com Lacan, o significante toma uma maior proporção do que tinha na obra de Saussure, passando a agente da linguagem, enquanto o significado fica reduzido a um mero efeito de sua ação.

Lacan parte, portanto, da afirmação saussureana de que na língua só há diferenças, ou seja, de que cada um dos elementos significantes da língua, só existe e assume seu valor por não ser nenhum dos outros. Realiza, porém, uma apropriação particular da Lingüística com o objetivo de tentar resgatar a essência da psicanálise enquanto prática de linguagem, linguagem esta que em seu interior inclui um impossível de tudo representar, que reside, como veremos, no fato de o significante enquanto tal não significar nada, a não ser que esteja articulado a outros significantes na cadeia. Nos intervalos entre os significantes resta uma hiância, que permanece aberta e indica que no próprio funcionamento da linguagem, o real se faz presente. Com Saussure e com Freud, Lacan conclui que a linguagem é o que introduz uma escansão, um corte na continuidade, na pura diferença do real, marcando as diferenças, mas é também e pelo mesmo motivo, aquilo que denuncia que o real não está em outro lugar senão na própria relação do sujeito com a linguagem.

Para tratar desta questão com mais vivacidade, traremos para a pauta de discussão as considerações de Lacan acerca do conto de Edgar Alan Poe “A carta

roubada”. Embora o formalismo proposto por Lacan neste momento seja mais tarde abandonado por ele, podemos extrair destes apontamentos, questões importantes no que concerne às leis articuladas pela linguagem e à função do significante. Além disso, haverá um espaço aí para pensarmos a questão da responsabilidade do sujeito. Daremos relevância neste capítulo, portanto, às operações articuladas pelo significante, considerando principalmente as pontuações de Lacan no Seminário 3, “As psicoses” (1955c-1956a), no artigo “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” (1957c) e no Seminário 5, “As formações do inconsciente” (1957b-1958a).

O significante é caracterizado nestas asserções de Lacan por uma estranha materialidade: ele é o material da linguagem, mas não é em nada substancial, tanto que em si e sozinho, ele nada mais é que uma denuncia escancarada da falta de significação e compreensão absoluta dos fatos de linguagem. Nesse sentido é que trazemos no segundo capítulo, o ‘sujeito falante como sujeito faltante’. O que decorre do encontro do sujeito com o significante é um trauma porque o real da linguagem, enquanto pura diferença significante atinge o sujeito e este responde tendo que pagar um preço – justamente um preço de trauma, de divisão, de corte - para fazer parte da linguagem e marcar minimamente estas diferenças, através das leis simbólicas com que ela se organiza.

Abordaremos em seguida, este inassimilável ao significante, isto que a linguagem produz, mas que é absolutamente heterogêneo a ela mesma. Veremos que o que resta da operação de linguagem, o que resta dela como presença de uma ausência, é justamente o que a causa, levando a cadeia de significantes a girar. Nesse momento trabalharemos rapidamente o conceito de *das Ding* para reafirmar a idéia de que não há

hipótese freudiana que não leve em conta a incompletude, pois ela, *a Coisa*, representa a perda que sobrevém da tentativa de encontrar o objeto adequado. Lacan ressalta muito bem esta dimensão em seu seminário sobre a ética (1959-1960a), como veremos no terceiro capítulo, enfatizando que este objeto está para sempre perdido. Mais tarde, (Seminário da angústia- 1962-1963) ele aprofunda-se na questão do objeto que resta da operação da linguagem, propondo o conceito de objeto *a*, com o qual concluiremos o capítulo 2. O objeto *a* implica uma parcialidade radical que se faz presente, impondo uma ausência. Como Lacan vai mostrar, ele não apenas marca o sujeito, mas retorna sempre provocando seus efeitos de angústia e causa do desejo.

O terceiro capítulo versará sobre o fato de que a relação do sujeito com a linguagem não é nunca indiferente, ou seja, o impossível introduzido pela linguagem produz corte, produz paixão, *pathos* no sujeito. Abordaremos, desse modo, a pulsão enquanto a força que advém como consequência do jogo significante, ou seja, como aquilo que através da incidência do significante no corpo, dá lugar ao sujeito. O objetivo deste capítulo é trabalhar com o conceito de pulsão, justamente no que ele atesta a relação do sujeito com a linguagem e com o impossível que esta impõe. A pulsão, como veremos, age de acordo com a ética do significante, ela é a própria ética do significante em vigor, isto é, o impossível fazendo girar a cadeia.

Este giro da cadeia determinado pela pulsão, tem sua fonte no irreduzível do real ao significante. Veremos que no final de seu trajeto o sujeito não encontra com a satisfação plena esperada e por isso termina por recorrer ao gozo, extraindo satisfação da própria repetição dos giros na cadeia. O funcionamento pulsional conta com o fato de que o sujeito foge da constatação de sua falta, de sua parcialidade, ele foge do dar de

cara com o impossível que o constitui. As formulações de Lacan sobre a repetição e sobre a pulsão no Seminário a respeito dos quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964) demonstram, no entanto, que o real é um encontro sempre faltoso, e que a própria repetição vai notificar o atravessamento do sujeito pelo real, presentificando, sempre e mais uma vez, o real como perda para o sujeito.

Veremos que o plano da sexualidade, como manifestação do funcionamento pulsional é uma tentativa de tamponar o impossível, através da busca por um objeto que sacie a pulsão, colocando um fim na exigência constante que esta impõe ao psiquismo. Porém, o que ocorre é que a própria sexualidade faz incidir o real como impossível no corpo do sujeito, na medida em que o desejo sexual coloca o Outro na jogada e a partir daí o sujeito não terá mais sossego.

O real que atinge o sujeito, porém, só é o real, que assim nomeamos, só é trauma, porque há ali um sujeito no qual o real produz um efeito de corte, de perda. E este efeito produzido pelo real irá, por sua vez, convocar o sujeito a se posicionar, a responder eticamente. Iremos enfatizar aqui o aspecto ‘demoníaco’ da pulsão revelado por Freud no que tange à pulsão de morte e retomado por Lacan no Seminário da ética (1959-1960a) para falar não apenas da imposição que caracteriza o funcionamento pulsional, isto é, de um interior exterior que faz com que o sujeito seja efeito da pulsão, mas para circunscrever o fato de que esta imposição se dá contando com um certo consentimento do sujeito.

Veremos que o ‘*diabolous*’ da pulsão, ponto sem solução que acomete o sujeito, afasta qualquer possibilidade de que a pulsão se encaminhe no sentido de um Bem Supremo, como propunha a ética Aristotélica, baseada numa moral de equilíbrio e

mediação. Lacan demonstra que o que a pulsão quer é satisfazer-se e nada mais, e para isso, conta com a assinatura do sujeito.

Lacan pontua ainda em seu ensino, e esta pontuação é de uma importância fundamental para a clínica analítica, que é justamente neste irreduzível colocado pelo funcionamento pulsional, que alguma abertura poderá se dar, donde o sujeito poderá advir como desejante ali mesmo onde ele goza e repete. Dito de outra forma é exatamente no ponto onde o sujeito goza e repete, no auge do diabólico da pulsão, que ele pode vir a desejar, porque é neste ponto mesmo, neste ponto limite de assujeitamento, que ele é acossado, chamado a responder, a comparecer como sujeito. O que decidirá o caminho a ser tomado é o próprio posicionamento do sujeito diante deste ponto que o convoca, é sua decisão ética que garante ou não a realização pontual do desejo - pontual, porque o desejo é contingência.

Tomando como referência a célebre frase “O real é aquilo que não cessa de não se escrever” (1972-1973b) vemos que o objetivo deste trabalho foi dar relevo, justamente a esta insistência do real como impossível, que se faz presente na ausência, como marca da castração no corpo do sujeito. O encontro com o impossível promove uma abertura na qual o sujeito pode responder de diversas maneiras: repetindo em compulsão, gozando infrutiferamente, desejando... No entanto, para que esta abertura seja sustentada, para que ela vigore, um posicionamento do sujeito deve estar presente. Posicionamento, sobretudo, ético (no que diz respeito à ética da psicanálise enquanto ética do desejo), estando aqui implicada, a responsabilidade do sujeito pelas conseqüências inantecipáveis que estão para advir deste ato de tomar posição. Portanto, para concluir a dissertação, faremos algumas considerações acerca das implicações

éticas contidas nesta relação do sujeito com o impossível que é demarcado como tal pela linguagem.

Porque se é assim, se o real não cessa de não se escrever, é com esta obstinação que atinge o sujeito em cheio, que se abre alguma possibilidade de trabalho para a psicanálise. Porque é só desse lugar mesmo de sujeito faltante, determinado por algo que vem antes dele e que é no entanto, inantecipável, é nesse ponto específico e único de aceitação da condição objetal, de fracasso diante do Real, que o sujeito poderá colocar-se como tal, em ato. É desse lugar que o sujeito pode enfim desejar e onde é chamado a responsabilizar-se. Esta é a proposta de uma análise: que o sujeito possa posicionar-se eticamente diante dos significantes que constituem o real da sua condição.

## Capítulo 1: Os nomes do real<sup>1</sup> em Freud

### Cortando com conceitos

“Uma coisa é certa: se o sujeito está realmente ali, no âmago da diferença, qualquer referência humanista a ele torna-se supérflua, pois é esta que ele corta de imediato.”

(LACAN, 1965, p. 871)

O campo psicanalítico, desde a sua origem, define-se pelo corte. É do corte com as premissas científicas de seus mestres fisicalistas que se abre para Freud um novo campo de investigações<sup>2</sup>. Ao jovem médico da Viena de fins do século XIX, destinava-se uma promissora carreira como pesquisador; no entanto, ele se deixa levar por questões que estavam para além daquelas colocadas pelo campo acadêmico-científico da época. Pelo que Freud é tocado? O que ele ouve de significativo que o retira de seu centro e o arrasta para o ato de ousadia que é a psicanálise?

Freud ousou, antes de tudo, ouvir a importância daquilo que lhe acontecia: as antinomias de sua infância, suas perturbações neuróticas, seus sonhos, dimensões estas que possuíam pouca ou nenhuma expressão para a medicina. É Lacan quem ressalta este fato, afirmando que Freud está colocado no meio de todas as contingências e diante delas, avança, podendo tirar consequências, vide a invenção da psicanálise. (LACAN, 1953a, p.10) Veremos neste primeiro capítulo, que a Psicanálise só pode advir como

---

<sup>1</sup> Embora o real não seja um conceito freudiano, objetivamos mostrar com esse título que esta dimensão, trazida formalmente como contribuição à psicanálise por Jacques Lacan, já estava bastante evidenciada nas elucubrações de Freud. O Real para Lacan é um dos registros que participam da constituição do psiquismo, através da relação que mantém com os outros dois registros: o Simbólico e o Imaginário. Aparece no ensino lacaniano com faces variadas que no fundo são uma só: o real como *das Ding*, (1959-1960a) isto é, como o que está fora do significado, o real como impossível (1964a) e o real como o que retorna sempre ao mesmo lugar. (1964a) A noção do real como impossível perpassará todo o trabalho, acompanhando o desenvolvimento do tema proposto, mas as outras faces do real também serão exploradas.

<sup>2</sup> Lacan cita a título de exemplo os fisicalistas Brücke, Ludwig, Helmholtz, Du Bois-Reymond, apontando que para eles tudo era explicado pelas forças físicas de atração e repulsão. (Lacan, 1953a, p.10)

discurso, justamente porque leva em conta o contingente, o desconhecido, e mesmo o impossível que é constitutivo do sujeito.

Do início ao fim de seu percurso, vemos Freud conferindo positividade aos fenômenos que se apresentavam no negativo. Ancorado em sua escuta clínica sensível, ele denota uma presença naquilo que aparecia na ausência de sentido, na ausência de consciência; é ali, no sintoma sem explicação, num ato falho fora de propósito, num sonho descabido que o sujeito do inconsciente comparece na sua evanescência. O ato fundador da psicanálise consiste no estabelecimento de uma abordagem do sujeito do inconsciente, abordagem esta que dá lugar ao desconhecido, ao imprevisível e, Lacan o dirá, ao real inescapável que constitui e determina sua estrutura.

Quando falamos de “nomes do real em Freud”, título do capítulo, tomamos a leitura da obra freudiana empreendida por Lacan. Afinal foi Lacan quem propôs a dimensão do Real como um conceito, destacando o quanto esta noção já estava implícita e até mesmo explícita, nos escritos de Freud, sem que tenha sido nomeada desta maneira.

A consideração da dimensão do Real pela psicanálise é o que funda um corte inédito com a esfera do saber científico, na medida em que seu objeto primordial de estudo, o inconsciente, pressupõe um saber que é sempre incompleto, não todo. No entanto, é preciso estar atento à relação complexa entre Psicanálise e Ciência. Porque mesmo que o inconsciente, enquanto objeto de investigação da psicanálise subverta as regras de pesquisa e método científicos, isto não exclui de maneira alguma que o sujeito de que trata a psicanálise, o sujeito do inconsciente, seja correlato ao sujeito da ciência (LACAN, 1965). Lacan entrevê e nos ensina que tanto a ciência como a psicanálise,

iniciam seu percurso no confronto com um determinado real; no entanto, diante deste real psicanálise e ciência operam de maneiras bastante distintas. A psicanálise funda um cavo, um buraco no coração da ciência porque coloca em cena justamente aquilo que tal ciência visa excluir permanentemente de seu espectro de estudo: o sujeito do inconsciente. (ELIA, 1999)

O sujeito do inconsciente é, portanto, efeito do encontro com a dimensão do Real, do impossível de tudo saber, com a falta que incide como um limite à completude almejada e idealizada. E a operação que se produz deste encontro é uma divisão. O sujeito do inconsciente é fundado nesta operação de divisão, de corte.

Assim como para o sujeito, podemos nos arriscar a dizer que esta operação é válida também para a psicanálise. Ela surge do corte com o empirismo, com a psicologização do psiquismo, com a idéia de um indivíduo possuidor de uma identidade específica e pré-determinada, que pode ser moldável, adaptável, ajustável. O sujeito do inconsciente, marcado desde sua constituição como tal pela dimensão do impossível, estará sempre às voltas com a impraticabilidade do exercício de tudo saber sobre si, com a falta de previsão ou garantias, com um estranho que lhe assola de dentro e que o determina em seus pensamentos e atos. São os conceitos freudianos que além de instituírem o efeito de corte, restituem-no ao longo da obra, que fazem com que se mantenha a aposta da psicanálise na constatação de uma impossibilidade na base do psiquismo.

Ao propor uma revisão da obra freudiana, Lacan nos chama a atenção para o teor deste corte empreendido pelo estilo da pesquisa de Freud com relação às outras pesquisas científicas. Ele compara, brilhantemente, a Psicanálise à arte do bom

cozinheiro que sabe cortar bem o animal, destacar a articulação com a menor resistência, lembrando que não é com a faca que o analista disseca, mas com conceitos. (LACAN, 1953a, p.10)

Podemos dizer que, posteriormente, (1964a) Lacan retoma esta dimensão do corte nos quatro conceitos freudianos que considera fundamentais para a psicanálise.<sup>3</sup> O Inconsciente, grande descoberta freudiana, está já de início, em corte com a consciência. Lacan ressalta o fato de que para Freud, o inconsciente era um outro arranjo, uma instância com regras e leis bem específicas, heterogêneas às da consciência.

A Repetição, da mesma forma, está em corte com a representação, em corte com a idéia de que tudo se pode falar, na medida em que seu movimento gira em torno de algo que está para além daquilo que pode ser simbolizado. A repetição corta, sobretudo com o princípio de prazer, pois indica que o para além do princípio de prazer, o empurra para seu eterno fracasso na busca pela satisfação plena.

Já, na Transferência, o que ocorre é que o paciente interrompe a lembrança e deixa-se levar pela atualização de protótipos infantis na figura do analista. Por estar a serviço da resistência, a transferência corta com a associação livre. Outro corte encerrado no conceito de Transferência refere-se à possibilidade de autonomia do sujeito. A transferência é a atualização da realidade sexual do inconsciente e neste sentido, marca a vinculação necessária do sujeito ao Outro, cortando com a idéia de um sujeito do livre arbítrio, de um indivíduo independente.

---

<sup>3</sup> Os quatro conceitos fundamentais são: o Inconsciente, a Repetição, a Transferência e a Pulsão. É interessante notar como neste momento, Lacan também estava em corte com a IPA, o que não é sem importância. Após o que ele chama de sua excomunhão, Lacan é acolhido pela universidade e passa a falar para um público de não-psicanalistas. Este é na verdade um momento de inflexão em seu ensino: é quando Lacan admite que não está mais relendo Freud, mas traçando o seu próprio caminho. 19

E finalmente, a Pulsão - conceito considerado obscuro e difícil, tanto por Freud quanto por Lacan – está em corte com o instinto. O corpo do sujeito é testemunha deste corte, é atingido e afetado por ele, porque a pulsão é na sua origem o desvio do natural, promovido pela dimensão da linguagem no corpo; ela não tem nada de pré-determinado ou pré-inscrito, promovendo assim, efeitos inesperados.

A verdade destacada por Freud a partir do corte de seus conceitos, é que o sujeito é, desde sempre, descentrado. Dito de outra maneira, não haveria uma marca intrínseca ao sujeito que o identificaria; sua presença é inantecipável e enigmática, impossível de prever, controlar ou mesmo, conhecer. Para ir um pouco além, vale afirmar que o sujeito do inconsciente é, nos termos de Lacan, ‘ex-sistência’, isto é, sua existência define-se por uma posição de excentricidade, na medida em que só podemos falar propriamente da existência de um sujeito, na pontualidade de seu advento. O sujeito da psicanálise, portanto, é um corte no que diz respeito à identidade. Ele manifesta-se fora da ordem prevista, na contingência.

Implicado com esta questão do corte promovido pela psicanálise freudiana, Lacan convoca a comunidade psicanalítica a retomar o domínio de Freud como “o da verdade do sujeito. (...) Trata-se da realização da verdade do sujeito, como de uma dimensão própria que deve ser destacada na sua originalidade em relação à noção mesma da realidade. (...)” (LACAN, 1953a, p.31).

A originalidade de Freud, desse modo, está em deslocar a verdade do sujeito da realidade conhecida, factual, para uma realidade que é singular e cheia de lacunas, trazendo para a cena a incompletude inexorável que marca o sujeito. Pois, se a verdade do sujeito é um enigma, haverá aí uma impossibilidade constitutiva de total

autoconhecimento ou auto-revelação. É isso que Freud deseja investigar, é nesta outra realidade que ele aposta seu trabalho.

Um trabalho, no qual uma perda já está implicada desde o início, já que Freud lança mão de um conceito original -o de inconsciente- sem pretensões, no entanto, de esmiuçá-lo em busca de um esclarecimento completo. Com o conceito de inconsciente Freud pretende marcar a presença deste impossível de saber no psiquismo E, justamente por não ser da ordem do cognoscível, é que o inconsciente pode ser analisável. Freud constrói a Psicanálise como uma práxis que leva em conta o próprio limite do saber e que só pode funcionar como dispositivo se opera com este impossível de tudo saber. É, portanto, do corte com o saber, com o previsível que a psicanálise surge e é somente a partir deste que ela se sustenta. Veremos como este efeito de corte aparece na constituição do objeto de investigação da psicanálise - o sujeito do inconsciente - e na elaboração dos conceitos ao longo da obra freudiana.

### **O real da verdade histérica é de outra ordem**

“(…) O homem não pensa com sua alma, como o Filósofo imagina.

Ele pensa porque uma estrutura, a da linguagem - como a palavra o comporta-, porque uma estrutura recorta seu corpo, e que nada tem a ver com a anatomia. Testemunha a histérica.”

(LACAN, 1973a, p.511)

A medicina ouvia a histeria, mas sobre ela nada tinha a dizer. A fala e os sintomas histéricos eram tidos como simulação, fingimentos, na medida em que não se encaixavam nos padrões orgânicos e/ou fisiológicos reconhecidos cientificamente. Como consequência disto, passaram a ser ignorados e discriminados pelos médicos,

sendo reconhecidos, somente como uma intrigante falta de conformidade à regra. Mas, apesar do descaso médico, não deixava de existir ali uma verdade que insistia em ser vista e escutada.

Charcot foi quem trouxe à cena a legitimidade da histeria, afirmando-a como uma entidade clínica. Em suas famosas sessões clínicas na Salpêtrière, Charcot hipnotizava pacientes histéricas, que sob sugestão lembravam e relatavam como e quando seus sintomas haviam aparecido.

Freud é confrontado com a verdade da fala histérica e da encenação de seus atos: na totalidade dos casos, algum trauma psíquico determinava inequivocamente a natureza dos sintomas. A lembrança do trauma não era apagada e permanecia no psiquismo agindo como um ‘corpo estranho’ que se expunha, disfarçadamente, através dos traços sintomáticos. E Freud, confronta-se com esta verdade de tal maneira, que se vê impelido a mudar seu rumo de pesquisa para investigá-la. Freud deseja estudar a histeria, mas não o faz sem trabalho, sem exaustão, sem incertezas, sem arriscar-se:

“Acho que estou mudando muito. (...) Charcot que é um dos maiores médicos e um homem cujo senso comum tem um toque de gênio, está simplesmente desarraigando minhas metas e opiniões. Mas, ele me exaure; quando me afasto, não sinto mais nenhuma vontade de trabalhar em minhas próprias bobagens. (...) Meu cérebro está saciado como se eu tivesse passado uma noite no teatro. Se a semente frutificará um dia, não sei; o que sei é que ninguém jamais me afetou dessa maneira.” (FREUD, 1893a, p. 19, nota do editor inglês).

Em seu retorno à Viena, em 1886, mesmo envolto em incertezas, Freud segue adiante e inicia o atendimento de pacientes histéricas, baseado nas observações e inferências retiradas do tratamento de Anna O, caso de histeria aguda atendido por

Breuer. Em “Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos” (1893b) ele descreve o primeiro protótipo (baseado na hipnose, sugestão e ab-reação dos afetos) do que viria a transformar-se mais tarde no tratamento analítico. É interessante notar como, Freud já visualizava os entraves que se impunham à sua técnica de rememoração, pois o trauma apresentava-se como algo em torno do qual as lembranças giravam, mas cuja redução ou lembrança absoluta era impraticável. Assim, vemos que, ao considerar o trauma, na íntegra, como algo inabordável, o arcabouço teórico e técnico da psicanálise terá de levar em conta os limites intrínsecos à constituição do sujeito, abrindo um espaço, desde o início para aquilo que resta como impossível de representar. É a partir disso que a psicanálise inaugura uma prática que se afasta da compreensão, intelecção ou cura completa da condição patológica do psiquismo humano.

Ainda no mesmo texto (1893b), Freud procura esclarecer como funcionava sua terapia. Alguém que porventura houvesse experimentado um trauma no passado sem, no entanto, haver apresentado reação suficiente a ele, em análise o experimentaria novamente, desta vez sob hipnose, a fim de livrar-se do afeto ligado ao trauma que “estrangulava” o psiquismo. Feito isso, por-se-ia termo a atuação daquela representação. Porém, Freud está ciente de seu limite enquanto terapeuta quando afirma:

“(…) curamos não a histeria, mas alguns de seus sintomas individuais, fazendo com que uma reação *incompleta* se conclua.

(…) A histeria, como as neuroses, tem *causas mais profundas*; e são essas causas mais profundas que estabelecem *limites*, muitas vezes bem apreciáveis, ao sucesso de nosso tratamento. ”(FREUD, 1893b, p.47, grifos meus)

Depois dos “Estudos sobre a histeria” (1895a), onde Freud junto com Breuer

realiza inferências clínicas e descobertas importantes acerca do funcionamento psíquico, ele empreende, desta vez sozinho, uma primeira tentativa de exposição sistemática de suas concepções teóricas. Em “O Projeto para uma psicologia científica” (1895b), Freud se lança na montagem hipotética de um aparelho neuronal movido por uma quantidade em estado de fluxo, no qual o princípio mais fundamental seria o da inércia. Neste princípio, os neurônios tenderiam a livrar-se de toda e qualquer quantidade presente no aparelho. Mesmo que Freud proponha que haja a mediação secundária do princípio da constância que impede a descarga total, é surpreendente como ele já articula aqui que o que determina o sentido da ação do psiquismo, fundamentalmente, não é a busca por um bem-estar pleno, onde o ideal de equilíbrio vigoraria, mas a descarga total de Q (quantidade). O psiquismo estaria orientado numa direção que só leva em conta o real bruto das massas em movimento, buscando eliminá-las. Sendo assim, o aparelho psíquico tenderia à equilibração, mas, sobretudo, tenderia a anular-se na equilibração.

Freud aponta, todavia, para o fato de que o manejo das quantidades implica em certa dependência do outro externo, já que sozinho o sujeito não consegue eliminar a Q que o incomoda, principalmente porque é atingido por estímulos incessantes derivados de seu próprio corpo. É o que ele chama, neste texto de ‘estado de urgência da vida’ (*Not Des Lebens*) ou de ‘desejo’, pressão que impele a descarga e que traz como consequência o aparecimento do Outro do qual o sujeito depende e com o qual precisa comunicar-se para atingir sua meta. É o desamparo, portanto, que primeiramente impulsiona o sujeito a buscar no Outro a realização de uma ação específica voltada para a descarga. Daí por diante, a satisfação que resta desta operação de descarga de Q deixará suas marcas no aparelho, criando assim, um caminho facilitado para a repetição

da experiência.

No próximo acúmulo de energia, o aparelho tenderá a refazer os caminhos deixados por essas marcas. O surpreendente é que mesmo na ausência do objeto procurado, o aparelho cria, inventa uma maneira artificial de satisfazer-se. Freud diz que neste caso, não tem dúvidas de que a “ativação do desejo produzirá algo idêntico a uma percepção, uma alucinação” (FREUD, 1895b, p.372). A tendência a alucinar refuta a tese de que o aparelho psíquico seria bem adaptado como a biologia previa, porquanto atesta sua inadequação à própria demanda interna. O sujeito parece recorrer à alucinação numa tentativa de compensar o fato de que o objeto primeiro, aquele que teria lhe satisfeito de todo e que deveria esperá-lo no final do caminho trilhado, na verdade está para sempre perdido. Nesta defasagem entre a satisfação buscada e a satisfação obtida, o sujeito encontra a falta de completude que o acompanhará a partir daí para todo o sempre e o encaminhará na busca pelos objetos.

Lacan, em seu Seminário 7 - A ética da psicanálise (1959-1960a) atenta para a dimensão da falta como determinante do sujeito, ao realçar no ‘Projeto’ a noção de *das Ding*. O objeto, segundo Freud, seria um complexo dividido em duas partes, sendo *das Ding* o elemento estranho do objeto que é isolado; é a ‘Coisa’ que não se representa, está fora de representação. E, curiosamente, é em torno de *das Ding* que se orienta todo o encaminhamento do sujeito em relação ao mundo de seus desejos. É esse objeto que o sujeito visa reencontrar e que mesmo não encontrando nunca, não desiste de buscar. Neste sentido, o objeto- *das Ding*- enquanto falta no objeto, coloca uma exterioridade irreduzível que atravessa – e mais do que isso – em torno da qual todo um campo, que será (a partir daí) o campo do sujeito, se constitui.

Mais à frente, mediante o avanço empreendido por Lacan, principalmente no que se refere à questão do objeto, veremos como esta construção freudiana já assinala um mais além dos objetos e da representação que é colocado pela própria linguagem e quais as conseqüências éticas no plano do sujeito de seu encontro com *das Ding*.

Por hora, basta marcar que é no mínimo espantoso que um texto tão contundente quanto o “Projeto para uma psicologia científica” (1895b) tenha sido ativamente engavetado por Freud. Fica a impressão de que ao frustrar-se na tentativa de fazer da psicologia uma ciência natural, Freud depara-se com a real impossibilidade de transformar seus estudos numa ciência positiva, já que o que se apresentava para ele era da ordem dos efeitos de uma negatividade- referida a ausência do objeto adequado- na constituição do sujeito.

Decerto, os temas levantados pelo Projeto já apontam para teorias que viriam a ser desenvolvidas *a posteriori* à luz da chamada “virada teórica de 1920”. Mas é com a elaboração dos conceitos de pulsão de morte, compulsão à repetição, masoquismo originário, entre outros, que Freud deixa-se mais efetivamente tocar pelo ‘estranho’ contido na verdade do sujeito.

Assim como o prisioneiro do sofisma introduzido por Lacan em um de seus escritos (O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada, 1945), ao colocar em causa a verdade do sujeito, Freud, passa por tempos lógicos para chegar ao momento de inauguração da psicanálise. Ele vai do ‘instante de ver’ os sintomas histéricos - ainda na Salpêtrière, acompanhando Charcot - à constatação lógica de que, por trás deles havia um acontecimento traumático.

Em seguida, dedica-se ao ‘tempo para compreender’ o trauma, para entender

porque este permanecia para o sujeito como um corpo estranho, algo intolerável, precisando ser rechaçado, recalçado. Freud, de certa maneira, já entrevê que o que está em jogo na histeria mantém relação direta com o real da sexualidade, mas ainda se coloca em dúvida, buscando no campo científico subsídios concretos para apoiar suas idéias. É o caso da elaboração da teoria da sedução, por exemplo, na qual ele postulava que toda histeria era o resultado de um trauma relativo a uma experiência sexual precoce vivida factualmente na infância.

Contudo, Freud não se detém aí; ele continua a ser empurrado pela urgência de resposta. Não demora muito para que se antecipe numa certeza: o real da verdade histérica é de outra ordem. O trauma na histeria, que tem sempre a ver com o sexual passa a ter seu componente de vivência física relativizado e entram em jogo aqui, a fantasia e a sexualidade infantil.

O ‘momento de concluir’ - grande virada e ao mesmo tempo ponto de partida da psicanálise – é o momento do abandono da teoria da sedução, isto é, um momento de renúncia da compreensão concreta e completa do trauma. Freud só pode concluir sobre o trauma quando muda de posição subjetiva, quando deixa de lado a probabilidade de uma realidade factual que fosse coerente e se auto-sustentasse. É somente neste momento que Freud pode afirmar a realidade psíquica presente na fala de seus pacientes.

Portanto, é mediante um posicionamento ético como sujeito, o que implica numa asserção sobre si mesmo, ou seja, numa asserção sobre seu próprio inconsciente, que Freud pôde escutar, analiticamente, a realidade inconsciente da histérica. Na Carta 69 (1897), marco do abandono da teoria da sedução, Freud divide sua descoberta com

Fliess afirmando não acreditar mais em sua neurótica. Aponta como um dos motivos o fato de que se a teoria da sedução fosse confirmada, em todos os casos, o pai, “não excluindo o seu próprio”, tinha de ser apontado como pervertido. Ele conclui dizendo que “(...) no inconsciente não há indicações da realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a ficção que é investida com afeto.” (FREUD, 1897, p.310).

As lembranças suscitadas durante a fala no tratamento passam, por conseguinte, a ter outro status para Freud. Ele não está mais em busca da lembrança verídica do fato traumático autêntico, posto que mesmo que esta existisse, nunca se teria acesso a ela. Ao invés disso, Freud alcança o fato tênue, quase imperceptível (mas ao mesmo tempo óbvio) de que o encobrimento e falseamento das lembranças têm função de verdade e que a singularidade está nos elementos que cada sujeito utiliza para encobrir suas lembranças. Sendo assim, Freud transforma o obstáculo, o limite que barrava o conhecimento preciso dos fenômenos psíquicos, no móbil de seu trabalho. Freud nos ensina que:

“(...) a lembrança falsificada é a primeira de que tomamos conhecimento: a matéria-prima dos traços mnêmicos de que a lembrança foi forjada *permanece desconhecida* para nós em sua forma *original*.”

Com efeito, pode-se questionar se temos mesmo alguma lembrança proveniente de nossa infância: as lembranças relativas à infância talvez sejam tudo o que possuímos.” (FREUD, 1899, p.303, grifos meus).

É assim que a Psicanálise, através de Freud, no avesso dos conhecimentos da época, produz o conceito de inconsciente. Partindo deste debruçamento sobre o inconsciente e da relativização das lembranças, Freud pôde enfim concluir, que a verdade que aparecia na fala e nos sintomas de seus pacientes, dizia respeito a um real

de outra ordem, diferente da realidade: é um real que inscreve lacunas, espaços em branco, incompletudes no sujeito e que por isso não se presta ao conhecimento.

Mesmo tendo sido sempre marcada pelo trabalho com a palavra e com a fala - seja através da hipnose, com a sugestão ou, mais tarde com a associação livre- a psicanálise, como discurso, se propõe a operar com aquilo que na própria fala aparece como impossível da linguagem. O analista está atento - lembrando que não se trata aqui de atenção orientada, mas de uma atenção flutuante- àquilo que no dito aparece como não dito, como limite ao tudo dizer. À regra fundamental da psicanálise “Diga tudo que lhe vem à mente”, o sujeito responde não conseguindo dizer tudo, mas dizendo alguma coisa, e esta alguma coisa dirá do sujeito que ele é.

Freud persiste na interrogação sobre os limites que se impõem na sua clínica, não os abandona nunca, pois é como se soubesse que se com eles nada podia fazer, sem eles, menos ainda poderia. Ele avista que a possibilidade do sujeito aceder como tal, situa-se no impossível que dá lugar e constitui este advento. Sua genialidade brota justamente deste paradoxo: ele não ignora a falta, ou tenta preenchê-la, mas percebe que é aí mesmo, nestas lacunas que o sujeito do inconsciente aparece: nos atos falhos, tropeços, chistes, sonhos, sintomas.

## Sonhos, transferência e pulsão: o impossível na clínica.

“Flectere si nequeo supēros, Acheronta Movebo<sup>4</sup>”

(VIRGÍLIO *apud* FREUD, 1900, p.15)

É notável como Freud diante do obstáculo teórico não paralisa, não desiste. O impossível colocado na obscuridade dos fenômenos psíquicos é, justamente, o que causa a psicanálise. Apesar do silêncio profundo que ronda o trauma propriamente dito, seus efeitos não são nada silenciosos: os caminhos e descaminhos que o sujeito monta em torno do trauma, as formações e produções do inconsciente, ecoam, esforçam-se por aparecer. O inconsciente fala e é a partir desta fala que Freud o investiga.

Em “A interpretação dos sonhos” (1900) vemos que Freud está no auge de seu empenho pela busca do sentido, pela representação da estrutura do aparelho psíquico. Ele se propõe a tratar o sonho como um sintoma, considerando-o uma produção do inconsciente que comparece no sujeito tendo algo a revelar, ou melhor, comparece porque tem algo a revelar. Haveria no sonho, portanto, algo de inusitado, um inesperado, um sentido oculto, uma mensagem cifrada que ainda estava por ser descoberta.

As análises demonstravam que a força impulsora requerida para a formação do sonho, estava sempre referida a um desejo infantil. Numa analogia, Freud afirma que o desejo inconsciente é o capitalista do sonho, aquele que pode arcar com os gastos, aquele que fornece o desembolso psíquico (FREUD, 1900, p.590). Nesse sentido, a célebre tese freudiana de que os sonhos são realizações de desejos inconscientes, abre

---

<sup>4</sup> “Se não puder dobrar os deuses de cima, comoverei o Aqueronte” Freud cita esta frase que passa a ser a máxima de “A Interpretação dos sonhos” e mais tarde (1927), numa carta a Werner Achelis, explica que seu objetivo foi enfatizar a parte mais importante da dinâmica dos sonhos: o que causa o sonho é a atividade do desejo, que agita o submundo psíquico para se fazer escutar. (Freud, 1900, p.15, nota de rodapé)

uma dupla dimensão que no fundo é a mesma: não apenas o sonho realiza o desejo, como também o desejo é realizado pelo sonho. Dito de outra maneira, a realização se dá em dois sentidos: o primeiro é que o sonho é uma realização, um feito extraordinário, pois torna real, existente, mesmo que em imagens, o desejo inconsciente, que fora anteriormente recalcado e silenciado; o segundo é que a causa do sonho é o desejo inconsciente, ou seja, sem o desejo o sonho não se realizaria; é o desejo que realiza o sonho.

Mesmo estando ocupado em elaborar certa representação do aparelho psíquico, Freud não abre mão de mais uma vez demarcar o impossível de tudo representar, a dimensão da falta como constitutiva do psiquismo. É, inclusive, o que ele faz, senão em toda a sua obra, ao menos em seus momentos cruciais, daqui por diante. O próprio sonho, enquanto realização de um desejo inconsciente aponta para o fato de que se esse desejo não pôde ser realizado no estado de vigília, mas diante do cochilo da censura, esforçou-se por marcar sua presença, por aparecer, é porque um impossível de tudo realizar está na base de sua estrutura; é o impossível do desejo que move o sonho. O sonho, portanto, traz para aquele que sonha uma atualização em imagens daquilo que lhe faz falta.

Este texto, que traz ainda articulações importantes sobre os mecanismos de deslocamento e condensação, os processos primário e secundário, o movimento regressivo do inconsciente e uma exposição tópica do que seria o psiquismo, é também o mesmo texto que diz que não importa que se interprete um sonho o mais minuciosamente possível, sempre restará um trecho na obscuridade. Este ponto onde o sonho mergulha no desconhecido e de onde todo desejo pode brotar, é chamado por

Freud, o ‘umbigo do sonho’.

“(…) durante o trabalho de interpretação, apercebemo-nos de que há nesse ponto um emaranhado de pensamentos oníricos que não se deixa desenredar e que, além disso, nada acrescenta a nosso conhecimento do conteúdo do sonho. (...) Os pensamentos oníricos a que somos levados pela interpretação não podem, pela natureza das coisas, ter um fim definido; estão fadados a ramificar-se em todas as direções dentro da intrincada rede de nosso mundo de pensamento. É de algum ponto em que essa trama é particularmente fechada que brota o desejo do sonho, tal como um cogumelo de seu micélio.” (FREUD, 1900, p.556).

Um ano após a publicação de “A Interpretação dos sonhos”, Freud empenha-se na transcrição do caso Dora e de seus sonhos relatados durante o tratamento. A curta duração deste, o leva a pensar no que poderia tê-lo impedido de avançar. Ele logo conclui no pós-escrito que a interrupção se deu porque a transferência, condição incontornável para qualquer tratamento analítico, havia ficado à margem. A partir daí, a transferência deixa de ser um resíduo e passa a tomar a dianteira no processo analítico, revelando que Freud está atento à questão crucial da repetição no tratamento. A transferência é o encobrimento, o tamponamento do impossível que marca o sujeito comparecendo no dispositivo analítico. E é exatamente por esse motivo que Freud não a deixa de lado. Mesmo que à primeira vista se apresentasse como um obstáculo ao tratamento, que trazia dificuldades pessoais para o analista, Freud decide trabalhar com ela, manejá-la.

Em seus artigos técnicos, elaborados um pouco mais tarde (1911-1915), Freud disserta sobre a relação intrínseca entre a transferência e a repetição, constatando um limite para a reconstrução narrativa. Na transferência, o sujeito repete em ato, aquilo

que não consegue recordar, nem representar: se por um lado ela dá pistas do que está realmente em jogo, precisando ter sido recalçado, por outro, expressa a resistência a tudo lembrar e representar, pontuando a interrupção do acesso ao inconsciente. Em “Dinâmica da transferência” (1912) Freud entrelaça a repetição a um movimento compulsivo, constrangedor que vai exigir um manejo específico por parte do analista. Neste momento teórico, entretanto, ele ainda supunha que a tarefa do analista estaria no empenho em fazer o paciente falar para permitir que ele pudesse simbolizar aquilo que era trazido na transferência em ato. Mas, ele já constata a presença efetiva de um impossível de dizer que comparece no discurso e que, por esse motivo, precisava ser levado em conta.

Um pouco mais tarde, em “Pulsão e seus destinos” (1915), Freud afirma a obscuridade que ronda o conceito de pulsão, mas também seu caráter indispensável à psicanálise. Ele a situa na fronteira entre o mental e o somático e propõe quatro determinantes de seu funcionamento. A pressão (*Drang*), que já aparecia no Projeto, é propriamente o fator quantitativo da pulsão, uma força ativa, constante e autônoma, não sendo desse modo redutível à dimensão do sentido, da representação. A *Drang* aponta, sobretudo, para a incapacidade de fuga por parte do sujeito; a pulsão é a força que move o aparelho, é o motor do sujeito e por este motivo, não cede e não se extingue. Há no psiquismo, portanto, uma intensidade psíquica que se impõe veementemente, exigindo que o sujeito responda a isto que lhe acossa.

Outro elemento determinante da pulsão é a fonte (*Quelle*). A pulsão é engendrada pelo corpo, isto é, sua nascente se dá numa fonte somática. O que entrará em jogo aqui é a relação do sujeito com o Outro, com a alteridade, na medida em que

sozinho o sujeito não dá conta da demanda de satisfação provinda de suas fontes pulsionais. A irreduzibilidade das zonas erógenas, dos orifícios, das faltas no corpo, coloca para o sujeito uma impossibilidade de obturação deste corpo e é nesse sentido que ele clama pelo Outro, buscando completar-se. Essa tentativa, no entanto, falhará sempre, porque a incompletude também marca o corpo do Outro.

O sujeito relaciona-se com o Outro, colocando-o no lugar de objeto. O objeto (*Objekt*) é mais um determinante da pulsão, sendo o que há de mais variável na estrutura pulsional. Esta variabilidade afasta inteiramente a pulsão do instinto. Embora ignorada pela tradução inglesa, a diferença entre os dois termos foi bem estabelecida por Freud. Em antagonia ao instinto, a pulsão não é pré-escrita, não é natural e dessa maneira não há possibilidade de previsão ou controle daquilo que é visado por ela. O objeto da pulsão, portanto, não é fixo, podendo ser qualquer coisa: uma pessoa, um animal, um objeto, até mesmo o próprio corpo. É esta polimorfia do sujeito, no desvio ou perversão com relação ao instinto, que instaura sua subjetividade de uma maneira inantecipável. A única regra que ordena minimamente a escolha de objetos, como veremos no capítulo seguinte, é a das leis simbólicas da linguagem.

A finalidade ou alvo (*Ziel*) da pulsão, quarto determinante, é sempre a satisfação. Esta, porém, não é nunca atingida plenamente e é justamente isso que origina e mantém o circuito pulsional em funcionamento. No referido texto, Freud procura descrever ou ao menos investigar, os processos que estariam embutidos nesse percurso que a pulsão executa em busca da satisfação. A conclusão que ele consegue extrair de suas observações clínicas e do que ele chama de “especulação teórica” é que o corpo, o organismo propriamente dito, não pode passar impune pela incidência da

pulsão. Falar do pulsional significa falar de certa impressão corporal de marcas, apegos, fixações que permeados pela sexualidade, compõem a história do sujeito, seus modos de relação com o Outro, seus sintomas, sua estrutura.

A obscuridade do conceito de pulsão é justamente o que nos leva a pensar que talvez seja este o conceito que expressa de forma mais radical, a questão do impossível para a psicanálise. A pulsão incide no corpo do sujeito lembrando-o de tudo aquilo que ele se esforça continuamente para esquecer. Dessa forma, sua incidência não é em nada pacífica. Instaura uma tensão no aparelho psíquico, uma intensidade e é esta que, por sua vez, pode instaurar o sujeito. A tensão advém do próprio movimento pulsional, do giro da máquina pulsional em busca do objeto da satisfação. Pois a cada rodada o encontro com o objeto presentifica-se enquanto desencontro, fazendo restar um ponto, uma incompletude que ao mesmo tempo em que impede qualquer tipo de solução, causa um novo giro da máquina que busca apenas uma coisa: a satisfação.

O impossível colocado pela pulsão, portanto, faz incidir no sujeito uma hiância que o acossa e da qual ele não pode fugir. É aí, justamente, que Lacan, como veremos mais adiante, intervém propondo uma questão ética bem circunscrita. Pois, se a dialética da pulsão “se distingue fundamentalmente do que é da ordem do amor como do que é do bem do sujeito” (LACAN, 1964a, p.196), para onde vai a máquina pulsional? O que é que determina a ação do sujeito? E de que lugar o sujeito pode responder, por aquilo que Freud não hesitou em falar e a chamá-lo por seu nome, pelo ‘diabólico’ da pulsão que o constitui?

## O estranho da pulsão de morte

“Pois é possível reconhecer, na mente inconsciente, a predominância de uma ‘compulsão à repetição’, procedente dos impulsos instintuais e provavelmente inerente à própria natureza dos instintos - uma compulsão poderosa o bastante para prevalecer sobre o princípio de prazer, emprestando a determinados aspectos da mente seu caráter demoníaco, e ainda muito claramente expressa nos impulsos das crianças pequenas; uma compulsão que é responsável, também, por uma parte do rumo tomado pelas análises de pacientes neuróticos. Todas essas considerações preparam-nos para a descoberta de que o que quer que nos lembre essa íntima ‘compulsão à repetição’ é percebido como estranho.” (FREUD, 1919a, p. 256).

A repetição volta a interessar Freud nos anos 1919-1920. Porém, nesse momento, o termo adquire uma conotação diferente daquela já explícita nos textos técnicos de Freud que falavam da compulsão a repetir na transferência. O texto de 1919, “O ‘estranho’” parece já apontar para alguma coisa que estaria além do princípio do prazer anunciando a estranheza característica da compulsão à repetição. O ‘*Unheimlich*’(estranho) é aquilo que deveria ter permanecido secreto e oculto, mas vem à luz, trazendo para o sujeito que se depara com ele, uma espécie de familiaridade suscitadora de estranheza.

Para exemplificar a questão do estranho, Freud fala do “fenômeno do duplo” que é marcado pelo retorno constante da mesma coisa e pela repetição dos mesmos aspectos através das diversas gerações que se sucedem. A duplicação, divisão e o intercâmbio do eu presentes nesse fenômeno, possuiriam uma função inicial e receberiam novo significado em estágios posteriores. Durante o narcisismo primário, o duplo funcionaria com a finalidade de proteção do eu contra a destruição, através da negação da própria

morte. Mais tarde, com a formação da consciência e de suas funções de censura e autocrítica, o duplo inverteria seu aspecto, sinalizando o encontro com a morte. O ‘duplo’ converte-se, assim, num objeto de terror. Sua motivação está ligada não apenas a um material ofensivo, mas também aos atos de vontade suprimidos, aos futuros fantasiados, mas não cumpridos. Freud conclui, no entanto, que a única coisa que pode justificar a sensação extraordinariamente intensa de algo estranho no sujeito, é o fator da repetição involuntária. A sensação de desamparo ocasionada pelo caráter involuntário que caracteriza a repetição da situação, é que cerca o fenômeno do duplo “de uma atmosfera estranha e impõe a idéia de algo fatídico e inescapável”. (FREUD, 1919a, p.255)

Freud já anuncia nesse texto a idéia de uma compulsão à repetição que engendraria uma força demoníaca, estando bem próximo da hipótese da pulsão de morte lançada em “Além do princípio do prazer”. O que será acrescentado em 1920 é a idéia da não equivalência entre satisfação, prazer e descarga, pois, a compulsão à repetição inerente ao movimento pulsional, leva o sujeito a repetir experiências desprazerosas. Visto que esta conexão entre repetição e desprazer parecia não fazer sentido algum dentro da lógica do princípio de prazer, Freud vai rever a predominância deste princípio, supondo a ação de uma força mais elementar e desorganizadora no aparelho psíquico: a pulsão de morte.

É nesta virada teórica do texto “Além do Princípio do Prazer” (1920), que a questão do pulsional passa a ocupar a linha de frente no interesse freudiano através do retorno à questão do trauma que colocava problemas clínicos insuperáveis. Neste momento, a compulsão a repetir não está mais ligada, como em 1914, a algo que o

sujeito não quer saber, mas pode vir a saber a partir de uma elaboração do trauma; ela funda um movimento que é próprio do pulsional, destacando a impossibilidade de qualquer tipo de elaboração, ou inscrição do trauma como representação. O trauma não é mais tido como um evento que pode nos acontecer ou não, como uma eventualidade, mas como estando na base da constituição do sujeito, como fundador do sujeito, na instalação de sua divisão. É desse abismo gerado pelo trauma que a repetição se articula como compulsão e é este movimento que marca a estrutura do sujeito e o encaminha em seu circuito pulsional.

Freud, finalmente, entrega sua elaboração teórica aos desígnios do impossível que constitui o sujeito e afirma categoricamente que para além da representação organizada pelo princípio do prazer, estava o trauma enquanto aquilo que excede, que ultrapassa a representação. Apesar da polêmica que sua hipótese causaria no meio psicanalítico, Freud, enquanto analista, deparando-se com situações clínicas graves como as neuroses traumáticas e a reação terapêutica negativa, parece aliviado ao afirmar que:

“Não temos mais de levar em conta a enigmática determinação do organismo (tão difícil de encaixar em qualquer contexto) de manter sua própria existência frente a qualquer obstáculo. O que nos resta é o fato de que o organismo deseja morrer apenas a seu próprio modo.” (FREUD, 1920, p.50).

Morrer a seu próprio modo, isto é o que nos resta, é o resto; é o que sobra da operação da pulsão no aparelho. Ou seja, Freud nos diz que é do impossível que a pulsão inicia seu percurso, visando completar-se e satisfazer-se, mas também diz que ao final deste, é com o impossível que ela se encontra mais uma vez.

Nesta direção, poderíamos dizer que o sujeito não repete porque resiste- como Freud propunha em 1914- mas porque há algo em sua constituição que resiste à representação, que é contra o progresso, restando como inassimilável. É a impossibilidade de completude, produzida por uma exterioridade radical que o faz repetir. Dito de outra maneira, o sujeito não age na repetição, mas é agido por ela.

### **Sujeito assujeitado pela repetição: o que pode advir de uma análise?**

“(…) pode-se tentar recriar o mundo, em seu lugar construir um outro mundo, no qual os seus aspectos mais insuportáveis sejam eliminados e substituídos por outros mais adequados aos nossos próprios desejos. Mas quem quer que, numa atitude de desafio desesperado, se lance por este caminho em busca da felicidade, geralmente não chega a nada. (...) Torna-se um louco (...) Afirma-se, contudo, que cada um de nós se comporta, sob determinado aspecto, como um paranóico. (...)”.

(FREUD, 1930[1929], p.89)

O tema da repetição revigora, para Freud, esta dimensão de exterioridade que invade e determina o sujeito. Com a hipótese da pulsão de morte, Freud pôde sustentar mais uma vez, o sujeito que interessa à psicanálise como um sujeito descentrado, isto é, que não se apreende numa identidade, nem na consciência, nem no aparato corporal. O pilar sustentador da psicanálise está na constatação de que o sujeito só se apreende na falta como tropeço, falha, mancada. Aí está sua verdade: no nível radical de sujeito ‘assujeitado’ pela repetição. É desse sujeito que a psicanálise vai querer falar.

A mobilização teórica promovida pela formulação do conceito de pulsão de morte, naquilo que ela traz de assujeitamento do sujeito, fará com que Freud passe a conceber o masoquismo como sendo originário – e não mais como uma extensão do

sadismo voltada para o eu (“O problema econômico do masoquismo”, 1924). A vulnerabilidade à qual o sujeito está exposto – em relação aos estímulos externos assim como às próprias forças psíquicas internas – aponta ainda para a dimensão do Outro como imprescindível à viabilidade de sua existência. Sem a mediação do Outro, o sujeito estaria condenado ao trauma mortífero e a um afluxo incessante das forças pulsionais que nada mais desejam, a não ser descarregar-se. O sujeito encontra-se, desde sempre, portanto numa condição de desamparo insuperável.

Em “O mal-estar na civilização” (1930[1929]), Freud vem afirmar a radicalidade desta condição de desamparo. Ele aponta que a felicidade jamais poderia ser alcançada por uma fórmula universal como prometia a Ciência Iluminista da época, ao dizer que todas as normas do universo, seja no macrossomo ou no microssomo, são contrárias ao princípio do prazer, que é nosso verdadeiro propósito na vida. Sendo assim, “as possibilidades de felicidade sempre são restringidas por nossa própria constituição.” (FREUD, 1930[1929], p.84) Há, portanto, um rompimento estratégico com o ideal cientificista nesse momento e é justamente isto que possibilita o engendramento de uma leitura crítica do mal-estar na modernidade. O mal-estar provocado pelo desamparo assume, neste texto, uma feição trágica, marcada pela finitude da qual não se pode fugir, pela imprevisibilidade e pela falta de garantias. Enfim, fica o vazio.

Freud se dá conta de que ante o domínio da pulsão de morte, o sujeito resiste a aceitar sua condição de desamparo, de sujeito determinado e ‘assujeitado’, ele resiste a encontrar com o real que lhe constitui e sendo assim, a única garantia é a de que fatalmente o mal-estar instalar-se-á. É movido por esse mal-estar, que o sujeito chega a uma análise e o que ele busca mais uma vez é uma solução satisfatória. Em “Análise

Terminável e Interminável” (1937), um dos últimos escritos freudianos, nota-se que a preocupação latente em Freud não difere muito daquela presente no início de sua clínica. Ele está às voltas, justamente com a seguinte questão: diante da demanda de cura do sujeito e de sua insistência em alienar-se da condição estrutural de sujeito desamparado, o que pode fazer uma análise? O que poderá advir de uma análise?

Freud está menos interessado, como de costume, pela maneira como se daria uma possível cura pela psicanálise (aliás, Freud sempre se opôs a essa idéia de “passo a passo” no tratamento) do que propriamente pelos obstáculos que se colocam no caminho de tal cura. A presença da pulsão de morte, do masoquismo originário, interdita já de início, que possamos falar de cura como extermínio do mal que acossa o sujeito. Pois, como o próprio Freud indica, diante da superioridade dessas forças e do ônus severo colocado por elas, o esforço do analista muitas vezes redundava em nada, (FREUD, 1937, p.260), pela razão de que a própria estrutura do sujeito está radicalmente marcada por esta negatividade.

“A experiência analítica ensinou-nos que o melhor é sempre inimigo do bom e que, em todas as fases do restabelecimento do paciente, temos de lutar contra sua inércia, que está pronta a se contentar com uma solução incompleta” (FREUD, 1937, p. 248).

A esse respeito, Lacan pontua no Seminário 11 (1964a) - no momento em que está, não por acaso, tratando da pulsão - que todo sujeito chega a uma análise dizendo não estar satisfeito com o que é, em algum nível; no entanto, aquilo que ele é, inclusive seus sintomas, depende da satisfação.

“Eles não se contentam com seu estado, mas estando nesse estado tão pouco contentador, eles se contentam assim mesmo. (...) Digamos que, por essa espécie de satisfação, eles se fazem sofrer demais. Até certo ponto é sofrer demais que é a única

justificativa de nossa intervenção.” (LACAN, 1964a, p.158)

A psicanálise como dispositivo, certamente não é ilimitada, pois está restrita em seus objetivos pela própria constituição do sujeito que insiste em sofrer demais. Desse modo, a psicanálise traz em seu bojo o impossível, assim como as funções do educar e do governar, cujos resultados, diz Freud, podemos estar seguros de antemão, que serão sempre insatisfatórios (FREUD, 1937, p.265). O que difere a psicanálise da política ou da educação, contudo, é justamente que o impossível é seu móvel; não há idealização de outra possibilidade de intervenção. A psicanálise opera com o impossível porque se depara sempre com este ponto de indecidível, disso que não se pode apreender positivamente, pois não se sabe aonde vai chegar e não se tem como aferir. E é só a partir desta condição, que a análise poderá ter alguma efetividade e daí sim produzir efeitos inegáveis no sujeito, efeitos de desejo e não de cura.

A efetividade da análise está centrada na fala do sujeito e o processo de tratar o real pelo simbólico, não é situável positivamente. Diante desta convocação feita pela análise, o sujeito pode ou não se posicionar enquanto tal. Portanto, a análise por si só não é terminável, ela não anda sozinha; para que ela termine, é preciso haver ali um sujeito que, em ato, opere com esse indecidível. É em torno desse indecidível que a análise se dá e é justamente isso que ela visa produzir no sujeito: um ponto de indecidível que o acosse a responder de seu lugar de sujeito.

Reintroduzindo a questão “O que pode advir de uma análise?”, poderíamos dizer que nesse texto Freud situa bem a psicanálise; mas dizer que ele a situa bem, não é o mesmo que dizer que ela está situada no bem. A psicanálise não busca produzir um bem

ou produzir qualquer outra coisa. Uma análise só pode garantir que o sujeito seja convocado a partir de sua própria fala; que ele produza alguma coisa disso, que possa promover uma abertura ao seu desejo, isto já não é garantido, pois dependerá do sujeito e de seu posicionamento.

Em suas últimas palavras de “Análise Terminável e Interminável” Freud sustenta a função analítica como estando estritamente vinculada a um posicionamento ético do sujeito, que é quem realmente pode tomar qualquer atitude:

“Seria difícil dizer se e quando conseguimos êxito em dominar esse fator -o enigma do sexo- num tratamento analítico. Só podemos consolar-nos com a certeza de que demos à pessoa analisada todo incentivo possível para reexaminar e alterar sua atitude para com ele.” (FREUD, 1937, p.270)

Até onde pôde, Freud sustentou a Psicanálise como discurso que vê como única chance para o sujeito, seu advento como sujeito desejante, ali mesmo onde o impossível do real do sonho, da transferência, da repetição, do sintoma, o convoca. As idéias de Freud não passam em branco, pelo contrário, atingem em cheio a cultura. E dentro da cultura, cada um é atravessado pela verdade das palavras de Freud de uma maneira específica e singular: pela verdade de que o impossível é como dirá Lacan, o real do sujeito. (LACAN, 1964a)

Esta nova visada, promovida pela psicanálise que leva em conta o descentramento do sujeito, termina por colocar em debate o estatuto da ética, como veremos no decorrer do trabalho. Porque se o sujeito é ‘assujeitado’, se é originalmente constituído por algo que lhe falta, se em sua condição de sujeito é a falta e não a completude que é introduzida, se o que o determina é da ordem de um impossível de

conhecer ou saber, pegando-o de surpresa e arrastando-o num caminho de repetição, enfim, se tudo isso é assim, se essa é a sua verdade, como, ou melhor, de que lugar ele pode responder por seu ato? Como ele responde quando, por exemplo, produz sintomas ou se coloca em situações que o fazem sofrer intensamente? Quando é bem-sucedido? Quando fracassa? E nos domínios do Bem *versus* o Mal? Quem responde por Isso, quem se responsabiliza por Isso?

Veremos posteriormente, que Lacan afirma que o dispositivo psicanalítico implica desde sempre numa ética que se diferencia da ética clássica, dando lugar ao sujeito e à responsabilidade que é inseparável de seu posicionamento enquanto tal.

A verdade das palavras de Freud e a dimensão ética que a psicanálise propõe atravessaram, não só a cultura e cada um de seus sujeitos, como também a própria difusão da psicanálise. O que se vê numa parcela do movimento psicanalítico posterior a Freud, é uma tentativa de recalcar esta verdade. Esta situação torna-se bastante explícita com relação ao conceito de pulsão de morte que, ao definir-se como uma espécie de agente da destruição, algo que desliga, que desagrega, terminou por causar um enorme espanto e perplexidade no meio psicanalítico, pois colocava por terra a idéia de um sujeito voltado para o equilíbrio e em permanente construção.

Desta maneira, ao invés da manutenção e aprofundamento das questões essenciais levantadas por Freud, alguns teóricos pós-freudianos - Lacan cita, por exemplo, (1953b) a corrente da psicologia do ego dominada por Anna Freud e a psicanálise inglesa cuja maior referência era Melainie Klein, além de outros - enredam-se numa espécie de furor adaptacionista em torno da psicanálise. E com isso, a dimensão ética da falta fica censurada.

“A idéia de um desenvolvimento individual,

unilinear, preestabelecido, comportando etapas que vão aparecendo cada qual por sua vez conforme uma tipicidade determinada é pura e simplesmente o abandono, a escamoteação, a camuflagem, a denegação propriamente falando, e inclusive o recalque, daquilo que a análise trouxe de essencial.” (LACAN, 1954b, p.23)

Para Lacan, os autores pós-freudianos, em sua grande maioria, procuraram incluir a psicanálise num modelo de conhecimento desenvolvimentista e harmônico que pudesse explicar os paradoxos deixados por Freud. Quando, na verdade, as questões deixadas por ele, não foram lançadas nem com o objetivo, muito menos com a esperança de serem respondidas. São questões inexoráveis e, desse modo, inelimináveis. Tão inelimináveis que retornam.

Lacan irá, mais tarde, enfatizar a teorização freudiana reafirmando, mediante sua apropriação da questão da linguagem, que a verdade do sujeito não está situada numa clareza, compreensão ou representação no discurso.

“Nossos atos falhados são atos que são bem sucedidos, nossas palavras que tropeçam são palavras que confessam. Eles, elas, revelam uma verdade de detrás. No interior do que se chamam associações livres, imagens do sonho, sintomas, manifesta-se uma palavra que traz a verdade. Se a descoberta de Freud tem um sentido é este - a verdade pega o erro pelo cangote, na equivocação.” (LACAN, 1954a, p.302)

O psíquico, em última análise, está fora do sentido; na verdade, o psíquico não se opõe ao sentido, mas é absolutamente heterogêneo a ele. Mais do que simplesmente aparecer, Lacan dirá que é aí, na falta – ou seja, nos buracos do sentido, na descontinuidade do discurso - que o sujeito se constitui.

## Capítulo 2: A linguagem como trauma: os efeitos da marca significante

### Restaurando a ‘sega cortante’ da verdade freudiana: a psicanálise como prática de linguagem.

“Manter a psicanálise é (...) manter o vigor que Freud soube lhe imprimir, o vigor que foi capaz de fundar um novo campo, inaugurar uma nova forma de pensar, levando em conta um objeto que não se faz presente a não ser por seus efeitos no discurso do sujeito.”

(LO BIANCO, 2003, p.121)

Em um artigo intitulado “Sujeito e linguagem” (1997), Fernandes destaca que desde seu primeiro Seminário (1953a-1954b), Lacan já localiza uma evidência: que a psicanálise é uma experiência que se desdobra no campo da palavra e da fala. Mas se Lacan precisou invocar esta evidência é porque ela por si só não havia sido suficiente para direcionar o percurso dos analistas, seja no que diz respeito à teorização, seja em sua formação. Parecia haver por parte dos analistas pós-freudianos, um esforço de esquecimento da fala e desse modo, uma névoa pairava sobre aquilo que era a marca fundamental da psicanálise.

Diante do emaranhado teórico no qual a psicanálise pós-Freud foi sendo envolvida, Lacan vem propor um retorno ao texto freudiano com o intuito de buscar a essência do pensamento psicanalítico, depurando os sedimentos que vieram sendo sobrepostos a este. Seu primeiro Seminário (1953a-1954a) é destinado a tratar, justamente, dos ‘escritos técnicos de Freud’, a fim de colocar em discussão a técnica analítica e a importância da linguagem, tomando aquilo que da dimensão da verdade era introduzido no real do texto freudiano:

“Apesar de todos os esforços que podemos fazer para esquecer a palavra, ou para subordiná-la a uma função de meio, a análise é, enquanto tal, uma técnica da palavra, e a palavra é o meio mesmo no

qual ela se desloca.

(...) Não é que ela [a palavra] se afirme como verdade, mas antes que introduz no real a dimensão da verdade.” (LACAN, 1954a, p.298,299)

Não é por acaso que Lacan propõe como tarefa, neste seminário inaugural, que haja uma reintrodução do registro do sentido, isto é, que a psicanálise agencie a reintegração do sentido ao seu nível próprio. Este agenciamento caberia à psicanálise especificamente, na medida em que ela opera com a fala, num nível onde verdade e realidade não coincidem. É unicamente esta distinção essencial e introdutória do pensamento psicanalítico que permite o surgimento de um novo sentido. Pois a verdade inaugurada por Freud é que a realidade inconsciente não se resume a sentidos que já estão presentes ali. Trata-se, no inconsciente, de sentidos que a verdade faz surgir no mundo ou na realidade, de sentidos que ela mesma introduz.<sup>5</sup>

No mesmo artigo citado acima, Fernandes mostra ainda que em “Função e campo da fala e da linguagem” (1953b), Lacan denuncia a passagem muito apressada da fala do paciente para uma referência concreta e empírica do psiquismo, empreendida pelos pós-freudianos. Esse movimento, caracterizado por Lacan como uma resistência à psicanálise advinda do próprio meio psicanalítico, incorria num confinamento do inefável e reduzia a psicanálise a uma técnica de pedagogia materna, ajuda samaritana ou a uma espécie de mestria/dominação dialética. (LACAN, 1953b, p.244) Portanto, uma das primeiras evidências da obra freudiana que virá a ser destacada e acentuada por Lacan - que chega a chamá-la de “a descoberta prometéica de Freud”- refere-se, ao papel central da fala para a psicanálise. Neste mesmo texto ele diz:

“Seus meios [da psicanálise] são os da fala, na medida em que ela confere um sentido às funções do

---

<sup>5</sup> Lacan, 1957a, p.21

indivíduo; seu campo é o do discurso concreto, como campo da realidade transindividual do sujeito; suas operações são as da história, no que ela constitui a emergência da verdade no real.” (LACAN, 1953b, p.259)

Ao tentar cortar com a possibilidade de reenvio da fala do paciente a um esquema teórico, calcado em um substrato psicológico, prática muito comum aos analistas da época, Lacan vê-se constrangido a recorrer a alianças fora do campo psicanalítico, na lingüística estrutural, na antropologia, na matemática, na lógica, visando restaurar, no campo aberto por Freud, a “sega cortante” de sua verdade. (LACAN, 1964b, p.235). Interessa-nos neste momento analisar especialmente quais os elementos pinçados da lingüística, visto que a reiteração da dimensão do impossível como mola mestra do discurso psicanalítico, se deu, no ensino de Lacan, percorrendo transversalmente o campo da linguagem.

Relançar a psicanálise como prática de linguagem, não era uma tarefa fácil, visto que Lacan ainda não era o Lacan respeitado de algumas décadas depois e que o terreno psicanalítico fechava-se em formalidades institucionais e regras autoritárias. Lacan estava solitário em sua empreitada de combater as forças silenciadoras da verdade freudiana. Qual é então a saída que Lacan encontra nesse momento? Lembrando da comparação da psicanálise com a arte do bom cozinheiro, exposta anteriormente, que conceito Lacan utilizará para destacar a verdade freudiana?

## O Simbólico enquanto operador discursivo

“Falar das leis da linguagem é, então, evidentemente, se referir primeiro à lei do Simbólico, enquanto cada elemento da linguagem é símbolo dessa pura perda. Mas a essa dimensão do Simbólico devem-se acrescentar, como nos convida Lacan, as dimensões do Real e do Imaginário: a do Real vem conceitualizar esse fato de que existe um espaço resistente à formalização, um impossível de dizer; a outra, a do Imaginário, remete a essa capacidade que temos de dar uma forma ao que vem responder à perda, a essa pura falta.”

(MELMAN, 2003, p.89)

A fim de resgatar a ‘sega cortante’ da verdade freudiana, Lacan aposta na noção de Simbólico. O Simbólico é para Lacan a dimensão que adverte que a linguagem não tem nada de óbvio, transparente ou inócuo, porquanto está plantada no solo do impossível, do Real. Vejamos como ele chega a isto.

O Simbólico, enquanto um dos registros da experiência discursiva, diz respeito para Lacan à materialidade significante. Pode-se dizer que o registro do Simbólico é libertador já que opera, possibilitando que o sujeito aliene-se minimamente do objeto, ao dissolver a ilusão imaginária de unidade e identidade entre eles. Embora esta ilusão articulada pelo registro do Imaginário seja constitutiva do sujeito, para que o sujeito diferencie-se do objeto e constitua-se como sujeito propriamente dito, é preciso que algo desse logro caia por terra. O Simbólico incide aí como um terceiro que quebra com a dualidade sujeito-objeto, libertando-o da prisão imaginária, abrindo possibilidades, marcando diferenças.

Mas como é que o Simbólico pode intervir? Que propriedades o autorizam a instaurar-se como terceiro? Ora, o engodo imaginário só se desfaz porque o Simbólico

enquanto operando pela linguagem, lembra o sujeito de que ele não pode dizer tudo. Lembra o sujeito de que haverá no seio do processo de simbolização, algo que sempre se coloca como um impossível de simbolizar. Mesmo que devidamente organizado em regras estritas, o Simbólico não dá conta de tudo representar; e esta impossibilidade é própria da linguagem. Ou seja, a dimensão do Simbólico é libertadora até certo ponto, porque no mesmo movimento em que liberta o sujeito da prisão imaginária, também impõe um limite à liberdade de tudo dizer. A linguagem enquanto simbolização traz consigo o além - a dimensão do Imaginário - e o aquém da linguagem, que Lacan chamou de Real.

Lacan nomeia o registro do Real, como sendo não uma positividade ou entidade empírica, mas como aquilo que no interior mesmo do registro discursivo, lhe escapa e resiste à representação. O plano do Real permanece sempre como exterioridade ao sujeito; é o impossível de domar, significar ou representar.

A articulação entre os três registros – Real, Simbólico e Imaginário - é o que dá origem e determina o sujeito. Mas é através da linguagem que cada uma dessas dimensões expõe seus efeitos e convoca o sujeito a responder por eles. O Simbólico como operador discursivo constitui o discurso e mais do que isto, intervém no discurso. É por essa razão que Lacan toma a linguagem não apenas como um elemento, mas como o fundamento da psicanálise. Fernandes (1997) pontua com muita clareza a importância do registro do Simbólico como aquele com o qual, nós analistas, podemos e devemos trabalhar, já que a psicanálise se coloca como o “tratamento do real pelo simbólico”. Pois há uma parcela de teóricos que consideram, indevidamente a meu ver, que haveria uma primazia do Simbólico num “primeiro Lacan” e do Real num “segundo

Lacan”, quando na verdade Lacan sempre destacou a articulação entre estes registros. A respeito da ligação estreita entre Simbólico e Real, Fernandes esclarece:

“É a postulação do Simbólico o que permite situar um certo corte na equilibração unificante promovida pelo princípio do prazer. O Simbólico é o registro capaz de suportar os efeitos de algo vindo do Real, como heterogêneo, como que vazando a superfície densa prometida pela equilibração econômica. O Simbólico como *corte* é reenvio da atividade do falante a ela mesma sob o signo da *diferença* e o que dela só pode ser situado como ato de um sujeito; um movimento despropositado que não se deixa apanhar em nenhum esquema funcional (equivoco). O Simbólico é o aparato que situa o que vem do Real no discurso, e que nessa medida, isto é, como laço social, coloca para cada um a exigência de medir-se por aquilo que é ultrapassagem de si, ação efetiva da diferença.” (FERNANDES, 1997, p. 114-115, grifos meus)

O autor sustenta que Lacan, no início de seu ensino, coloca-se no *front* da guerra psicanalítica ao afirmar a dimensão do Simbólico como um operador da linguagem que através de suas leis e regras, reenvia a fala, não a qualquer esquema de compreensão, mas a ela mesma, trazendo à tona as possibilidades, mas também as impossibilidades da linguagem. Lacan chega a dizer que “A linguagem só é concebível como uma rede, uma teia sobre o conjunto das coisas, sobre a totalidade do real. Ela inscreve sobre o plano do real esse outro plano a que chamamos aqui o plano do simbólico.” (LACAN, 1954a, p.298). A operação simbólica é o que garante que o equivoco está sempre colocado no plano da linguagem, indicando que o real está por trás, impulsionando seu funcionamento. É nesse sentido que Lacan nos diz que a verdade surge da equivocação, e que como já citado anteriormente, “Nossos atos falhados são atos que são bem-sucedidos, nossas palavras que tropeçam são palavras que confessam. (...)” (LACAN,

1954a, p.302). São palavras que confessam que o real está necessariamente imbricado à estrutura da linguagem.

Em “A coisa freudiana” (1955b) Lacan interroga-se mais diretamente sobre qual seria a posição que o sujeito ocupa diante da fala. No decorrer do texto, ele diz que à pergunta geral ‘quem fala?’, é a própria verdade que nos responde com palavras em tom de remediação: “Eu falo”, “Não há fala senão de linguagem”. Mas, Lacan propõe que voltemos, pausadamente, a soletrar com a verdade o que ela disse de si mesma:

“A verdade disse: ‘Eu falo’ Para reconhecermos esse [eu] no que ele fala, talvez não seja ao [eu] que devemos lançar-nos, mas antes deter-nos nas *arestas do falar*. ‘Não há fala senão de linguagem’ lembramos que a linguagem é uma *ordem* constituída por *leis*, das quais poderíamos aprender ao menos o que elas excluem. Por exemplo, que a linguagem é diferente da expressão natural e que tampouco é um código: que não se confunde com a informação, nem que vocês se agarrem, para sabê-la, à cibernética; e que é tão pouco redutível a uma superestrutura que se viu o próprio materialismo alarmar-se com essa heresia, haja vista a bula de Stalin.” (LACAN, 1955b, p. 414-415, grifos meus)

Em seguida indica a leitura de Saussure, não o psicanalista, mas o fundador da lingüística moderna.<sup>6</sup> Lacan quer partir daquilo que a linguagem, em sua própria estrutura, poderia trazer de direcionamento para a psicanálise e o campo do sujeito.

---

<sup>6</sup> Lacan refere-se aqui a Ferdinand Saussure, e não a Raymond Saussure, seu filho, duramente criticado por ele.

## Freud, Saussure e Lacan nas trilhas do significante.

“O fato de um sujeito espantar-se com o que não espanta ninguém, tanto o domínio da evidência torna impossível o questionamento, deve ser a alavanca na qual desde sempre se apoiaram aqueles que lançam para o mundo um olhar que vê algo absolutamente novo.”

(DIDIER-WEILL, 2007, p.11)

Trilhemos, então, o caminho indicado por Lacan. A lingüística moderna de Saussure pretende investigar a linguagem do ponto de vista estritamente científico. Para isso, precisa que seu objeto seja bem definido: a língua enquanto sistema de signos. Do mesmo modo seu objetivo necessita ser devidamente circunscrito: a lingüística pretende apenas “descrever os fatos da língua”. (SAUSSURE, 1916)

Saussure distingue através do seu conceito dicotômico *langue/parole*, o sistema lingüístico e suas manifestações efetivas. A *langue* seria propriamente o objeto de seu estudo, a língua como sistema fechado, com suas regras concretas, a língua como instituição. Enquanto a *parole* concerne aos atos de fala, ou seja, às diferentes formas da língua se colocar para o sujeito que a utiliza, às possibilidades previsíveis e imprevisíveis da língua. Desta última, Saussure se dá conta, até admite sua existência, mas não se propõe a estudá-la, pois sabe que se o fizesse, estaria fadado a abandonar sua meta de fazer da lingüística uma ciência.

O signo, segundo Saussure é composto de uma imagem acústica e de um conceito (elemento representativo). Ele os nomeia significante e significado respectivamente e afirma que ambos estão presentes em quaisquer fenômenos lingüísticos. No entanto, ele não estabelece nenhuma relação de finalidade entre estes elementos; significante e significado estariam, desse modo, no mesmo plano. Surge daí

uma interrogação que traz certa dificuldade para a afirmação científica da lingüística. Se “nada se distingue antes de pertencer à língua” (SAUSSURE. 1916, p.130), se não há anterioridade do significante e nem do significado, como se explicaria a diferença de significados?

Em seu Curso de Lingüística Geral (1916), Saussure se dedica a solucionar esta questão. Ele afirma que a diferença de significados não está implícita nos objetos; a diferença dos nomes, portanto, não pertence de forma alguma, às coisas. Essa diferença positivada só existe no nível dos signos. A essência do fato lingüístico, porém, não se reduz ao signo: sua amplitude é infinitamente maior. Saussure introduz nesse momento uma afirmação radical: a de que a linguagem (ou língua, em seus termos), na sua essência é negatividade, só se define pela diferença. Cada um dos elementos significantes da língua, só existe, e só assume seu valor por não ser nenhum dos outros. (JURANVILLE, 1987, p.44)

Mesmo que tenha buscado a duras penas circunscrever sua lingüística nos trilhos científicos, e até certo ponto tenha mesmo conseguido, nos parece que Saussure, ao longo desse caminho vai surpreendendo-se com seu objeto de estudo. Ele se dá conta de que a própria língua/langue traz em seu bojo, em sua estrutura, a irregularidade. Dito de outra maneira, ele tanto enxerga os furos da língua, as dificuldades que esta introduz para o sujeito, que decide excluí-las de seu espectro de estudo.

Ali mesmo, no ponto da negatividade da língua/*langue*, indicado por Saussure, da sua origem na diferença, não haveria alguma aproximação com a imprevisibilidade contida naquilo que ele quis isolar como sendo a *parole*, o ato de fala? É Lacan quem vai nos mostrar este fato, de que a negatividade da língua implica numa determinação

por parte dos significantes. Dito de outra maneira, Lacan vai propor a primazia do significante com relação ao significado, na medida em que é o significante, enquanto colocando a diferença, que produz um corte no qual o sujeito pode vir a se situar. Afinal, o sujeito é o que ele fala, é determinado pelas diferenças imprevisíveis da língua.

Saussure enfatiza a presença da negatividade, a força desta ausência que se faz presente, quando comenta que:

“(…) nunca se penetrará demais na *essência puramente negativa*, puramente diferencial, de cada um dos elementos da linguagem aos quais nós acordamos precipitadamente uma existência: não existe nenhum, em nenhuma ordem, que tenha existência suposta - mesmo que talvez, eu admito, só sejamos chamados a reconhecer que, sem essa *ficção*, o espírito se encontraria literalmente incapacitado a domar uma soma de diferenças deste porte, na qual não há lugar algum e em nenhum momento, um ponto de referência positivo e fechado.” (SAUSSURE, 1916, p.64-65, grifos meus)

O “nunca” do início da frase, indica a impossibilidade de se apreender a negatividade pura, posto que esta só nos é acessível através de uma mediação. É por isso que ele diz que sem a ficção não há quem suporte a pura diferença. A soma de diferenças precisa ser domada de alguma maneira por uma ficção. O que não se pode perder de vista, no entanto, e é justamente isso que Lacan vem extrair da lingüística saussureana é que não importa que ficção se organize em torno da pura diferença, esta não some, não desaparece; pelo contrário ela insiste sempre, é uma força constante. É nisto que Lacan funda seus ditos, no real que a língua introduz, no fato de haver na própria língua algo que é da ordem do impossível.

Lacan prossegue de onde Saussure parou. Despojado de qualquer prerrogativa positivista, leva às últimas conseqüências a definição saussureana da diferença pura, questionando a noção de signo e a contemporaneidade entre significante e significado. Mas só o faz porque parte de sua leitura de Freud. Lacan condiciona a possibilidade de perceber a função ativa do significante na determinação dos fenômenos psíquicos à descoberta freudiana do inconsciente. É interessante notar que apesar de Freud e Saussure terem sido autores contemporâneos, eles nunca trocaram informações ou tiveram conhecimentos da obra um do outro. Mesmo assim, é possível perceber, do ponto de vista de Lacan pelo menos, certa antecipação da lingüística saussureana em Freud. Lacan é ainda mais ousado ao dizer que a lingüística de Saussure teve que aguardar por Freud para que a oposição entre significante e significado pudesse ter o alcance efetivo em que convém entendê-la.<sup>7</sup>

Podemos reconhecer esta anterioridade do significante em relação ao significado destacada por Lacan, no Freud de “A interpretação dos sonhos” (1900) por exemplo, quando ele já deixa bem claro que o que importava na sua teoria dos sonhos, não era a significação de cada sonho, mas o processo de significar, o funcionamento inconsciente, os movimentos dos significantes na cadeia, descrevendo os mecanismos do deslocamento e da condensação.

Outra passagem da obra freudiana onde a primazia do significante fica evidente é no texto sobre os chistes (1905). Lacan destaca em seu Seminário “As formações do inconsciente” (1957b-1958a), que o chiste é não só a melhor entrada, como também a mais brilhante forma pela qual Freud abordou as relações do inconsciente com o significante. O chiste nos leva a concluir radicalmente, que num discurso intencionado

---

<sup>7</sup> Lacan, 1958b, p.695

onde há um sujeito querendo dizer alguma coisa, pode produzir-se algo que ultrapassa seu querer e que nos permite ver aquilo que não está totalmente ali, que está meio de lado, que é o inconsciente. É pela misteriosa propriedade dos fonemas que algo do plano dos significantes chacoalha, causando uma espécie de abalo, de colapso na cadeia. Lacan chega a dizer que a neoformação significativa que ocorre no chiste, se apresenta para o sujeito como um “acidente, um paradoxo, ou até mesmo um escândalo” da enunciação. Para marcar mais uma vez a anterioridade do significante com relação ao significado, podemos destacar ainda, na leitura de Freud sobre os chistes, que é da própria relação entre os significantes que aí se encontram comprimidos, engatados um no outro, que se dá a criação de uma significação chistosa.

Podemos dizer que é com Saussure e com Freud, portanto, que Lacan conclui, inicialmente, que não existe nada na linguagem além do significante, ao colocar o significante acima da barra (S/s) e inverter o algoritmo saussureano (s/S), descentrando assim, a importância do campo da significação para o campo do significante. O significante é dotado de uma anterioridade fundante não havendo mais, como em Saussure, uma linearidade entre significante e significado. É o significante que produz o significado, sendo este um mero efeito.

Embora tenha ido além de Saussure, veremos que Lacan preserva sua concepção de negatividade da linguagem; ele peneira da lingüística saussureana a noção de que um significante só é ele mesmo, pelo simples fato de sua diferença de todos os outros significantes. É a diferença pura presente em cada um, que faz com que cada significante signifique aquilo que significa. Mas, Lacan potencializa este ponto quando decide falar daquilo que Saussure excluiu de seu foco de estudo. Podemos dizer que

nesse momento há um deslocamento de Saussure à Lacan. O primeiro tem como visada a representação, a consciência, a língua enquanto sistema completo e ordenado, a língua onde a falta não comparece; o segundo, nos fala de uma ordem alheia, inconsciente, privilegiando justamente o desconhecido, aquilo que falta na língua, suas lacunas, seus furos. Lacan só toma este viés porque reconhece que é justamente na falta da língua, que se revela a estrutura incompleta que dá lugar ao sujeito.

### **Um desígnio tão funesto...**

“O sujeito humano não fomenta este jogo, ele toma seu lugar e desempenha aí o papel dos pequenos mais e dos pequenos menos. Ele próprio é um elemento nesta cadeia que, logo que é desenrolada, se organiza segundo leis. Assim, o sujeito está sempre em diversos planos, preso em redes que se entrecruzam”.

(LACAN, 1955a, p.243)

Ao propor que tomemos a linguagem nas mãos para trabalhar com ela, Lacan pretende colocar em relevo a falta que se faz presente na língua. Ele retoma as colocações freudianas que apontavam para o fato de que a falta é constitutiva do sujeito e de que esta determinação emana da própria linguagem. Lacan faz mais ainda: não venda seus olhos, a exemplo dos pós-freudianos, mas acolhe brilhantemente os desdobramentos que esta falta impõe para o plano do sujeito do inconsciente.

Tomando o significante como pura diferença, Lacan vai avançar propondo que se a essência da língua é a negatividade, tem-se que a própria linguagem produz uma falta. Ele vai um pouco mais longe ao apontar que aquilo que o significante significa, remete sempre àquele para quem ele significa, não havendo então possibilidade de

separação entre a língua e o ato de fala (*langue* e *parole*), como propunha Saussure. O sujeito não é um mero usuário do código instaurado pela linguagem, como poderia estar implícito na lingüística saussureana, mas é ele mesmo, efeito do discurso e mais propriamente das lacunas que estão presentes neste. A linguagem, na sua dimensão de falta possui, portanto, um caráter determinante na constituição e no funcionamento do psiquismo.<sup>8</sup> O advento do sujeito, seu surgimento, dependerá justamente da possibilidade de inscrição da falta mediante a assunção dos intervalos entre um significante e outro, isto é, das hiências abertas na cadeia de significantes. Ali onde a linguagem falha, é ali mesmo onde o sujeito está em questão, é ali onde o “si-mesmo está, pois em causa.” (LACAN, 1953a, p.10)

O que vai nos interessar aqui é a busca da compreensão de algumas das nuances presentes no funcionamento da linguagem, com a finalidade de extrairmos as conseqüências destas, para o plano do sujeito. A própria concepção lacaniana da linguagem só existe na articulação com sua teoria do sujeito; da mesma maneira, é a partir do conceito de significante que se estabelece o estatuto do sujeito para Lacan. As dimensões de significante e sujeito são co-dependentes neste sentido, mas não possuem o mesmo valor e nem a mesma função porque a linguagem é anterior ao sujeito. Não há um sujeito anterior que escolhe ser habitado pela linguagem; o sujeito surge já imerso, desde sempre na linguagem, e é daí que ele pode advir para responder à incidência significante.

Visando elucidar as questões destacadas acima, exploraremos as considerações de Lacan acerca do conto de Edgar Alan Poe “A carta roubada” (1954b-1955a). A leitura que Lacan faz do conto e as questões abordadas por ele, trazem um

---

<sup>8</sup> Juranville, 1987, p.47

assinalamento bastante original do que é realmente colocado em jogo pelo significante, ou seja, as leis que se articulam e regulam a linguagem e o posicionamento do sujeito diante disto. Mesmo que o formalismo da carta roubada seja mais tarde superado por Lacan (por ser uma proposta fechada onde já se supõem as articulações possíveis e também as impossíveis, não havendo praticamente lugar para o imprevisível), podemos, além de extrair apontamentos sobre a força e o rigor das leis da linguagem no encadeamento dos significantes, entrever também uma pequena abertura para a questão da responsabilidade do sujeito. É em razão dessas leis preexistentes, que o sujeito está em função do significante. E porque é constituído pelo significante é que o sujeito só poderá advir no campo da linguagem a partir de sua responsabilização por este lugar que lhe é, paradoxalmente, designado de fora.

Na primeira cena descrita no conto, a carta aparece como uma confidência, um pacto que deve ser mantido em segredo. A rainha é aquela que tenta camuflá-la, fingindo ser indiferente a ela. Mas sabemos que ela dá indícios de sua afetação pela carta, até mesmo porque o conto só tem prosseguimento, na medida em que a carta vai ganhando existência, no que funciona como ameaça a rainha. Esta é a posição da rainha diante da carta, ela teme ser pega, descoberta. O rei é aquele que está presente na cena, mas ausente como sujeito, já que nada sabe e nada vê.

O ministro toma posse da carta e ao fazê-lo, é tragado pela condição da rainha, colocando-se diante dela como se fosse o portador de uma prova. A carta, portanto, passa a ser outra coisa: de carta roubada passa à carta escondida. O ministro identifica-se à posição da rainha e alienado pela carta, embevecido pelo poder ilusório de possuí-la, nada faz com ela. Ou melhor, assim como a rainha, ele a camufla, mas não o faz de

qualquer maneira. O ministro feminiza a carta e a envia narcisicamente a si mesmo.

Já a polícia, mais um dos personagens do conto está ali para não achar a carta, já que a procura no espaço da extensão, um espaço linear, da realidade. Com isso, a esconde cada vez mais, na medida em que não deixa nenhuma abertura para que o real da carta- que não coincide com a realidade- possa atingi-la produzindo algum efeito de achado. A carta não pode ser procurada em toda parte, porque “uma carta está justamente em lugar nenhum.” (LACAN, 1955a, p. 254)

O posicionamento de Dupin em relação à carta é particularmente diferente dos outros. É ele quem promove o desfecho do conto. Ao encontrar o que procurava no lugar mais óbvio onde ninguém ainda havia procurado, Dupin toma o objeto para si; no entanto não se mistura com ele. Ele mantém alguma distância da carta. Não é que a ignore, mas ao obtê-la, opta por abrir mão dela em troca de um pagamento. E é só por ter aceitado o dinheiro, que Dupin pode se ver livre do aprisionamento que a carta provocara em todos os outros personagens.

A carta em questão no conto sobrepuja as particularidades individuais dos personagens, suas vontades ou opiniões. Ela simplesmente os arrasta. “(...) a carta é para cada um, seu inconsciente. É seu inconsciente com todas as conseqüências (...)”. (LACAN, 1955a, p. 248) Mas, na verdade, ela não tem permanência alguma, tanto que pode ser roubada, escondida, e até mesmo vendida. A carta, assim como o significante, não tem nenhum compromisso com sua conservação. O que permanece são as falas, o jogo dos símbolos que ela instaura, os efeitos produzidos pelo significante em cada sujeito. O conto não gira, portanto, em torno da carta necessariamente, mas sim dos problemas de significação que ela introduz para os personagens, isto é, como cada

sujeito se coloca e qual a significação que cada um dá ao chamamento da carta.

“A carta roubada” evidencia, acima de tudo, o caráter autônomo do significante que a despeito dos significados produzidos, conduz o sujeito. O significante produz os significados, sendo estes meros efeitos: ele coordena ativamente o funcionamento da linguagem e a significação só faz remeter sempre a uma outra significação. Esta operação simbólica introduzida pela linguagem é sustentada por regras e leis estritas que, no sujeito, funcionam constituindo amarras na cadeia significante. São estes nós na cadeia que passam a determinar o sujeito, a comandá-lo. Com a carta roubada, Lacan já aponta o beco sem saída no qual o sujeito é cercado pela linguagem. No seu funcionamento automático mais radical, as leis da linguagem imprimem um movimento de repetição, que insiste em ignorar e desconsiderar o sujeito, terminando por aprisioná-lo. O exemplo da Carta roubada demonstra segundo Lacan, que:

“(…) desde o surgimento mais elementar do significante, surge a lei, independentemente de todo elemento real. Isso não quer dizer em absoluto que o acaso seja comandado, mas que a lei surge como significante, de maneira interna, independente de toda experiência” (LACAN, 1957a, p.243)

Entretanto, apesar de o funcionamento simbólico ter uma força de lei, haverá sempre algo no próprio cerne do processo de simbolização que é de outra ordem, algo que se exclui continuamente da possibilidade de fazer parte da cadeia significante. Mesmo no exemplo da carta roubada, considerado um formalismo duro e restrito, há ainda um insondável, um impossível de tudo prever. Este insondável na cadeia aparece através da constatação de regras simbólicas que não eram dadas anteriormente, mas que vão sendo constituídas no próprio funcionamento da sintaxe em questão. É nesse sentido que o funcionamento da cadeia simbólica pode possuir uma incidência real, na

revelação de uma dimensão que surge de seu interior, mas que está ao mesmo tempo de fora, pois é inantecipável. Diante desse inantecipável que a carta, enquanto significante, traz à tona, vimos que cada personagem a toma de uma maneira específica e singular.

Lacan pontua, por exemplo, que a maneira como Dupin toma a carta, nos serviria para pensar a posição do analista, que serve de portador de todas as cartas roubadas do paciente. Assim como Dupin, o analista cobra um honorário para achar o significante e endereçá-lo de volta à história, fazendo com que neste retorno o sujeito possa ouvir o chamado do real ali presente. A carta, assim como o significante numa análise, convoca o personagem a se situar na história, isto é, chama o sujeito a responder de alguma maneira. O que ocorre é que o sujeito pode comparecer e responder como tal ou comparecer evadindo-se dessa posição.

É só porque esta dicotomia existe, que a psicanálise pode operar. A partir dessa proposta do analista - que não deixa de ser uma aposta - de que o simbólico possa incidir sobre o real, o sujeito é chamado a arriscar-se. Mas quem poderá responsabilizar-se, quem dá verdadeiramente o passo ou não, é somente ele próprio. Por falar em verdade, cabe aqui pontuar, que a grande questão que se coloca numa análise não está no fato de o sujeito chegar a sua verdade, mas sim na problemática colocada pelos significantes. Ou seja, no que a verdade é colocada para o sujeito, sua questão será se ele toma ou não lugar nessa verdade que é a sua. A sua verdade, no entanto, consiste em ele não ter propriamente um lugar que é seu, senão aquele que lhe é designado pelo Outro em seu discurso.

A grande questão, portanto, é uma questão de ato e responsabilidade. Já podemos notar aqui que a responsabilidade implica numa perda, já que o sujeito só pode

responsabilizar-se por algo, na condição de reconhecer-se como determinado pelo Outro, como não-livre. Nesse sentido, todo ato de responsabilização exige necessariamente que um preço seja pago. Se, por exemplo, o ministro abre a carta substituta, deixada por Dupin no local onde a verdadeira carta havia sido escondida, só lhe restará a leitura dos versos reveladores: “Um desígnio tão funesto/ Se não for digno de Atreu é digno de Tiestes.”<sup>9</sup> Com isso, Lacan nos convida a pensar que:

“É justamente com isto que temos que lidar, cada vez que a linha dos símbolos topa em obstáculo terminal – são nossos atos que vêm ao nosso encontro. Trata-se aqui, de repente de pagar à vista. Trata-se, como se diz, de repente de prestar contas de seus crimes (...).” (LACAN, 1955a p.258).

### **Sujeito falante, sujeito faltante: linguagem, trauma e divisão.**

“A função significante própria dessa palavra [familiar] não é somente designar isso ou aquilo, mas uma espécie de para-além. [...] Trata-se de uma certa relação que malogra, trata-se de algo que introduz nas relações humanas constantes um modo de impasse essencial que repousa nisto: que nenhum desejo pode ser aceito, admitido pelo Outro, a não ser através de toda sorte de intermediários que o refratem, que façam do desejo um objeto de troca, algo diferente do que é, e que em suma, submetam desde a origem o processo da demanda à necessidade da recusa.”

(LACAN, 1957b, p. 72)

‘Cada vez que a linha dos símbolos topa em obstáculo terminal’ o que vemos é a própria linguagem marcando a falta de completude e o impossível na construção do sujeito do inconsciente. E o fundamental deste encontro é que o sujeito é chamado a

---

<sup>9</sup> Esta frase é retirada da tragédia grega na qual Atreu e Tiestes são irmãos gêmeos que disputam o trono de Micenas. Atreu vence e expulsa seu irmão. Mas, ao descobrir a infidelidade de sua esposa com o irmão, Atreu dissimula uma reconciliação, chamando-o de volta e lhe oferecendo um banquete, que Tiestes come sem saber que era a carne de seus próprios filhos.

pagar um preço pelos seus atos. Aqui mora um grande paradoxo: como é que o sujeito pode pagar por um ato que é seu, mas que é determinado por algo que lhe é externo e que o comanda? Pois o sujeito não é alguém voluntarioso, personalizado, cujas intenções são prontamente realizadas, bastando apenas colocar em prática suas metas racionais. O sujeito não é nem mesmo um alguém, cuja identidade conhecemos de antemão. O sujeito surge no encontro com aquilo que no próprio discurso, na sua própria fala advém à revelia de sua intencionalidade, ali mesmo onde seu controle manca, onde há ausência de consciência.

O sujeito, portanto, é efeito da linguagem; ele não produz linguagem, mas pelo contrário, é constituído e atravessado por ela. A evidência mais clara deste atravessamento é que, segundo Lacan, o inconsciente, cuja presença Freud pôde ouvir tão genialmente em sua clínica, dando-lhe a relevância merecida no que concernia à determinação dos atos e pensamentos do sujeito, o inconsciente é estruturado, nada mais, nada menos, do que como linguagem. Lacan afirma que o inconsciente é uma ‘outra cena’ composta por um conjunto de significantes intrincados, que insiste em se repetir objetivando intervir nos cortes que o próprio discurso efetivo lhe oferece. Nesse sentido, caberia ao analista encontrar nesta ‘outra cena’, a do inconsciente,

“(…) os efeitos que se descobrem no nível da cadeia de *elementos materialmente instáveis* que constitui a linguagem: *efeitos determinados* pelo duplo jogo da combinação e substituição no significante (...); *efeitos determinantes* para a instituição do sujeito [...]” (LACAN, 1958b, p. 696, grifos meus)

Retornando à aliança realizada por Lacan com a lingüística de Saussure, diríamos que Lacan parte da afirmação saussureana de que na língua só há diferenças,

para concluir que a linguagem é o que introduz uma escansão, um corte na continuidade, na pura diferença do real, marcando as diferenças e determinando a instituição do sujeito. Entretanto, este encontro com o real, com o impossível, que a linguagem coloca, nunca é indiferente para o sujeito: o corte, como efeito deste encontro, possui a força de um trauma, como veremos. O trauma abate o sujeito em razão de ser uma operação irreversível que o afeta diretamente e deixa marcas que não podem ser apagadas. Deixa por exemplo, a marca de que o sujeito é um sujeito do inconsciente. Lacan dirá que é através da descoberta do que o sujeito articula no inconsciente, ou seja, do que ele articula no encontro com seu lugar significante que se pode apreender *a posteriori*, ao preço de que fenda (*Spaltung*) este sujeito se constituiu.<sup>10</sup>

O real, enquanto pura diferença atinge o sujeito e para que este se constitua no referencial da linguagem, marcando as diferenças através de suas leis estruturais próprias, precisará pagar um preço, mesmo que não se reconheça como agente aí. E o preço a pagar remeterá sempre ao trauma, ao corte fundamental através do qual o sujeito pôde surgir como sujeito dividido.

Mas, de que pagamento se trata? Um pagamento implica, nos termos capitalistas, em dar algo de si, abrir mão de alguma coisa. Significa, sobretudo, travar um acordo no qual quem paga, aceita ser subtraído em seus bens, contanto que ganhe em troca, algo de seu interesse. Todavia este preço de que falamos, o preço que o sujeito tem de pagar para constituir-se na linguagem, não garante a ele, absolutamente nada em troca: não garante seu bem-estar, sua satisfação ou mesmo qualquer espécie de

---

<sup>10</sup> Lacan, 1958b, p.696

recompensa justa. A única garantia é a sua constituição como sujeito dividido pela linguagem e nada mais, nem mesmo sua continuidade e nem sua manutenção.

É por esta razão que o sujeito resiste a pagar o que deve; porque quer evitar o trauma do corte, dado pelo próprio real que há na linguagem; e também porque imagina que em outro lugar, que não este de sujeito dividido, deve haver algum ganho garantido em troca de seu pagamento. Esta é a verdadeira neurose de todos os dias: o sujeito recalca o impossível que o constitui e sofre em busca da satisfação completa que não existe. Vejamos portanto, o que é que confere esta dimensão traumática, da qual o neurótico tanto foge.

Em “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” (LACAN, 1957c), a linguagem toma a dianteira do ensino de Lacan. Neste artigo, o trauma adquire um estatuto importante, passando a ser concebido como uma produção da linguagem, relacionada ao próprio funcionamento do significante. Ao pensarmos no trauma é quase imediato nos remetermos às considerações de Freud em “Além do Princípio do Prazer”. Mas, afinal, no que Freud denomina como além do princípio de prazer, haverá realmente outra coisa senão a relação fundamental do sujeito com a cadeia significante?

O aspecto traumático da incidência do significante no sujeito refere-se, em primeiro lugar à dimensão de invasão da linguagem, isto é, ao fato de que o sujeito não tem nenhuma escolha diante disso. Ele é desde sempre, aceitando ou não, um sujeito assujeitado pela linguagem. O sujeito não tem as rédeas da linguagem, não escolhe voluntariamente a maneira como vai utilizar os significantes; estes lhe são dados de fora.

A condição de servo da linguagem em que o sujeito se encontra fica bastante explícita quando, por exemplo, nos detemos na particularidade que envolve o nome próprio. O nome próprio é o significante que nomeia o sujeito, e que lhe dá lugar no mundo. Antes mesmo de o sujeito nascer, ele já é nomeado pelo Outro, isto é, seu lugar já está inscrito de alguma maneira. A questão que envolve o nome próprio é paradigmática para elucidar a relação traumática que o sujeito estabelece com a entrada do significante, porque o caráter impositivo próprio ao significante e a exterioridade radical que marca a linguagem, ficam bem evidentes. O sujeito está sujeito ao significante que lhe foi atribuído de fora, não havendo escolha, concordância ou discordância possível. Se quiser fazer parte da linguagem, precisará realizar uma operação na qual deve acolher o nome, puro significante falado, como sendo o seu nome próprio. Mesmo que não o tenha escolhido, o sujeito precisa identificar-se a esse nome de um modo específico, para que daí possa vir a se situar como sujeito x, mesmo porque, x será o único lugar possível onde ele poderá advir como sujeito.

No Escrito citado acima, Lacan está interessado em analisar aquilo que aparece na clínica psicanalítica através da fala, mas como estando para além da fala, ou seja, toda a estrutura de linguagem da qual a fala se serve. Ele aponta que se há uma instância para a letra<sup>11</sup>, essa instância é o próprio inconsciente. Lacan se pergunta então, como se há de tomar esta letra e responde, na mesma linha, que ela deve ser tomada como tal, ao pé da letra.

Mas, ao tomar o significante como tal, deparamo-nos com o fato real de que como tal ele não significa nada, é um enigma, pois não tem um sentido pré-determinado ou fechado. O aspecto traumático da incidência significante ganha ainda mais força. Ele

---

<sup>11</sup> Letra é conceituada nesse texto como sendo o “suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem” (Lacan, 1957c, p. 498), ou seja, o significante. 68

não responde por sua existência a título de nenhuma significação e não atende à função de representar o significado. A linguagem, portanto é limitada em seu interior e o significante é a partícula da linguagem que ao mesmo tempo em que estrutura o sujeito, define-se por sua carência. O significante, enquanto tal, não quer dizer nada, é uma pura diferença, e isto indica o real que é imanente à própria linguagem.

Com relação ao significado, só podemos dizer que o significante, por ser anterior, entra no significado. Os significados aparecem como efeitos, como produtos da causa significante. E o sujeito, atravessado que é pela linguagem, e ao contrário do que se esforça para pensar, não controla este processo; é a linguagem que o comanda. Ele não doa um sentido voluntariamente, mas este aparece de forma necessária, como consequência da relação entre os termos da cadeia significante, do deslocamento de significantes. Aliás, é próprio da estrutura do significante que ele seja articulado, afinal, se um significante só se define pela diferença em relação a outro significante, como já indicava Saussure, temos a formação de uma cadeia de significantes como consequência direta.

Assim, vemos que o significante obedece, na íntegra, a apenas duas condições: a de ser reduzido a um elemento diferencial último e a de compor estes elementos de acordo com leis de uma ordem fechada.

“São essas as condições estruturais que determinam - como gramática- a ordem das *invasões constitutivas* do significante, até a unidade imediatamente superior na frase, e – como léxico - a ordem dos *englobamentos constitutivos* do significante, até a locução verbal.” (LACAN, 1957b, p.505, grifos meus)

Se a linguagem em sua estrutura preexiste ao sujeito, se o real é imanente a ela e

se o seu funcionamento se dá a partir de invasões e englobamentos que terminam por constituir o sujeito, podemos vislumbrar o porquê de o encontro do sujeito com o significante ser caracterizado pelo trauma.

Assinalaremos, agora, a estranha materialidade que caracteriza o significante, visto que apesar de ele compor aquilo que há de material na linguagem, não ser em nada substancial, o que contribui para seu efeito traumático. A própria relação entre significado e significante é marcada por uma fluidez sempre pronta a se desfazer. Lacan chega a dizer que “o analista sabe, mais do que ninguém, o que esta dimensão tem de impegável, e como ele próprio pode hesitar antes de se lançar a ela.” (LACAN, 1956a, p.296).

Os significantes são materiais, mas não são isoláveis, nem divisíveis. Isto porque os significantes são o sinal de uma incompletude, de uma diferença pura. Contudo, na medida em que são um sinal que remete a outro sinal, que é como tal estruturado para significar a ausência de um outro sinal, são também presença de alguma coisa. Os significantes são realmente encarnados, materializados “(...) são palavras que passeiam, e é como tais que elas desempenham a sua função de acolchamento.” (LACAN, 1956a, p.326).

A materialidade do significante, no entanto, não vale de nada, se não pensamos na sua relação com o sujeito, porque no fundo, ela depende de sua encarnação por este para que possa existir. A encarnação reside, por exemplo, na presença do significante na fala do sujeito. E nesse sentido, não é só o armazém acessório do significante que conta, mas a relação do sujeito com o significante em seu conjunto. Ao comentar o artigo freudiano “Uma criança é espancada” (1919b), Lacan pontua que a única coisa que

persiste das fantasias masoquistas que são ali colocadas em jogo, é justamente o material significante, isto é o chicote (*Schlag*). Mas este material persiste porque possui uma função específica na articulação inconsciente do sujeito: o chicote é o significante modelo da relação do sujeito com o desejo do Outro. Em última instância, ele é também modelo da própria relação do sujeito com a incidência traumática da linguagem.

“(…) os seres humanos estão todos sujeitos ao jugo de alguém. Entrar no mundo do desejo é, para o ser humano, suportar, logo de saída, a lei imposta por esse algo que existe mais-além, a lei de *Schlag* - o fato de o chamarmos aqui de pai já não tem importância, não vem ao caso. [...] A função da fantasia terminal é manifestar uma relação essencial do sujeito com o significante.” (LACAN, 1958a, p.250)

A relação essencial do sujeito com o significante está presente no fato de que é um significante que representa o sujeito para um outro significante. É fundamental pensarmos que por mais que haja a imposição de leis da linguagem ao sujeito, há também, nos intervalos entre os significantes, uma possibilidade de o sujeito se fazer presente. No seminário sobre a Carta roubada, Lacan já vinha abrindo um espaço para o sujeito, mas é em seu Seminário “A Ética da psicanálise” (1959-1960a), que ele radicaliza a relativização do determinismo significante. Porque ao considerar as implicações éticas contidas no conceito de pulsão, ele se questiona enfaticamente sobre o destino do encaminhamento promovido pela máquina pulsional, ressaltando que o sujeito da pulsão é consequência do jogo significante. O determinismo significante, pois, não retira a responsabilidade do sujeito, já que tem de haver ali um corpo que encarne o significante e todo o arsenal de implicações éticas que ele traz consigo, sendo esta encarnação sempre singular.

Diante da imposição traumática do significante pode-se responder de diversas maneiras - recalçando-o, forcluindo-o, rejeitando-o, ou mesmo responder em ato a partir do desejo. Nem todas estas respostas implicam o mesmo posicionamento do sujeito, assim como também não implicam necessariamente na tomada de responsabilidade. Mais a frente, aprofundar-nos-emos na relação entre o significante e a pulsão visando tecer considerações acerca da questão ética que esta relação coloca para o sujeito.

Por hora, nos interessa pontuar que ao submeter-se à linguagem, isto é ao pagar o preço de trauma que deve, o sujeito será impelido a acatar, de certa forma, as leis que dela provém, deixando-se, inclusive, afetar pela estranha materialidade do significante. No caso da neurose, isto aparece por esta função de “acolchetamento” promovida pelo significante, da qual falamos acima. No entanto, a lei não é lei por si mesma. Lacan nos alerta que o que autorizará o texto da lei não está situado puramente na presença de alguém, mas no próprio nível do significante. Há alguma coisa no próprio texto da lei que produz uma diferença, fazendo com que ela se faça valer para o sujeito; mas também é necessário que o sujeito dê um salto para que a lei chegue a se constituir como tal para ele.

O falo, neste sentido, será para Freud o significante primordial que marca a falta para o sujeito, e que pode levá-lo a estabelecer-se, através de sua relação com a linguagem, como sujeito desejante. O falo é um significante-pivô em torno do qual girará toda uma dialética, afirma Lacan, do que o sujeito tem de conquistar por si mesmo, por seu próprio ser.

“O que importa para o sujeito, o que ele deseja, o desejo como desejado, o desejo do sujeito, (...) isso em última análise, é literalmente feito com a ajuda

do falo.

(...) Com efeito, há pouca probabilidade de que [o falo] venha jamais a se revelar senão em sua natureza de significante, ou seja, de que venha realmente a revelar, ele mesmo, aquilo que, como significante, ele significa.” (LACAN, 1958a, p.248/249)

Aquilo que como significante, ele significa é que ele não significa nada, ou seja, que o impossível se faz presente enquanto falta na linguagem. O falo é o significante da suspensão que ele inaugura por seu desaparecimento. O sujeito que se submete a este significante está submetendo-se em última análise à castração, enquanto operação real e traumática da divisão subjetiva. Desta operação resulta uma incompletude que está referida ao sistema simbólico, e que se reflete diretamente no campo do sujeito. No entanto, para que a incompletude possa operar no sujeito, é preciso que ela seja articulada por este. Mesmo estando marcado em sua constituição como tal pela linguagem, vemos com Lacan – e numa análise isso fica bem explícito- que o que ocorre é que o sujeito resiste a pagar o preço que deve por estar submetido à linguagem:

“(...) o sujeito em sua relação com o significante pode, de vez em quando, ao ser solicitado a se constituir no significante, recusar-se a fazê-lo. Ele pode dizer: - *Não, eu não serei um elemento da cadeia.* É isso, realmente que constitui o fundo. Mas, aqui, o fundo, o avesso, é exatamente a mesma coisa que o direito. Que faz o sujeito, na verdade a cada momento em que se recusa de certo modo, a pagar uma dívida que não contraiu? Não faz outra coisa senão perpetuá-la. Suas recusas sucessivas têm como efeito fazer a cadeia repercutir ainda mais, e ele se descobre sempre mais e mais ligado a essa mesma cadeia. (...)” (LACAN, 1958a, p.255)

Mesmo que o neurótico recuse sua constituição no significante de vez em

quando, ele já está enquadrado numa certa conformação: já é um sujeito atingido e dividido pela linguagem, estando sempre, e cada vez mais, ligado a cadeia significante. Se o neurótico consegue, vez por outra, se fazer de surdo para a descontinuidade própria ao significante é porque esta descontinuidade já pôde ser ouvida em algum momento de sua constituição como sujeito, isto é, o preço do trauma já foi pago de alguma maneira. E o pagamento do preço de trauma de estar submetido à linguagem terá como retorno a presença, em ausência, da unidade significante que “supõe uma certa laçada enlaçada que situa os seus diferentes elementos” (LACAN, 1956a, 297).

Lacan conceitua o Nome-do-Pai como sendo o resultado desta operação do sujeito com a falta que se faz presente na figura do falo. O Nome-do-Pai é o mínimo específico que através de sua função metafórica (substituição de um significante por outro num lugar determinado) faz com que um significante seja diferente de todos os outros, organizando assim, todos os significantes na cadeia. Ele cria a possibilidade não só do desenrolar da cadeia significante, mas também do “surgimento de sentidos sempre novos, que vêm sempre contribuir para aprimorar, complicar, aprofundar, dar sentido de profundidade àquilo que, no real, não passa de pura opacidade.” (LACAN, 1957b, p. 35). Nas palavras de Lacan, este é o significante que “dá esteio à lei”, que “confere autoridade à lei” e que “significa que, no interior desse significante, o significante existe”. (LACAN, 1958a, p.152,153). O Nome-do-Pai cristaliza todos os significantes num só e com isso traz em seu bojo a ausência que o define. Ele coloca para o sujeito que as significações são fundadas pela linguagem e que, portanto não há como fugir da questão inexorável do impossível de tudo realizar e representar.

Já na psicose, o que veremos é a função significante novamente em causa:

porém, aqui não existe um significante que comanda; todos podem comandar. Diante de um fato de linguagem o sujeito não relativiza nada porque não faz distinção entre o real e o imaginário. Na sua relação com o falo, o psicótico não realiza a falta que este encerra, mas se identifica com ele: o psicótico é o próprio falo. Se é justamente a partir da articulação da metáfora paterna, ou seja, de um afastamento do sujeito do lugar de falo, que o Nome-do-Pai como pai simbólico, pode operar, relativizando os fatos da linguagem, vemos que a forclusão do Nome-do-Pai, na psicose, leva o sujeito a reconsiderar todo o conjunto da linguagem.

Na ausência real do significante do Nome-do-Pai que é foracluído, não articulado, o que se faz sentir na psicose é o buraco, a falta como tal. Se pudéssemos falar de um preço a ser pago pelo psicótico - se bem que não parece haver aí um acordo estabelecido entre sujeito e linguagem - diríamos que ele paga o preço elevado de ser invadido e aprisionado pela linguagem, funcionando através da atribuição de uma significação total e maciça aos significantes, ou promovendo um deslizamento incessante da significação. Ao contrário do neurótico - que consegue ensurdecer-se de vez em quando para o real que é imanente à linguagem, recalando o Nome-do-Pai - o psicótico é assolado constantemente pelo real, e com isso os significantes se fazem ouvir demais. O psicótico é perseguido por um enxame de significantes que o atravessa com um zumbido incessante.

A psicose, com seu inconsciente a céu aberto e seus fenômenos lingüísticos brotando aos montes, explicita o caráter verdadeiramente estranho do significante. Porque se o comando que vem de fora, exercido pelo significante pode ser recalado e atribuído pelo neurótico ao seu próprio eu, como se ele tivesse pleno domínio sobre si,

no psicótico o significante também exerce um comando radical, mas este não pode ser tributário do eu. A psicose demonstra enfim, que para além do eu, outra coisa nos comanda de fora e permanece como exterior. Demonstra que o sujeito é sempre efeito da linguagem e do impossível que lhe é imanente.

Ao abordarmos o impossível imanente à linguagem, pretendemos falar de um desencaixe original que não está ligado propriamente ao fato de que quando o sujeito fala, quando um significante comparece, um significado logo se produz, enquanto outros mil poderiam ter se produzido em seu lugar; porque de certa maneira, a atribuição de sentido já é secundária. O desencaixe de que falamos está na própria função do significante que surpreende o sujeito a todo instante, por não ser feito sob sua medida, por não pertencer a ele.

A incidência do significante, ao mesmo tempo em que instaura regras e leis de linguagem que servem para organizar a cadeia numa determinada conformação, também promove, paradoxalmente um deslocamento, uma evasão de qualquer tipo de arranjo segundo leis. A determinação paradoxal a qual todo sujeito está submetido ali, na chegada de um significante, é a isso que denominamos aqui de trauma. O trauma do significante marca a constituição do sujeito e assim fica instalado nele: como marca do impossível de se representar. A materialidade não substancial do significante, sua autonomia no que diz respeito à significação e a determinação em forma de lei imposta por ele ao sujeito, fazem com que o preço que o sujeito tenha de pagar, seja um preço de trauma para entrar na linguagem.

A entrada do significante na cadeia como nada, como falta, assinala que as palavras já estão lá antes mesmo do sujeito e é isso que traz o efeito traumático. Mas é

no próprio trauma que se abre alguma possibilidade de o sujeito advir de uma operação de corte, de divisão. Na relação do sujeito com o significante, o significante está sempre fora, impondo uma externalidade radical e com isso presentificando a falta estrutural do sujeito. Por mais que tente contorná-la, o sujeito termina por se deparar sempre e mais uma vez com isto que não cabe na linguagem, por não ser simbolizável, um resto que advém da própria linguagem, mas que não se pode eliminar.

Este resto real se faz presente na ausência colocada no simbólico. O encontro com o real, está aqui colocado através da linguagem, em um plano anterior à articulação das palavras, quero dizer, naquilo que se dá quando tomamos os significantes um a um: sozinho, o significante, como tal, não quer dizer nada, não significa nada. É assim, como nada, que ele invade o aparelho psíquico. E é como nada que ele interessa tanto à psicanálise, porque contamos com ele para que ele signifique qualquer coisa. Há, com efeito, como veremos, um resto que é inassimilável ao significante, mas que, justamente por isso, faz a cadeia girar mais uma vez em busca de um encaixe perfeito entre significante e significado. Essa tentativa, porém é sempre frustrada e insiste em dar ao sujeito, um resultado impossível.

### **O impossível como causa do desejo**

“(…) o objeto humano, o mundo dos objetos humanos, permanece inapreensível como objeto biológico. Ora verifica-se que esse fato, nessa conjuntura deve ser estreita ou mesmo indissolavelmente relacionado com a submissão, a subducção do ser humano pelo fenômeno da linguagem.”

(LACAN, 1957b, p. 53)

Vimos que o significante é caracterizado por sua descontinuidade e por sua remissão incessante a outro significante. Este fato de linguagem, de o significante só poder reenviar a um outro significante e a nada mais, será justamente o que impulsiona o sujeito a buscar em outro lugar, a “Coisa”, o objeto, que, então, falta à sua satisfação. A falta de completude é própria do funcionamento significante, mas quem sustenta este vazio é o sujeito, através de seu posicionamento diante do significante. Se diante da falta da linguagem, o sujeito busca em outro lugar a sua satisfação, é porque acredita que em algum lugar a satisfação plena existe. O essencial da experiência de satisfação descrita por Freud é, portanto, apontar que a marca da satisfação deixada no aparelho vai exigir um intenso trabalho do sujeito.

Melman (2003) comenta numa entrevista em que é questionado sobre o que ele chama de buraco na linguagem, que “(...) os objetos de satisfação são as ‘rolhas’ do buraco assim aberto no nosso mundo pela linguagem, por falta dessa coisa, da qual só nos resta o semblante.” (MELMAN, 2003, p.45) Se só nos resta o semblante da coisa, como diz Melman, é porque as rolhas do buraco são também esburacadas. A coisa, na verdade, vai sempre denunciar a impossibilidade do encaixe perfeito da rolha no buraco.

No Seminário sobre a ética (1959-1960a), Lacan retoma o termo *das Ding*, a Coisa, do texto freudiano do “Projeto para uma psicologia científica” para nos chamar a atenção de que a saída encontrada pelo sujeito na busca pela satisfação, é circundar esta parcela do objeto que sempre se coloca como estranho. O contorno de *das Ding* busca recobrir o furo e é movido por um posicionamento do sujeito de não querer saber sobre o impossível da linguagem e da satisfação.

Mais tarde, no Seminário 10, “A angústia” (1962-1963), Lacan volta a falar

deste objeto estranho com o qual o sujeito está sempre às voltas. Ele acrescenta desta vez que este objeto não está para sempre perdido, como *das Ding*, mas retorna sempre, sendo ele inclusive o ponto de onde o desejo pode insurgir. O objeto *a*, como Lacan o denomina, é aquilo que da dimensão do real causa o desejo.

Vemos o conceito de objeto *a* sendo introduzido por Lacan num esforço para circunscrever em uma letra, aquilo que é inassimilável ao significante. O que marca o objeto *a*, é o fato de que ele é produzido pela própria linguagem, mas é também, absolutamente heterogêneo a ela, na medida em que escapa ao Simbólico, sendo a sobra, o resto da operação da linguagem. Apesar de ser feito de letra, ele se recorta na carne a partir do corte que o significante faz incidir no sujeito.

O objeto *a* é aquilo que não pode ser triturado do tesouro dos significantes, é o que resta da operação da divisão do sujeito, obrigando-o a realizá-la novamente. O sujeito coloca-se nessa operação como dependente do Outro, no lugar de cociente da divisão. Decorre disso, que ele venha a ser marcado com uma barra pelo significante que advém do campo do Outro, assim como o próprio Outro será, como diz Lacan, “cortado em rodelas”. Haverá, no entanto, um resto, um resíduo dessa divisão que não se apaga. “(...) Esse resto, esse Outro derradeiro, esse irracional, essa prova e garantia única, afinal da alteridade do Outro, é o *a*.” (LACAN, 1962, p. 36)

Lacan pergunta-se mais adiante neste mesmo Seminário: “O que é o resto?” e ele mesmo responde “É aquilo que sobrevive à provação da divisão do campo do Outro pela presença do sujeito.” (LACAN, 1963, p.243). O objeto *a* enquanto aquilo que da operação da linguagem sobra, sobrevive, resiste, continua, nos alerta de que a dimensão de alteridade, a exterioridade radical a qual estamos submetidos pela própria linguagem,

estará sempre garantida e se fazendo ouvir pelo sujeito. É justamente esta continuidade do objeto *a* como resto que o caracteriza como objeto causa do desejo, fazendo a cadeia significante girar mais uma vez.

Dentro da temática da relação do sujeito com o objeto, Lacan aponta algumas especificidades do objeto *a*, com relação aos objetos do mundo comum. Primeiramente, este objeto de que se fala aqui, não está no campo da objetividade, não pré-existe ao sujeito, nem é cognoscível pelo sujeito do conhecimento. O objeto *a* está mais referido ao que Lacan chama de objetividade. Como se daria então a transformação do objeto situável, reconhecível, intercambiável a esse objeto privado e incomunicável, mas dominante?

O sujeito se coloca em relação aos objetos buscando sempre apreender-se numa identidade com ele, já que está à procura da completude imaginária e da satisfação. Para mediar esta relação, o próprio sujeito introduz no mundo os objetos comuns, objetos de concorrência, de partilha que terminam por produzir algum tipo de separação entre sujeito e objeto. Porque se os objetos são concorridos, isto é, se no fim das contas, ele é seu ou é meu, o eu deixa de ser igual ao objeto. Porém, percebemos que mesmo aqueles objetos que não podem ser partilhados, terminam sendo fagocitados por esse campo da troca, da partilha. Lacan destaca o falo, o cíbalo e o mamilo, entre outros, como representantes destes objetos que não podem ser partilhados e que quando circulam por este campo da partilha, são até reconhecíveis, porém, “têm a particularidade de seu status assinalada a nós pela angústia. Com efeito, são objetos anteriores à constituição do status do objeto comum, comunicável, socializado. Eis do que se trata no *a*.” (LACAN, 1963, p.103)

Na relação com estes objetos, o sujeito é sempre pego de surpresa, justamente porque algo desse objeto insiste em escapar a completude almejada. Lacan retoma as considerações de Freud sobre o ‘estranho’ (*Unheimlich*) para dizer que não tem outra maneira do sujeito situar-se em relação ao objeto, a não ser por um certo *fading*, por um desmaio, um apagamento. E isso ocorre na medida em que esses objetos são marcados pela parcialidade, pela perda que encerram, pelos resíduos deixados a cada etapa pulsional, pela falta de significação que se faz presente e pela irreducibilidade ao significante.

“A dimensão do significante não é outra coisa, se quiserem, senão aquilo em que se vê aprisionado um animal à procura de seu objeto, de tal modo que a busca desse objeto o conduz a outro campo de rastros, no qual essa mesma busca perde seu valor introdutório e se transforma em seu próprio fim.”  
(LACAN, 1962, p. 78)

A construção do conceito de objeto *a* a partir dos objetos da pulsão, explicita ponto por ponto, que o que está em jogo para que o circuito pulsional funcione, é a experiência do sujeito com a falta. Afinal, a pulsão em si mesma, é efeito da demanda do Outro, isto é, ela se faz a partir do que falta ao Outro e em última instância, diz respeito à linguagem e à incompletude que esta engendra. As cinco formas do objeto *a* descritas por Lacan - objeto oral, anal, fálico, olhar, voz - valem não pelo seu conteúdo, mas pela função de corte que encarnam nos diversos níveis corporais. São semânticas diferentes do objeto *a*, vestimentas para ele, fazendo aparecer um cavo, um oco que sinaliza o objeto sempre como perdido. O sujeito realiza uma trajetória passando por esses objetos, mas esta trajetória não comporta nenhum tipo de linearidade ou pensamento desenvolvimentista. O que está em jogo para que o sujeito dê uma virada e

passa de um objeto ao outro é o impasse que cada objeto lhe coloca.

Nessas diversas incidências do objeto *a* o sujeito vai apreendendo algo do desejo do Outro. Apreende que se o Outro demanda algo a ele, se é desejante é porque é incompleto, não se satisfaz em si mesmo. Lacan aponta que muitas vezes o sujeito se retira da cena, fica aquém dela, procurando ler no Outro qual é a sua questão. Mas ao se deparar com o Outro, o sujeito só encontra com a mesma questão que é a sua: a falta. Se o Outro é incompleto, não poderá dar-lhe toda a satisfação que almeja, tendo ele que buscá-la por seus próprios meios.

“(…) O efeito de linguagem está a todo tempo misturado com o fato de que (...) o sujeito provém de seu assujeitamento sincrônico a esse campo do Outro. É por isso que ele precisa sair disso, tirar-se disso, e no *tirar-se disso*, no fim, ele saberá que o Outro real tem, tanto quanto ele, que se tirar disso, que se safar disso. É mesmo aí que se impõe a necessidade de boa fé, fundada na certeza de que a mesma implicação da dificuldade em relação às vias do desejo existe também no Outro. (LACAN, 1964a, p. 178)

O objeto *a* é justamente aquilo que testemunha a diferença significativa introduzida pela linguagem, no padecimento sofrido no corpo do sujeito. Ele põe em questão, sobretudo, o lugar do sujeito, a ferida que o constitui. Lacan aponta que “sempre há no corpo, em virtude desse engajamento na dialética significativa, algo de separado, algo de sacrificado, algo de inerte, que é a libra de carne”. (LACAN, 1963, p. 242) O sujeito não padece desse efeito, desta afetação em seu corpo, sem motivos: este é o preço, a libra de carne que o sujeito precisa pagar para entrar na linguagem. O neurótico, como já dissemos, não admite pagar este preço, resiste e se recusa a pagar o preço do trauma e de sua angústia:

“Aquilo diante de que o neurótico recua não é a castração, é fazer de sua castração o que falta ao Outro. É fazer de sua castração algo positivo, ou seja, a garantia da função do Outro, desse Outro que se furta na remissão infinita das significações, desse Outro em que o sujeito não se vê mais do que como um destino, porém um destino que não tem fim, um destino que se perde no oceano das histórias. Ora, o que são essas histórias senão uma imensa ficção? O que pode assegurar uma relação do sujeito com esse universo de significações senão que, em algum lugar, existe gozo? Isso ele só pode assegurar por meio de um significante, e esse significante falta forçosamente. Nesse lugar de falta, o sujeito é chamado a dar o troco através de um signo, o de sua própria castração.” (LACAN, 1962, p.56)

A parcialidade do objeto, a falta que ele carrega, é, portanto, o que convoca o sujeito a desejar. O desejo, no entanto, não é nada, não é um atributo do sujeito até que ele dê um passo nessa direção. Ele é uma pura convocação que traz certos apelos, certas incumbências, certos modos de gozo, mas também traz a chance de ser sujeito. Se tudo saísse como o esperado, nada tiraria o sujeito de seu apego sintomático ao gozo. É somente quando algo da correlação entre a demanda e a oferta não funciona, quando o objeto encontrado faz o gozo fracassar, é nesse ponto específico, onde o sujeito poderia gozar, mas não consegue que se abre um espaço de possibilidade para o desejo. Porque para desejar, o sujeito precisa abrir mão desse gozo imediato, precisa pagar com a libra de carne, como dissemos acima. Somente dessa forma é que poderá aproximar-se de seu exercício enquanto sujeito desejante. Mais adiante, trabalharemos as implicações éticas que estão contidas nesta tomada de posição do sujeito, mas já podemos antecipar que a liberdade instalada aí é radical, já que no momento em que o sujeito é chamado a advir, ele pode se posicionar como sujeito desejante, pode responsabilizar-se por sua condição

objetal de sujeito, mas também pode não fazê-lo.

A convocação provocada pelo desejo é constante, na medida em que a incidência da falta não cessa de comparecer, por mais que o sujeito tente insistentemente recalculá-la; o objeto *a* sempre resta como causa do desejo. É com este material que a psicanálise vai poder trabalhar, com esta dimensão da falta que determina o sujeito e que é incontornável, porque a experiência analítica deixa emergir essa estrutura incompleta que dá lugar ao sujeito, e o não sentido que está presente aí.

A aposta de uma análise ao enunciar a regra da associação livre do “diga tudo que lhe vem à mente”, é que o analista possa promover uma abertura para o dizer, mas também uma abertura para o sujeito dar-se conta dos limites do tudo dizer e da inevitabilidade dos equívocos. O analista sabe que este é um mandamento impossível, mas que é deste impossível que algo pode vir à tona através do significante. O significante, na verdade, não dá a coisa pronta. Não é o enunciado que importa, mas o que ele proporciona, mediante sua enunciação: que a experiência da falta se faça presente. Haverá, portanto, sempre um resto, algo do real que escapa e se impõe ao sujeito. Mas, para que um ato falho, por exemplo, apareça como ato falho, precisa haver ali a estrutura analítica instalada. É por isso que o analista deve continuar lá para não deixar o sujeito encobrir esta dimensão de falta, presentificada pelo objeto *a*, para manter a hiância entre sujeito e objeto, convocando sempre o sujeito a desejar. É responsabilidade do analista manter o dispositivo analítico valendo. É com isso, portanto, que a psicanálise vai lidar: com o sujeito real. A experiência analítica opera com o real, mas só pode fazê-lo através da linguagem, posto que é o significante que pode instalar no sujeito, uma exigência de trabalho.

A experiência de perda, a incidência do corte do significante, na verdade, só faz acossar o sujeito a sair do impasse, mas daí por diante fica tudo por conta do sujeito. O que resta do corte é o que constitui o sujeito e dá movimento ao circuito pulsional, fazendo girar a cadeia significante. É a presentificação da falta que faz com que o aparelho psíquico se mova em busca de algo: algo que o complete, que o sacie, que o faça continuar repetindo ou mesmo que o faça advir como sujeito. Ao encontrar com esses diferentes incontornáveis, o sujeito pode transpô-los, mas para isso precisará relançar-se enquanto sujeito desejante. É este exatamente o grande porém: o desejo não é natural, mas uma exigência contingente de trabalho. Diante de sujeitos que chegam a uma análise queixando-se de uma falta de liberdade, de um verdadeiro aprisionamento a um gozo, a uma satisfação destrutiva que ele não controla, concluímos univocamente que o desejar é sempre um esforço a mais.

Veremos que a tendência fundamental do sujeito, diante do encontro com o impossível colocado pela linguagem, ou da incompletude do objeto, é sua anulação, seu apagamento em prol da busca pela satisfação. O sujeito e suas intenções, portanto estão muito além do princípio do prazer e a pulsão é o que atesta este além no corpo do sujeito.

### Capítulo 3: O real da pulsão e as vicissitudes do sujeito acéfalo

#### Freud e o *pathos* da pulsão: o que faz real para o sujeito?

“Essa paixão do significante, por conseguinte torna-se uma nova dimensão da condição humana, na medida em que não somente o homem fala, mas em que, no homem e através do homem, isso fala, em que sua natureza torna-se tecida por efeitos onde se encontra a estrutura da linguagem em cuja matéria ele se transforma, e em que por isso ressoa nele, para além de tudo o que a psicologia das idéias pôde conceber, a relação da palavra.”

(LACAN, 1958b, p. 695)

O campo psicanalítico só se sustenta pelo fato de admitir de início um real que não se pode dominar. A Psicanálise é o único discurso que não abre mão de tratar diretamente da dimensão do real e de seus deslizamentos para o campo do sujeito. Vimos anteriormente que a obstinação de Freud não estava centrada nem na origem dos fenômenos psíquicos, muito menos na realidade deles, mas no real escamoteado pelas produções inconscientes do sujeito. A psicanálise, enquanto discurso e prática clínica, não nasce de respostas ou soluções, mas de interrogações: o que é que faz real para o sujeito? Que alteridade é esta da qual o sujeito não pode esquivar-se e na qual sua opinião ou consciência não interferem? Diante do real que lhe acossa como é que o sujeito se porta?

Antes de Freud, a escuta corrente era a da medicina que ouvia, por exemplo, a histeria e a excluía imediatamente de seu espectro de ação. A teatralização e a indiferença para com os sintomas, características marcantes desta estrutura não faziam parte da realidade médica, realidade esta calcada em dados físicos, anatômicos, fisiológicos. Freud promove um corte com a escuta médica ao ouvir a mesma vitimização, a mesma encenação, o mesmo descaso e descompromisso histérico,

conferindo-lhe, no entanto, realidade e veracidade. Ele não apenas nota que há um real que se faz ouvir na fala histérica, como procura extrair alguma consequência desta escuta para a elaboração de uma nova proposta de intervenção clínica que levasse em conta este real que estava em jogo.

Todo paciente que buscava análise chegava dizendo-se comprometido pelo seu sintoma, queixando-se e buscando uma resolução. Mas o que chama realmente a atenção de Freud é a força, o dispêndio de tempo e energia do neurótico para permanecer descomprometido com seu lugar de sujeito. São essas quantidades incontroláveis, isto é, o real bruto das quantidades no nível da inércia do sintoma, que justificam o interesse ético de Freud, cada vez maior ao longo da obra, pela dimensão econômica do psiquismo.

Freud assinala que a questão da psicanálise não estava tanto no sintoma trazido pelo sujeito como o foco do seu sofrimento, mas no modo como o sujeito neurótico tenta amenizar a existência da alteridade que o determina, evadindo de sua condição de sujeito assujeitado e determinado por algo que lhe vem de fora, através do sintoma. Isso fica bem evidente quando, por exemplo, o sujeito procura - mas nunca acha, posto que sempre haverá um resto que marca a impossibilidade de tal pretensão - banalizar a questão da incidência da linguagem, como se tivesse domínio, mestria sobre ela.

A relação do sujeito com o impossível que lhe assola está, portanto, na base daquilo que o sujeito produz como sua sintomática. É por esse motivo que Freud ao longo de toda a sua invenção da psicanálise, nunca pretendeu intervir diretamente na patologia, visando aplacar ou exterminar os sintomas: ele sabe que essa tarefa é impossível, haja vista o forte apego do sujeito ao seu sintoma e o caráter irreversível

deste laço. Freud vai mais-além do sintoma. Ele deseja intervir como analista a partir daquilo que o sujeito lhe fala, deslizando para o que de sua fala não pode ser dito, ou seja, ele intervém, operando com o Simbólico, na própria relação que o sujeito estabelece com o Real, com o impossível de tudo representar. Com isso, convoca o sujeito a ocupar o único lugar que é o seu, o único lugar onde pode ser sujeito: lugar de ex-sistência, de sujeito determinado pelo real da linguagem.

Lacan nos ensinou a reconhecer que o mais essencial em Freud foi propriamente esta revelação do sujeito descentrado, como lançado para fora da órbita da linearidade, da compreensão, da ordenação e do que poderia ser considerado normal. Isso está evidenciado desde o início da obra, como tentamos mostrar no primeiro capítulo. A exterioridade que determina e invade o sujeito, constituindo-o, foi abordada por Freud de diversas maneiras. E cada maneira de pontuar, em palavras e conceitos, a dimensão do Real como impossível, reverberou no campo psicanalítico, sobretudo na condução terapêutica e na direção do tratamento de uma forma singular. Destaco, todavia, que dentre os conceitos possíveis, para se falar do impossível, o conceito de pulsão é um conceito precioso e do qual não podemos abrir mão, especialmente porque é com o jogo da pulsão e suas vicissitudes que lidamos na clínica.

O que veremos neste capítulo é que a relação do sujeito com a incidência do real nunca é pacífica ou apática. Pelo contrário, é uma relação marcada por um *pathos*<sup>12</sup>, uma relação apaixonada, sofrida. A pulsão, enquanto o conceito que narra as trajetórias desta relação e dá substância ao enredo do funcionamento psíquico, se faz imprescindível para a psicanálise, pois revela a dimensão de encontro com o impossível da linguagem de uma maneira única: a pulsão é o próprio *pathos* em ação, em ação

---

<sup>12</sup> *Pathos* é uma palavra grega que significa paixão, excesso, catástrofe, passagem, passividade, sofrimento e assujeitamento.

constante, diga-se de passagem. A durabilidade estável da pulsão dará notícias da presença de uma tendência à repetição compulsiva na própria constituição psíquica. Iniciemos, portanto pelo conceito de repetição, objetivando articulá-lo ao real que os caminhos e descaminhos da pulsão introduzem para o sujeito.

### **A função da repetição na sirgagem do sujeito.**

“No sonho [de angústia – ‘Pai, não vês que estou queimando’] se vê que todas as lembranças e associações que Freud especula que poderiam estar ligadas a ele, todas as imagens sobredeterminadas, todas as cadeias significantes que compõem o sonho – como diz Freud – numa árvore genealógica apontam, *repetem a realidade deste ponto não simbolizável*. “Umbigo” para onde os sonhos convergem – e que neste sonho representa-se na morte como limite que só pode ser concebido no campo da fala e na linguagem através de *repetições que desfazem insistentemente o tecido da cadeia dos significantes*.”

(COSTA-MOURA, 2002, grifos meus)

Lacan trabalhou o conceito de pulsão no seminário da ética (1959-1960a) de uma maneira bastante radical. Um pouco mais tarde - após falar da transferência (1960-1961), da identificação (1961-1962) e da angústia (1962-1963), chegando àquilo que ele articula como sendo sua única invenção, o objeto *a* - é que ele toma a pulsão em seu aspecto mais formalizado, no Seminário 11, “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise” (1964a). Começaremos então do formalismo, buscando aos poucos desmontar a pulsão, para chegarmos ao seu aspecto mais selvagem do seminário da ética. E antes mesmo de discorrer sobre a pulsão, trataremos do conceito de repetição, também formalizado no mesmo seminário, visto que o funcionamento da pulsão está inteiramente articulado a ele. A pulsão é constante, não cede e não pode ser conduzida à

extinção, porque o sujeito se vê impelido a sempre responder ao seu chamado, a seu pedido por satisfação. É este retorno insistente da mesma coisa que faz com que Freud reconheça a função da repetição como inerente ao movimento pulsional.

A função da repetição conforme pronunciada por Lacan em 1964 é bem distinta da idéia de retorno, cujo termo referente em alemão seria *Wiederkehr*. Esta dimensão de retorno é essencial para a constituição do inconsciente, porque tem relação com aquilo que foi recalçado, mas regressa em forma de atos falhos, sintomas, sonhos, porém, não coincide com a repetição. O retorno tem a ver com o que Aristóteles chama de *autômaton* e que Lacan identifica à insistência dos signos na cadeia significante. São as leis estruturais da linguagem se articulando segundo um rigor repetitivo que comanda o sujeito.

O *autômaton* fica bem explícito nos comentários de Lacan sobre o conto “A carta roubada”, onde os personagens do conto são tragados por um automatismo que a carta, enquanto significante, produz, e nesse encaminhamento, são desconsiderados, dispensados enquanto sujeitos. Vimos, entretanto, que Dupin, um dos personagens do conto, é convocado no auge deste automatismo e que vai além dele. Decerto há ali uma lei significante incidindo num automatismo bruto, mas não pode haver uma prescrição positiva e absoluta do que vai acontecer; de um significante para o outro há um intervalo, uma descontinuidade, uma escansão que abre um espaço para que o sujeito possa advir, mesmo que esteja funcionando segundo as regras do automatismo significante. É ali, no mais automático da linguagem, no retorno insistente dos signos, que Lacan mostra que o sujeito, pode paradoxalmente, se posicionar eticamente como tal.

Falamos do retorno, do *autômaton*. Mas isso ainda não é a repetição. A repetição está mais ligada ao termo alemão *Wiederholen*, utilizado por Freud em seu artigo técnico intitulado “Recordar, (*Erinnern*) Repetir (*Wiederholen*) e Elaborar (*Durcharbeiten*)” de 1914. Neste artigo, *Wiederholen* relaciona-se à *Erinnerung*, à rememoração. Freud sempre esteve às voltas com a questão da rememoração, mas a psicanálise só pode surgir e seguir adiante, quando ele admite que o rememorar só pode ir até um certo ponto, uma vez que é limitado em sua ação. Vimos no primeiro capítulo, com Freud, que o que limita a rememoração é o real, o impossível, como um ponto insondável, como um “umbigo do sonho”.

O real é trazido em 1964 por Lacan, como aquilo que retorna sempre ao mesmo lugar, “a esse lugar onde o sujeito, na medida em que ele cogita, (...) não o encontra.” (LACAN, 1964a, p. 52). O real sempre se mostra como uma interrupção na cadeia do pensamento, fazendo-se presente ali onde o sujeito pensa, mas não chega; dito de outra maneira, o real presentifica uma ausência. O real é propriamente a perda que se repete.

Esta definição do real impede que o termo *Wiederholen*, que caracteriza a repetição possa ser aproximado do termo *Reproduzieren*, com o qual poderia ser confundido, já que na utilização do método catártico de Freud, era a reprodução que vigorava. A catarse visava fazer com que o paciente reproduzisse o acontecimento traumático para que o afeto ligado a ele, pudesse ser eliminado. Reproduzir é reviver, recuperar algo e na repetição não se repete nunca a mesma coisa. O real enquanto aquilo que retorna sempre ao mesmo lugar, diz respeito não a uma igualdade ou a um resgate, mas justamente ao contrário disso. O real não permite previsão ou antecipação, e o mesmo lugar ao qual ele faz retornar sempre de forma diferente é o lugar de perda, de

divisão, de castração.

Além disso, a repetição se faz em ato e este é sempre único o que exclui qualquer possibilidade de retomada, reparação ou reconstrução. O ato é aquilo que escapa à representação e que não pode ser antecipado. É neste sentido que o ato é estrutural do sujeito: a emergência do sujeito também é um ato inantecipável porque está referida a um real que não é evidente, mas contingente.

Freud percebe a presença da repetição na estruturação do sujeito através da própria resposta deste à enunciação da regra fundamental da psicanálise. Quando Freud pede ao paciente que fale o que quiser, que diga tudo o que vier à cabeça, depara-se com a impossibilidade do tudo dizer e com a fala repetida; o paciente só consegue falar sempre da mesma coisa, incorrendo sempre no mesmo ponto. A grande importância disto é que a psicanálise abre um espaço para escutar a repetição que se produz ali mesmo, durante a análise, dando ensejo para que algo do real compareça mediante seus efeitos e possa deslizar. A repetição impede qualquer aproximação da psicanálise de uma conduta ideal porque no coração da experiência analítica, é o núcleo do real que ela encontra. E justamente porque o real é produzido ali na práxis analítica, constituindo o sujeito na sua incidência, é que não podemos tratá-lo como uma empiricidade ou algo já dado. O real é algo que se deposita de um certo trabalho; um trabalho que só pode estar orientado para o impossível que lhe caracteriza.

Uma análise não leva o sujeito de modo algum a se curar do real; o que ela faz, na verdade, é fracassar diante do real. É a partir deste fracasso, isto é, da insuficiência de respostas e soluções, que uma análise pode constituir para o sujeito o real como tal, como aquilo que está fora da representação. A aposta da análise é que ao encontrar-se

com a repetição na sua própria fala, o sujeito possa lidar com o fato de que ele é o próprio real, de que é determinado por ele. O que faz real para o sujeito, portanto, é sua própria condição na repetição.

O que queremos dizer com isso é que apesar da imprevisibilidade característica da dimensão do real, vemos que a repetição tem como função alinhar o sujeito numa certa trilha, num circuito determinado. É nesta determinação que a análise confia, porque por mais que o sujeito se aliene de sua condição, a repetição o força a encontrar-se com o real que lhe constitui. Lacan aproxima o *Wiederholen* (repetir) do termo francês *haler*, que quer dizer sirgar, apontando que a repetição puxa o sujeito por um caminho específico ao qual este se vê atado e não pode fugir. O sujeito só pode definir-se a partir desta sirgagem, como sujeito que repete, como sujeito determinado pela repetição.

Esta dominação sentida pelo sujeito aparece mais claramente, quando Freud relaciona a repetição com o além do princípio do prazer, mediante sua investigação dos casos de neuroses traumáticas. O trauma indica o que há de fundamental na função da repetição: é no ponto inassimilável pela rede de significantes dominada pelo *autômaton*, é onde o sujeito não pode mais falar, nem representar, que sua resistência torna-se repetição em ato. E é neste mesmo ponto que o sujeito aparece propriamente como sujeito, dividido e cortado pela incidência da linguagem. Em suma, Freud conclui que o sujeito não repete porque resiste, mas porque há algo em sua própria estrutura que é contra o progresso da rememoração e da representação. O sujeito sequer repete, no sentido ativo do verbo, porque não é ele o autor da repetição. O sujeito não tem domínio sobre a repetição, mas é agido por ela, dominado.

Dessa forma, temos que para além do princípio do prazer e do retorno dos signos relacionado ao *autômaton* aristotélico, está a *tiquê* - termo também tomado emprestado de Aristóteles e que vai ser traduzido por Lacan como o encontro com o real, encontro este, eminentemente faltoso. A *tiquê* é o que jaz por trás do *autômaton* comparecendo para o sujeito na figura do trauma, daquilo que é inassimilável para o sujeito. Lacan afirma que “o que se repete, com efeito, é sempre algo que se produz - a expressão nos diz bastante sua relação com a *tiquê* - como por acaso. (...) aquilo que precisamente temos que trabalhar é com esse tropeção, esse físgamento, que reencontramos a todo instante.” (LACAN, 1964a, p.56) Este tropeção insistente, reencontro contínuo com o trauma acidental que atravessa o sujeito e o marca de forma radical, é o que faz Freud pensar que a insistência do trauma seja muito mais primária e original do que qualquer princípio organizador do aparelho psíquico. A realidade e seu princípio estão lá em espera, não sendo já dados como se poderia imaginar. O que já está dado desde o início é a repetição e seu movimento compulsivo que constrange o sujeito a seguir um determinado circuito. O circuito alinhado pela repetição é o circuito da pulsão que comanda o sujeito em suas ações e pensamentos de dentro dele mesmo, posto que a pulsão é uma força interna, mas permanece sempre como exterior, porque é irrepresentável e incontrolável. A pulsão é a consequência do encontro com o real do jogo de significantes, e como tal, realiza a presença do trauma, do corte, enfim, do *pathos* que devasta o sujeito.

## Desmontando a pulsão

“(…) o uso da função da pulsão não tem para nós outro valor senão o de pôr em questão o que é da satisfação.”

(LACAN, 1964a, p.158)

A pulsão interessa à psicanálise como conceito, na medida em que coloca uma questão prática, no que concerne à satisfação. Sabemos, a partir da clínica, que o sujeito que chega a uma análise, traz consigo um sistema onde tudo se arranja, extraindo sua satisfação de um modo singular. Se a psicanálise decide intervir aí, é porque pensa que dentro deste sistema tudo se arranja, exceto o próprio sujeito. A questão que se coloca numa análise, portanto é: diante da exigência de satisfação, em que lugar devo me situar? Que caminho devo tomar para advir como sujeito?<sup>13</sup>

O caminho do sujeito passará sempre entre duas muralhas do impossível, responde Lacan<sup>14</sup>. Ele aponta no seminário sobre os quatro conceitos fundamentais da psicanálise que a satisfação do sujeito é paradoxal, exatamente porque coloca em jogo esta categoria do impossível. E nos leva a pensar sobre a real função do impossível:

“Esta função do impossível não deve ser abordada sem prudência, como toda função que se apresenta em forma negativa. Eu quereria simplesmente sugerir-lhes que a melhor maneira de abordar essas noções não é tomá-las pela negação. Este método nos levaria à questão sobre o possível, e o impossível não é forçosamente o contrário do possível, ou bem ainda, porque o oposto do possível é seguramente o real, seremos levados a definir *o real como impossível*.” (LACAN, 1964a, p.159, grifos meus).

O real é o fato, é o choque, é o trauma que impede que o desejo se satisfaça imediatamente, como quer a mão que se estende para os objetos exteriores; que faz com

---

<sup>13</sup> Referência à afirmação freudiana “*Wo es war soll Ich werden*” (Freud, 1923), que pode ser traduzida por “Onde o Isso era, lá Eu **devo** advir”.

<sup>14</sup> Lacan, 1964a, p. 158

que o sujeito nunca dance conforme a música, porque não sabe com que pé dançar no que tange, por exemplo, à sexualidade. O impossível do real no ‘além do princípio do prazer’ é mais óbvio, mas Lacan atesta que ele também está presente no próprio princípio do prazer, sendo ilustrado pela alucinação do objeto. Se a função do princípio do prazer é satisfazer-se pela alucinação é porque rapidamente o sujeito aprende que por mais elástica que seja a pulsão, isto é, por mais que uma quantidade infinita de objetos possa prestar-se a satisfazê-la, no fundo, eles não têm nenhuma importância, são indiferentes.

O objeto da necessidade, por exemplo, não importa para a satisfação, porque não coincide em nada com o objeto da exigência pulsional. Lacan vai dar o exemplo da pulsão oral, dizendo que não é pelo alimento que ela se satisfaz, mas pelo prazer da boca. Neste sentido, o lugar ocupado pelo seio terá que ser revisto: não é que ele seja o alimento, nem a lembrança do alimento, nem a representação do cuidado da mãe; o seio é o objeto, mas objeto enquanto que presentificando a falta de completude. O objeto que interessa realmente na busca do sujeito pela satisfação através da pulsão, não é o objeto externo, mas sim este objeto que realiza a falta de completude, aquele que não pode ser partilhado, é o objeto como veste do objeto *a*. Podemos dizer que o objeto *a* nada mais é do que a presença de um cavo, de um vazio que pode ser ocupado por qualquer objeto. É em torno deste cavo que a pulsão estabelece seu circuito na busca pela satisfação. O seio, portanto, não pode ter sido introduzido por Freud a título de alimento primitivo, mas sim pelo fato de que “nenhum alimento jamais satisfará a pulsão oral senão contornando-se o objeto eternamente faltante.” (LACAN, 1964a, p. 170)

A pulsão contorna o objeto *a* e o termo ‘contorna’ deve ser tomado aqui com a

ambigüidade de sentido que lhe é característica: por um lado é fazer o contorno, dar a volta; por outro é dar uma solução imperfeita, incompleta ou de emergência, objetivando não tratar diretamente a questão, escamoteando-a, esquivando-se dela.

Lacan destaca que o mais importante da pulsão, não é a pulsão propriamente, mas o circuito no qual ela toma forma, o vaivém em que ela se estrutura. Este circuito é marcado por uma circularidade e é isto que irá definir o modo como o sujeito vai se colocar no mundo. O paradoxo colocado pela pulsão é que seu alvo, isto é, a satisfação pode ao contrário da finalidade do instinto, ser atingida sem passar pelo fim biológico da reprodução. O alvo da pulsão parcial não é outra coisa senão o seu próprio retorno em circuito. Lacan destaca que Freud se utiliza de uma metáfora para melhor explicitar em que dimensão o circuito pulsional deve ser colocado. Nesta metáfora a pulsão é trazida, segundo Lacan, como:

“(...) uma ejeção de lava, uma emissão material da deflagração energética que aí se produz em diversos tempos sucessivos, que completam, vindo umas sobre as outras, essa forma de trajeto de retorno. Será que não vemos na metáfora freudiana encarnar-se essa estrutura fundamental - algo que sai de uma borda, que reduplica sua estrutura fechada, seguindo um trajeto que faz retorno, e de que nada mais assegura a consciência senão o objeto, a título de algo que deve ser contornado?” (LACAN, 1964a, p.171)

O circuito pulsional no qual o sujeito se constitui demonstra, portanto, que o sujeito, na busca pela satisfação, tende a executar um percurso que dá a volta no vazio fundado pela incompletude do objeto. Demonstra também que este percurso é sirgado pela repetição, e é aqui que se situa o real como aquilo que retorna ao mesmo lugar. Demonstra ainda, que depois de tudo isso, o sujeito vai se encontrar novamente com a

mesma questão da qual quis esquivar-se durante todo o circuito realizado pela pulsão: com o real como impossível, causando mais uma vez seu desejo na busca pela satisfação.

A pulsão é um ‘estranho’. Seus paradoxos e os enigmas deixados no nível de seus determinantes - a pressão, a fonte, o objeto e o alvo - só atestam que do ponto de vista moral e/ou biológico, ela não é adequada ou bem-sucedida. A pulsão é toda desmontada, desmembrada, até mesmo porque reflete o funcionamento de um sujeito que é um sujeito dividido, cortado pela linguagem. A única forma de pensar a pulsão como montagem é atribuindo a esta, uma característica surrealista. A montagem surrealista, não se preocupa com as formas, nem com o fechamento, nem com a lógica, nem com o belo, nem com a harmonia. É aí que a pulsão pode estar situada como uma montagem sem pé nem cabeça, cuja análise das partes importa mais do que um sentido global.

Se pensarmos na relação da pulsão com relação à finalidade biológica da sexualidade, ou seja, a reprodução, fica bastante nítido que a pulsão é em si mesma, parcial e nunca totalizada. Lacan define a pulsão como sendo precisamente, “(...) a montagem pela qual a sexualidade participa da vida psíquica de uma maneira que se deve conformar com a estrutura de hiância que é a do inconsciente.” (LACAN, 1964a, p.167) A economia psíquica é determinada pela sexualidade no que ela é a presença da hiância do inconsciente, dos intervalos da cadeia significante, enfim, da parcialidade no circuito da pulsão. Quando falamos em termos de pulsões sexuais, temos que ter em mente que certamente ela representa alguma coisa, mas sua representação da sexualidade é sempre parcial. É por essa razão, que Freud vai chegar ao conceito de

pulsão de morte porque a presença da sexualidade denuncia a falta, que em última instância está sempre ligada à morte.

A pulsão é esta força que através da sexualidade determina o sujeito de dentro, mas permanece externa a ele, que o engatilha num circuito onde a satisfação só pode ser obtida através do contorno de um cavo, de um vazio e que por fim constitui o sujeito no embate com o real, instaurando em seu corpo uma tendência que o impele para a morte. O sujeito é desse modo, nos termos de Lacan, o sujeito acéfalo da pulsão; ele é o que resta desta operação da pulsão. Partindo desta idéia de sujeito acéfalo, como aquele que é determinado, assujeitado pela repetição e que só daí pode situar-se como sujeito, nas hiências abertas pela distribuição dos investimentos significantes, veremos que Lacan vai marcar esta dimensão de forma ainda mais radical, ao trazer a ética para o conceito de pulsão no Seminário 7, intitulado “A ética na psicanálise” (1959-1960a).

### **A sexualidade faz furo na verdade**

“(…) Tudo que é escrito parte do fato de que será para sempre impossível escrever como tal a relação sexual (…).”

(LACAN, 1973b, p.49)

Freud se viu causado a inventar a psicanálise, especialmente porque se questionou sobre as conseqüências da incidência do real na emergência do sujeito. Vimos que o encontro com o real que a repetição realiza, no que sirva o circuito da pulsão, é sempre um mau encontro, um encontro sofrido, marcado pelo *pathos*. O mau encontro, diremos agora, se faz eminentemente presente na sexualidade, estando na base da relação que o sujeito estabelece com os objetos da pulsão. A introdução da

sexualidade no mundo do sujeito é traumatizante e como Lacan aponta, “O mau encontro central está no nível do sexual.” (LACAN, 1964a, p.65).

O trauma do sexual reside no fato de que o sujeito advém no mundo já imerso nos paradoxos do desejo. O legado deixado por Freud foram suas considerações clínicas sobre um sujeito que deseja, e que longe de ser normal, é um sujeito perverso polimorfo no que diz respeito à sexualidade. A grande genialidade freudiana está na extensão da perversão a todos os sujeitos, já que a partir desta hipótese, o desvio da norma, o anormal, o patológico, passa a compor não apenas a descrição de uma disfunção, mas a própria estrutura do sujeito. Isso quer dizer que o sujeito é constituído por uma desordem, um desalinhamento indicativo do conflito fundamental no qual ele se instaura. O sujeito advém do corte significativo e isso faz dele um sujeito dividido e marcado pelo *pathos*.

Embora tenha se assistido, nos anos seguintes a Freud, uma grande parcela do movimento psicanalítico, incorrendo no grande equívoco de reduzir as origens paradoxais do desejo a uma tendência ideal de organização e neutralização do *pathos*, tendo como fim uma espécie de harmonia pacífica, algo da verdade freudiana restou e, como resto, pôde ser transmitida.

Lacan retoma a verdade freudiana, visando restaurar sua 'sega cortante' e para isso salienta que a insistência de Freud na dimensão da sexualidade, enquanto que sustentada pela economia da pulsão, não poderia estar de modo algum, atrelada à idéia de uma possível harmonia ou paz. A sexualidade, mais especificamente, o desejo sexual é pura desarmonia, incerteza, incompletude, imoralidade. Para perceber o relevo da questão do desejo para a psicanálise, Lacan propõe em seu seminário sobre a ética

(1959-1960a), que talvez seja necessário nos reportarmos ao que Aristóteles discorreu sobre a ética, a moral e o desejo.

A ética aristotélica, calcada no preceito da moralidade, está enraizada na existência de uma verdade máxima, um Bem Supremo, ordenador de todas as coisas do mundo; é um Bem que imita a ordem cósmica e rege a vida dos humanos, não sendo contestado em nenhuma hipótese, cabendo ao sujeito conformar-se, adequar-se a ele. A finalidade suprema é a felicidade, e esta é adquirida através de uma vida virtuosa. A virtude, por sua vez, se encontra num justo meio entre os extremos, num equilíbrio.

Aristóteles pontua também que algumas categorias terminam por ficar excluídas da possibilidade de adequação, isto é, fora do campo da ética, simplesmente por não se encaixarem no formato, nem nos requisitos que este campo exige. A categoria do desejo sexual é uma delas. O desejo sexual é classificado por Aristóteles como uma anomalia, uma monstruosidade, uma bestialidade. Partindo do referencial aristotélico, portanto, onde houvesse algum tipo de dominação pela paixão - sendo o desejo sexual, o exercício da paixão por excelência - não se colocava aí uma questão ética. A paixão não é moral, não pode ser reduzida a uma questão de bom ou mau hábito, bom ou mau caráter; por fim, temos que a paixão não está incluída na reflexão ética de Aristóteles.

A base deste conjunto da moral aristotélica funciona até hoje, na atualidade, como a norma vigente, estendendo-se desde os alicerces do Direito e da Política até às teorias e práticas educacionais. Assim sendo, é alarmante, que tanto no que diz respeito às teorias com as quais tinha contato na época, quanto ao modelo de dispositivo clínico, advindo da Medicina, no qual a moral sempre esteve em alta, especialmente no que se referia aos acometimentos psiquiátricos, Freud possa ter assumido a posição que

assumiu com relação à ética. A ética de que trata a psicanálise comporta o apagamento, o obscurecimento, o recuo, até mesmo a ausência que a separa de toda a dimensão ética anterior a ela. (LACAN, 1959, p.20)

A problemática que Freud vem introduzir com sua psicanálise - e que Lacan se vê no dever ético não só de retomar como de enfatizar e lhe dar um nome - é que há ética ali mesmo onde o sujeito é dominado pelas paixões, ali onde há um sujeito do *pathos*, que sofre, enlouquece e deseja. É a ética do desejo que vai estar em jogo para a psicanálise. A subversão da ética aristotélica, empreendida pela psicanálise se faz presente na própria afirmação da existência do inconsciente. Isto porque a consequência no campo do sujeito, da existência do inconsciente, enquanto estruturado pela linguagem, é a pulsão sexual, enquanto efeito do *pathos*, instaurado pela incidência do significante.

O sujeito é atravessado pela linguagem, com todas as especificidades que isto implica como já vimos no segundo capítulo. E o ponto que resta da operação de divisão, o ponto de incompletude, nomeado objeto *a*, é trazido para o corpo do sujeito, no sexual. A realidade do sujeito do inconsciente que advém desta operação é, portanto, a realidade sexual.

A sexualidade apresenta-se para o sujeito como uma saída, uma alternativa para tentar tamponar o impossível, buscando no objeto (que é o que há de mais variável na pulsão), a completude, a satisfação que tanto almeja. Contudo, vemos na experiência, que a sexualidade é uma tentativa que sempre fracassa, sempre é frustrada, porque faz incidir o real como impossível no próprio corpo do sujeito. Esta ‘realidade’ da sexualidade é como Lacan afirma, o campo de nossa práxis.

“Sua coloração sexual [da libido], tão formalmente

afirmada por Freud como inscrita no que há de mais íntimo em sua natureza, é cor-de-vazio: suspensa na luz de uma hiância.

Essa hiância é aquela com que o desejo esbarra nos limites que lhe são impostos pelo princípio ironicamente chamado de princípio do prazer, por estar remetido a uma realidade que, por sua vez, podemos dizer, é aqui tão-somente campo da práxis.” (LACAN, 1964c, p.865-866)

O campo da práxis analítica é que tanto o princípio de prazer como o de realidade fracassam em seus objetivos. O princípio de prazer fracassa em sua missão de satisfazer-se plenamente. Ao não encontrar o objeto satisfatório, precisará recorrer à alucinação, ao engodo, à enganação perceptiva. Por outro lado, no princípio de realidade, o fracasso está presente na própria natureza da função a qual está destinado. Porque se o objetivo do princípio de realidade é garantir a eficiência do aparelho neurônico, nos termos do “Projeto para uma psicologia científica”, ele só o faz mediante a tentativa precária de prevenção de maiores danos e no retoque de possíveis desarranjos, provocados pela tendência mais fundamental do aparelho, que é a descarga total das quantidades. O aparelho psíquico não é adequável a bons hábitos, como o planejado por Aristóteles e nem o princípio de realidade é bem-intencionado, já que precisa se utilizar de mandamentos tirânicos para se fazer valer minimamente. O princípio da realidade é uma prova da inadequação radical do aparelho a uma soberania do Bem. O aparelho psíquico está na verdade, na contramão do bem.

Neste sentido, a teorização do aparelho psíquico presente no texto do Projeto, é realmente impressionante, não apenas por ter sido elaborada muito precocemente em um momento onde ninguém tratava as coisas dessa maneira, ou seja, na contramão do

bem, mas principalmente por representar “a primeira contenda de Freud com o próprio *pathos* da realidade com a qual ele lida com seus pacientes.” (LACAN, 1959, p.50)

A diferença colocada com relação à Ética aristotélica reside, como dissemos acima, no olhar particular lançado por Freud para as origens paradoxais do desejo. Para Freud o que nos governa no limite de nosso prazer não é nenhum Bem supremo, mas um enigma: o enigma do sexual. É com isso que Freud trabalha em sua clínica, é isso que está ao seu alcance, mesmo que como negatividade, se fazendo presente em forma de enigma, de ausência, fazendo furo na verdade. A esse respeito Lacan comenta:

“O que está ao alcance da mão é que a sexualidade faz furo na verdade.

A sexualidade é justamente o terreno, se posso dizer assim, onde não se sabe sobre que pé dançar ao propósito do que é verdadeiro. E no que se refere à relação sexual, coloca-se sempre a questão do que se faz realmente (...) quando se tem com alguém um laço sexual, quando isso tem consequência, quando assume a forma do que chamamos de ato.”(LACAN, 1967, p.30)

À verdade suprema da moral aristotélica opõe-se, portanto, a sexualidade fazendo furo na verdade. No entanto, poderíamos nos perguntar como Freud o fez, se o que o sujeito busca numa análise não é justamente uma certa reparação moral. Ora, não é à procura da verdade libertadora que o sujeito comparece a uma análise? Certamente que sim. O problema moral está a todo tempo colocado para a psicanálise, no entanto sua resposta não pode estar situada no plano da moral, já que trata da dimensão do desejo.

Se a psicanálise não abre mão de falar do real da sexualidade e do desejo e se o real não tem nada de moral, ela dará ao sujeito uma outra resposta. Sua invenção será justamente a saída pela Ética do desejo. Se há alguma verdade libertadora, ela só pode

estar situada no próprio ponto de sonervação do sujeito, no ponto onde ele se nega a pagar o preço que deve por ser sujeito de linguagem, no ponto onde procura remediação para o *pathos* que lhe é irremediável, no ponto de escolha sintomática para lidar com o real que lhe atinge. É ali mesmo, onde ele insiste em sonervar-se, que se abre uma chance de liberdade e de afirmação em ato de sua verdade particular e irreduzível de desejo. Mas ele só pode aproveitar esta chance, se desiste de procurar a verdade libertadora em outro lugar que não nele próprio.

A verdade, a do sujeito, não vale como lei superior porque ela é em si mesma, toda esburacada pela sexualidade. Esta negatividade que advém da incidência do sexual no corpo constitui o sujeito, mas não pára por aí: ela persiste sempre se refazendo, dando mostras de que não é em nada natural e nem harmônica. A sexualidade coloca, sobretudo, impasses para o sujeito, convocando-o a situar-se. É isto que aparece nas cinco formas do objeto *a* descritos no seminário da angústia (1962-1963). A passagem da pulsão oral para a anal, por exemplo, não se produz por um processo de desenvolvimento contínuo e natural, mas sim pelos impasses que o sexual, através do campo da demanda do Outro coloca para o sujeito.

Estar na dimensão do sexual significa estar sempre dançando descompassado. O sujeito é levado pela libido na valsa do movimento pulsional, de sua relação insatisfeita com o real que lhe acomete, em direção ao objeto. E na medida em que quem faz o convite irrecusável para entrar na dança é o Outro, o impasse, o desencaixe se coloca ainda mais radicalmente, revelando uma incompletude fundamental. Porque, no que o sujeito é impelido a desejar, se dá conta de que nesse ponto único onde poderia encontrar com seu desejo como sendo seu, como um atributo seu, isto é, no único lugar

onde poderia ser o seu lugar de sujeito, ele não encontra o que procura. Seu desejo lhe é forasteiro, porque o desejo do sujeito é o desejo do Outro. E daí decorre o grande enigma que reside em que o sujeito não sabe, de fato, exatamente o que o Outro quer: em que passada ele quer dançar e em que passada devo eu, como sujeito, dançar. Estar no sexual é estar exilado em seu próprio território, num terreno sem garantias, movediço, do qual não se pode sair ileso.

O sexual impõe-se ao sujeito na sua dimensão de impossível, de exterioridade radical no que não deixa outra alternativa para o sujeito a não ser a de ligar-se ao Outro através do ato. O ato não inclui nenhum acordo ou diplomacia e por esse motivo, o desejo sexual implica para o sujeito uma dose cavalgar de invasão, de rasgo, de efetividade. Como entrar numa relação com o Outro, que trará à tona um desejo do qual eu não tenho conhecimento e não posso antecipar ou desvendar? A demanda do Outro, por se articular em significantes, deixa um resto que corre por debaixo dela. Este resto é o próprio desejo, elemento determinado, mas impegável, elemento necessariamente em impasse, insatisfeito, impossível e desconhecido. Lacan diz que “a função do desejo é resíduo último do efeito do significante no sujeito” (LACAN, 1964a, p.147). E se diante da demanda do Outro o sujeito não sabe o que fazer, não sabe com que pé dançar, é preciso que ele invente uma resposta. Nunca se sabe de antemão que resposta dar e é por isso que se vive a vida de sujeito. Responder ao sexual é um passo ético, que não coincide em hipótese alguma com a necessidade de se fazer o bem, e que “(...) não supõe outra normatização senão a de uma experiência de prazer ou de penar, mas uma experiência derradeira de onde ele [Wunsch] jorra (...)” (LACAN, 1959, p.35)

A incompletude do Outro, não apenas como objeto, mas também como tesouro

dos significantes, como sede do código, produz corte no corpo do sujeito e o resultado desta operação é um sujeito dividido, atravessado. A sexualidade, a pulsão sexual, é o ponto de resto que evidencia a presença da incompletude, no real do corpo. A sexualidade é a veste do objeto *a*, o resto que sempre resta, reenviando o sujeito a buscar completar-se.

A subversão freudiana da ética aristotélica está presente, portanto, na concepção de que na relação do sujeito com sua sexualidade, há algo de intrinsecamente ético. É a pulsão que instaura a ética no plano do sujeito. Aliás, não há ética sem sujeito. Dito de outra maneira, só há ética para a psicanálise, quando há um sujeito que pode sustentá-la, na contingência de seu desejo, no encontro com a negatividade da sexualidade, no ápice de seu constrangimento econômico, no máximo de sua afetação corporal pela pulsão. A pulsão, portanto, está fora do campo da moral aristotélica, na medida em que é *pathos*, mas não do campo da ética, enquanto ética do desejo. A pulsão é a prova concreta de que no encontro do sujeito com o Real, com o impossível, o que se produz é sempre da ordem da paixão. O sujeito só poderá responder à convocação da pulsão, do auge de sua imoralidade, simplesmente porque não há outro lugar possível.

### **O assassinato do pai, a pulsão de morte e o sentimento de culpa.**

“O primeiro masoquismo, o erógeno- prazer no sofrimento- jaz ao fundo também das duas outras formas. Sua base deve ser buscada ao longo de linhas biológicas e constitucionais e ele permanece incompreensível a menos que se decida efetuar certas suposições sobre assuntos que são extremamente obscuros.”

(FREUD, 1924, p.179)

A formulação da pulsão no Seminário sobre a Ética da Psicanálise (1959-1960a)

de Lacan é atordoante. Ele destaca a tensão radical instalada pela pulsão no sujeito em seu aspecto mais selvagem e intenso. E é interessante pensar que Lacan só conseguiu peneirar esta radicalidade da pulsão porque pôde articulá-la à ética. Afinal, a ética de que Lacan fala aqui, a Ética da psicanálise, como heterogênea à ética aristotélica, refere-se diretamente à pulsão, porque é no interior mesmo do funcionamento pulsional que ela está enraizada.

Lacan inicia o Seminário da ética dizendo que sua intenção naquele ano era aprofundar-se no universo da falta<sup>15</sup>. Mas ele mesmo se pergunta: essa falta, o que é?

“Será a falta que a obra freudiana designa em seu início, o assassinato do pai, esse grande mito colocado por Freud na origem do desenvolvimento da cultura? Ou será a falta mais obscura e ainda mais original, cujo termo ele chega a colocar no final de sua obra, a pulsão de morte, dado que o homem está ancorado, no que tem de mais profundo em si mesmo, em sua temível dialética?” (LACAN, 1959, p.11)

Ele conclui que foi entre esses dois termos, o assassinato do pai e a pulsão de morte, que Freud pôde refletir e progredir com a psicanálise e se foi assim, é fundamental que possamos medir as incidências exatas deste movimento. Especialmente porque aquilo com que um analista lida em sua clínica é nada menos do que a atração da falta.

O assassinato do pai, seja em Totem e Tabu (1914), seja no mito edipiano serve, em resumo, para enfatizar que o pai morto torna-se muito mais poderoso do que quando está vivo. É o pai morto que promulga a lei e o assassinato entra aí na cena como um ato necessário à negativização da presença viva e paralisante do pai. O ato diz sempre respeito a um posicionamento do sujeito, e é nesse sentido que o assassinato se faz

---

<sup>15</sup> Falta aqui está referida ao sentido de infração, falta moral, ao *faute* da língua francesa.

necessário: só será possível desejar, estar situado como sujeito, se houver um assassinato, um pai morto, o Nome-do-Pai, que faça a lei vigorar. É só perante uma lei instalada que o sujeito pode ser convocado a tomar lugar. O Nome-do-Pai, como já explicitamos anteriormente, é o significante que inscreve a falta, não apenas como marca de um assassinato, de uma transgressão da lei moral, mas também como falta de alguma coisa, como marca da ausência de uma completude. O assassinato do pai faz surgir a lacuna, o intervalo que permite que a cadeia significante possa girar e que o sujeito possa nesse vão, advir como sujeito faltante. Notemos que para advir como tal, entretanto, o sujeito precisa matar, fazer do pai que goza a torto e a direito, um pai morto, e o ato de assassinato passa à distância da moralidade. O assassinato do pai é, portanto, um ato imoral.

A outra falta comentada, “falta mais obscura e ainda mais original”, a pulsão de morte, traz a morbidez no próprio nome. Em sua forma de trauma, sua incidência para o sujeito é a de um acidente; porém um acidente necessário e do qual não existe a possibilidade de fuga. Apesar de silenciosa e sorrateira, a pulsão de morte nos é sinalizada pela angústia e pelo aparecimento do estranho, indicando que para além do princípio de prazer, há uma lei que está para além de toda a lei; uma lei que constrange o sujeito a repetir situações desprazerosas e traumáticas. A pulsão de morte nos pertence de sua exterioridade, reside no território do sujeito, mas não está sob seu governo; pelo contrário é ela quem governa a relação do sujeito com o mundo. Ela se faz presente na própria constituição do sujeito em sua face mortífera e agressiva, através do masoquismo originário, como uma tendência que impele sempre a desorganização, a transgressão e, portanto, é também, assim como o assassinato do pai, imoral.

Lacan nos chama atenção, logo em seguida, para a importância clínica do sentimento de culpa. Pois, ele afirma que para além do sentimento de obrigação propriamente dito, implícito nas dimensões de assassinato do pai e da própria pulsão de morte, que estão fora da moralidade, como dissemos, a análise denuncia a onipresença do sentimento de culpa no sujeito. A culpa, todavia, tem relação estrita com a moral; ela é na verdade a face desagradável da experiência moral incidindo ferozmente sobre o sujeito.

Se pensarmos no Supereu como a instância moral por excelência, devemos lembrar que além do mandamento proibitivo e culpabilizante “Você não pode ser assim (como o seu pai), isto é, você não pode fazer tudo o que ele faz; certas coisas são prerrogativas dele” temos, do outro lado da moeda, o mandamento que incita à realização do desejo incestuoso proibido, “Você deveria ser assim (como seu pai)” (FREUD, 1923, p.47). Freud entende o sentimento de culpa como uma formação reativa enérgica contra as escolhas objetais do Isso. Se o Supereu, também chamado consciência moral, é derivado da energia que provém do Isso, isto é, do desejo, podemos extrair daí que a própria dimensão da moral é engendrada pelo desejo, ou seja, ela não se enraíza em outro lugar senão no próprio desejo em sua relação com a cultura. A idéia de um Bem Supremo, anterior a todas as coisas e doador da moral dos homens, ou mesmo a idéia de um sujeito originalmente ético, cai por terra, pois na origem o que temos é a pulsão de morte e o movimento pulsional gerado pelo desejo. O paradoxo do superego demonstra o paradigma do que é a pulsão: por mais que se esforce para fazer sempre o bem, o sujeito nunca chega lá, não se situa nunca no bem.

“Poder-se-ia esperar que um homem, se sabe que tem o hábito de evitar o cometimento de atos de agressividade, indesejáveis de um ponto de vista

cultural, terá por isso uma boa consciência e vigiará seu ego com menos suspeita. A situação geralmente se apresenta como se os requisitos éticos<sup>16</sup> fossem a coisa primária e a renúncia a pulsão deles decorresse. (...) Na realidade, parece acontecer o inverso. A primeira renúncia pulsional é forçada por poderes externos, e somente isso cria o senso ético, que se expressa na consciência e exige ulterior renúncia a pulsão.” (FREUD, 1924, p. 187-188)

Freud ao longo da obra parece reconhecer um ponto de coincidência entre essas três dimensões: o assassinato do pai, a pulsão de morte e o sentimento de culpa. Elas indicam que estando no campo do sujeito, isto é, daquele que é afetado pelo impossível da linguagem, advindo como sujeito marcado pelo *pathos*, não é possível estar do lado da moral.

Lacan avisa desde o início, que sua proposta neste Seminário é falar da ética na psicanálise e que a palavra ética não é selecionada por ele ao acaso. Ele poderia ter escolhido a palavra moral, mas escolheu ética. A ética da psicanálise não se confunde em nada com a moral, com o bem naquilo que é contrário ao mal, com o bom hábito opondo-se ao mau hábito; não coincide com a ética filosófica e com o ideal que ela persegue. A ética da psicanálise é alguma outra coisa que está intimamente relacionada ao real do trauma e à sua persistência. Neste sentido, Lacan comenta:

“(...) Pois bem, coisa curiosa para um pensamento sumário que pensaria que toda exploração da ética deve incidir sobre o domínio do ideal, senão do irreal, iremos, pelo contrário, ao inverso, no sentido de um aprofundamento da noção de real.” (LACAN, 1959, p.21)

Um aprofundamento da noção de real: é exatamente o que Lacan efetua no decorrer de seu ensino, a partir de suas considerações sobre a ética. E o conceito de

---

<sup>16</sup> Quando Freud fala de ética, aqui, está se referindo à ética clássica, ou seja, à moral. A elaboração formal da Ética da Psicanálise como a Ética do desejo surge com Lacan, (1959-1960a), mesmo que ele aponte sua indiscutível presença já nos ditos freudianos.

pulsão, nesse sentido, é um dos trilhamentos deste caminho. A pulsão é o real fundado no corpo do sujeito pelo sexual; é a repetição constante da experiência de satisfação; é a comprovação de que o objeto completo não existe. Mais ainda, a pulsão é a maneira real que o sujeito encontra para lidar com o próprio real: retornando sempre ao mesmo lugar, impulsionada por um “deus maligno” que o comanda.

“As pulsões são nossos mitos, disse Freud. Não se deve entender isso como uma remissão ao irreal. É o real que elas mitificam, comumente, mitos: aqui, aquilo que produz o desejo, reproduzindo nele a relação do sujeito com o objeto perdido.

Não faltam objetos que passam por lucros e perdas para ocupar seu lugar. Mas é em número limitado que eles podem desempenhar um papel que simbolizaria da melhor maneira possível pela automutilação do lagarto, por sua cauda desprendida com desolação. Desventura do desejo nas sebes do gozo, espreitadas por um deus maligno.” (LACAN, 1964c, p.867)

As três dimensões mencionadas acima, isto é, o assassinato do pai, a pulsão de morte e o sentimento de culpa, são no fundo uma só: expressam a causação do sujeito pelo real que o atinge. As pulsões enquanto mitos do real, nada mais fazem do que reproduzir o encontro com o impossível na relação com o objeto. Estas três dimensões são, portanto expressões de *das Ding* ou do objeto perdido, nos termos do Projeto de Freud e do Seminário da Ética de Lacan, respectivamente. *das Ding*, como veremos em seguida, é a *Coisa* que bane a idéia de Bem Supremo, é o que garante que o bem do sujeito enquanto aquilo que o move, que determina suas ações, se é que podemos chamá-lo de bem, não se encaixa nem num ideal, nem numa moral, mas refere-se à satisfação. É o caminho para encontrar a satisfação que vai determinar o posicionamento ético do sujeito.

O desejo não tem nada de natural, na medida em que o sujeito é espreitado desde sua constituição por um ‘deus maligno’ que o empurra não para o desejo, mas para o aprisionamento no gozo. Desejar, isto é, lançar mão da ética do desejo, vai exigir do sujeito uma implicação, um trabalho, sobretudo, um ato.

### ***das Ding*: o impossível no encontro com o objeto**

“Esse *das Ding* não está na relação (...) que faz o homem colocar em questão suas palavras como referindo-se às coisas que, no entanto, elas criaram. Há outra coisa em *das Ding*. (...)”

O que há em *das Ding* é o verdadeiro segredo (...)”

(LACAN, 1959, p.61)

No texto freudiano “O projeto para uma psicologia científica” (1895[1950]), *das Ding* aparece como o elemento isolado pelo sujeito em sua relação com o complexo do objeto, por seu caráter estranho. No anseio por um objeto que lhe ofereça a satisfação, o sujeito encontra-se dentre outras coisas, com A Coisa: *das Ding*, a parcela do objeto que é irrepresentável. Mas não é que *das Ding* não sirva para nada. Se a satisfação buscada não é nunca encontrada *das Ding* serve pelo menos, o que já é muito, como referência. Como referência a essa busca incessante pela satisfação, pelo objeto completo, todo representado, que longe de poder ser encontrado, é um objeto que está para sempre perdido. *das Ding* denuncia a inexistência do objeto adequado e a perda que sobrevém da tentativa de encontrá-lo. E é esta perda que vai orientar a ação do sujeito, determinando, a partir daí, sua conduta, suas escolhas, seu modo de agir e de estar no mundo. O que ocorre é que ao seguir o caminho referenciado por *das Ding*, pelas trilhas do circuito pulsional na visada por satisfação, o sujeito não encontra com outra coisa

senão com a própria *das Ding*, seu Outro absoluto. *das Ding*, portanto é o que sobra da pulsão.

Com *das Ding*, Freud inverte o fundamento da lei moral porque o Bem Supremo do sujeito é a satisfação completa através do objeto incestuoso que, no entanto, nos está terminantemente proibida, não havendo nenhum outro objeto que possa substituí-lo à altura. O Bem Supremo do sujeito, portanto, é o objeto inencontrável, ou seja, é o próprio impossível. Este é o bem que o move, que dita as regras de seu jogo.

Vemos nas articulações de Freud, que algo sempre resiste a ser assimilado a dimensão da moral e do Bem Supremo. É o real fazendo-se vigorar como uma dimensão da qual a psicanálise não pode abrir mão. A pulsão coloca-nos a questão de sua plasticidade com relação aos objetos, mas também coloca seus limites no que tange ao seu alvo, a satisfação. Para encontrar a satisfação, o sujeito precisará circundar a hiância posta por *das Ding*, mas neste contorno promovido pela pulsão, sua tentativa é de recobrir o furo, como expressão de seu não querer saber sobre o impossível.

Estamos situados aqui no plano do *pathos*, isto é, do sujeito sendo atingido pelo real e advindo daí como sujeito que sofre porque é assujeitado, mas não quer sofrer desse jeito, não quer pagar este preço específico. Ocorre, no entanto, que nesse não querer sofrer, o sujeito se faz sofrer demais. (LACAN, 1964, p.158) Freud observou que este “se fazer sofrer demais” que caracteriza o sujeito na sua relação com o real, isto que é inassimilável pelo Bem, tem um caráter particular de maldade, de uma incidência má.

Esta maldade atualiza-se para o sujeito na figura do superego. A crueldade paradoxal do superego faz com que o sujeito se sinta sem saída diante da punição outorgada. Não há como seguir seu mandamento, porque este diz paradoxalmente

‘deseje’ e ‘tu não podes desejar’. Se o sujeito deseja, não segue o mandamento e se segue o mandamento, não deseja. Mas, o que chama a atenção de Freud é que diante dessa punição o sujeito se compraz, retirando satisfação do lugar onde sofre e é punido. “Em suma, o caráter inextinguível dessa consciência moral, sua crueldade paradoxal, faz dela, no indivíduo, como que um parasita nutrido pelas satisfações que se lhe concedem.” (LACAN, 1960a, p. 114). Este é o ponto de entrada da psicanálise, ponto que Lacan propôs chamar de ‘ódio de si’. O superego articula punições em sua forma espontânea, articula esse ‘ódio de si’, que está na base do funcionamento psíquico; nessa direção não há a saída do desejo, isto é, não há um sujeito posicionando-se eticamente pelo desejo.

No entanto, é também do ‘ódio de si’ que a pulsão se desmascara enquanto estando próxima do campo de *das Ding*. O que caracteriza originalmente a pulsão é sua plasticidade, sua capacidade de gerar deriva. A pulsão pode satisfazer-se de mais de uma maneira e sendo assim, a escolha – lembrando que essa escolha é sempre determinada- do caminho para chegar à satisfação, fará toda a diferença, principalmente porque implicará numa decisão ética do sujeito. Diante da convocação da pulsão, o sujeito pode ir pelo caminho do ‘ódio de si’, atendendo aos mandamentos do superego, mas há outras vias abertas para a satisfação, como, por exemplo, a sublimação. O fato de existirem outras vias abertas, contudo, não significa que sempre seja possível utilizá-las. Há, portanto um limite instalado aí, o mesmo limite colocado por *das Ding*. Há um impossível de sublimar referido a uma exigência libidinal imperiosa que precisa garantir uma quota de satisfação direta.

## A pulsão é o *Diabolous* no corpo

“Freud lida com o indivíduo doente como tal, com o neurótico, com o psicótico, ele lida diretamente com as potências da vida na medida em que desembocam nas da morte, ele lida diretamente com as potências que emanam do conhecimento do bem e do mal.”

(LACAN, 1960a, p. 133)

A exigência libidinal da pulsão não é orientada por uma regra natural. Os paradoxos, a elasticidade e os limites implicados no funcionamento da libido, impedem qualquer tipo de equiparação do sujeito da pulsão - em sua dimensão de microssomo - ao macrossomo, posto que este último é naturalmente ordenado. Durante séculos algumas tentativas foram realizadas no sentido de aproximar o microssomo do macrossomo, não apenas pelo pensamento religioso como pelo próprio pensamento científico: homens puderam habitar, imaginariamente, projeções cosmológicas através de suas almas e obter certa paz na ilusão de uma estreita ligação entre o homem e o mundo. Dessa maneira o homem poderia participar das coisas do mundo, estar ciente delas, mesmo que fosse indiretamente, já que era a alma que possibilitava essa mediação.

A esse respeito, Freud realizou um giro atordoante ao dizer que não é a alma que está no mundo, mas o mundo que está no homem. Freud fez entrar o mundo inteiro no sujeito, colocando-o lá onde sempre esteve e de onde nunca saiu, isto é, em nosso próprio corpo. Aquele que foi designado durante muito tempo como o princípio que cinde e divide o mundo, ou seja, o *Diabolous*, o diabólico, deixa o mundo cosmológico e imaginário e passa a ameaçar o sujeito de dentro dele mesmo.

Lacan sugere no Seminário da ética, a leitura de Lutero, para que possamos nos dar conta da força da imagem do diabo e de suas conseqüências éticas no plano do

sujeito. Lutero renovou o pensamento cristão ao expressar o exílio do sujeito em relação ao bem, seu desamparo, sua queda no mundo. Lutero diz literalmente: “Sois o dejetos que cai no mundo pelo ânus do diabo.” (LUTERO apud LACAN, 1960a, p.118) Ora, na medida em que somos fundamentalmente dependentes do Outro, em que só existimos porque nossa ligação com nosso corpo é dada pelo Outro, não podemos ser mais do que dejetos. Aliás, o que Lutero salienta é que somos dejetos caídos não de qualquer ânus, mas do ânus de alguém que em nada está bem-intencionado: o diabo.

Lo Bianco, em seu trabalho intitulado “Para encaminhar a relação psicanálise-religião: a reforma luterana” (2007) ressalta alguns traços das inferências de Lutero. Propondo uma reflexão crítica à noção de ‘livre arbítrio’, endossada por Erasmo, Lutero vem nos falar do ‘servo arbítrio’, indicando que a escolha, a liberdade do homem é um tanto limitada e que seu destino é determinado pela maldade que lhe é original. O servo arbítrio, nesse sentido, coincide com a noção de *das Ding*, enquanto referência a um caminho que desvia inteiramente o sujeito do Bem. *das Ding* é a causa da paixão humana, de seu *pathos*, da instalação do diabólico no próprio corpo do sujeito. Lo Bianco defende, no entanto, que se o luteranismo responde ao irremediável desencontro com o diabólico, mediante a existência de um Deus que concede graças misericordiosas, a psicanálise fará diferente: permanecerá no mal. Lacan não toma todo o ensinamento de Lutero, mas o depura e extrai deste concentrado algumas conseqüências que indicam a radicalidade presente no próprio conceito de pulsão, que ao invés de encaminhar o sujeito na direção de um bem, instaura este vazio estrutural que é *das Ding*, abandonando o sujeito numa posição inteiramente enigmática, pela qual ele tem que responder. A esse respeito Lo Bianco comenta:

“A psicanálise engendra (...) como resposta ao

desencontro, um vazio que retornando da forma invertida coloca no próprio sujeito a impossibilidade de encobri-lo. É quando ele se encontra com o impossível de ser ultrapassado. Se de um lado sempre resta a este sujeito o recurso à impotência, à constatação de que frente a ele nada pode, por outro, será nele mesmo que se apoiará para torná-lo causa de seu ato e inventar, com um pedacinho de contingente, o lugar de onde irá se exercer (...)" (LO BIANCO, 2007)

Se Freud conseguiu finalmente fazer entrar o diabólico no corpo, foi porque entendeu que diante do diabo, o sujeito entra em conflito, se faz questão: esse diabo no meu corpo, afinal, o que ele quer de mim? É no modo mesmo da pulsão se colocar, fazendo a máquina diabólica funcionar, que haverá um convite para o sujeito indagar-se sobre que função ele ocupa, sobre qual o seu lugar nessa trama.

Pode-se pensar a partir de Lacan (COSTA-MOURA, 2007 em "Pulsão, repetição e responsabilidade", disciplina ministrada no programa de pós-graduação em teoria psicanalítica da UFRJ), que o demoníaco da pulsão não se relaciona apenas ao fato de que ela se impõe ao sujeito para satisfazer-se, seja de que jeito for. Nem ao fato de que o sujeito é assujeitado, é efeito da pulsão. Ele enfatiza que o demoníaco da pulsão está em que ela se impõe, contando com certo consentimento do sujeito. Ela conta com o fato de que o sujeito resiste a pagar o preço que deve por ser constituído pela linguagem, fugindo de sua condição de dejetivo, de sua parcialidade e conseqüentemente de sua possibilidade de instalar-se como sujeito desejante. Se não fosse assim, a pulsão seria apenas uma força e nada mais. Mas a pulsão é uma força demoníaca. O demoníaco da pulsão, portanto, é que ela conta com o sujeito. O que a pulsão encontra no final de seu trajeto, no entanto não é o sujeito, mas o gozo como algo que se repete. Porque tudo o que o sujeito faz, tem a ver com a tentativa de escapar dessa posição de dejetivo, de objeto

caído. E quanto mais ele foge, mais fica aprisionado no circuito pulsional, mais é assujeitado pela repetição.

Freud, no entanto, vai deduzir uma urgência desse ponto limite da condição de dejetivo. Porque o neurótico tende a pensar que se está destinado a nunca obter a satisfação totalizada que deseja e que se é a morte que o espera no final das contas, então só lhe resta gozar e sofrer até o fim. Mas embora a morte realmente seja o fim de todos, Freud defende que a posição que cada sujeito toma na vida faz toda a diferença. Vimos que a tendência primordial do aparelho psíquico é que o gozo inútil dê todo sentido à vida do sujeito. Ora, o real é o impossível e o sujeito goza disso diabolicamente. Mas, a psicanálise aposta que se não há satisfação ideal possível, o sujeito pode fazer qualquer coisa, não precisando, pois, ficar sempre escravo deste ideal.

É justamente pelo fato de que não existe objeto adequado da pulsão que se abre a possibilidade de desejar, que se pode fazer outra coisa que não repetir. É desse ponto limite, é daí mesmo que o sujeito pode vir a desejar, porque o impossível, marcado como falta, impede o sujeito de se aproximar da busca pelo bem e o convoca a fazer de sua condição de sujeito, a única possível. O mesmo ponto que faz o sujeito repetir, portanto também pode fazê-lo desejar. O que decide a parada é a posição ética do sujeito diante deste ponto. Não existe outra condição para isso.

A psicanálise é uma oportunidade do sujeito se encontrar com o real que o constitui e não um encaminhamento das pulsões no sentido do bem. Ela leva o sujeito até a experiência do exílio em relação ao bem e mostra que o sujeito e o bem não têm nada em comum. Nesse sentido, a função analítica coincide com a operação de fazer o sujeito experimentar sua separação do bem. Porque enquanto o sujeito crê que sua ação

é empurrada por uma boa intenção e que as mazelas que vive referem-se ao não entendimento, ao descrédito ou à loucura provindos do Outro, continua girando no mesmo lugar, pois não se responsabiliza por seu próprio desconhecimento e loucura.

A Psicanálise vem afirmar que estamos sempre à mercê de algo que não tem nada a ver com o bem. O sujeito está em última instância sujeito ao real como impossível, ponto sem solução que lhe acomete. Do encontro com este ponto, o desejar pode advir, mas exigirá muito trabalho. O desejo é contingente, mas a abertura para o desejo não: ela depende do ato do sujeito. A pulsão instala um circuito, mas o ato pode causar um curto-circuito, um trajeto singular indireto que não seja orientado exclusivamente pela busca de satisfação. Desejar, portanto, é fazer valer essa diferença para além do trajeto previsto para a pulsão. Desejar é transgredir e a transgressão é imoral. É imoral, mas é ética. E a ética da psicanálise está em o sujeito sustentar o seu desejo, não ceder de seu desejo.

### **Conclusão: Considerações sobre responsabilidade e ética.**

“Se a análise tem um sentido, o desejo nada mais é do que aquilo que suporta o tema inconsciente, a articulação própria do que faz com que nos enraizemos num destino particular, o qual exige com insistência que a dívida seja paga, e ele torna a voltar, retorna e nos traz sempre de volta para uma certa trilha, para a trilha do que é realmente nosso afazer.” (LACAN, 1960a, p.383)

O sentido da análise, sua direção ética é o desejo. A análise faz retornar para o sujeito a trilha do que é realmente seu afazer, pois na medida em que o bem lhe é interdito - a felicidade é impossível e estamos todos destinados ao mal-estar - não resta ao sujeito outro bem senão “o que pode servir para pagar o preço ao acesso ao desejo” (LACAN, 1960a, p.385).

Mas se Freud inventa um dispositivo cuja direção é o desejo, é porque percebe que a tendência do psiquismo não é desejar. Freud se pergunta, por exemplo, por que é que o sujeito apresenta uma disposição para eleger o sofrimento e não o desejo? Ele reconhece que o neurótico empreende um trabalho exaustivo para fazer tudo funcionar sempre igual, previsivelmente; esforça-se para transformar algo que é absolutamente alteritário em algo cognoscível e controlável, objetivando anular os efeitos, que não são poucos, da alteridade sobre ele. O sujeito pode inclusive chegar ao ponto de querer anular a alteridade sexual no corpo. Entretanto, o sexual, isto é, a incidência da pulsão no corpo convoca o sujeito a desejar radicalmente, colocando o Outro em cena de uma maneira que ele não pode ser extirpado: o sujeito não pode prescindir do encontro com o Outro para experimentar o desejo sexual. A pulsão, portanto, é o indomável, é a força da qual não se pode fugir, é o impossível de anular porque diz respeito ao real que

constitui o sujeito e que acima de tudo o determina em suas ações.

Freud abordou e explorou as pulsões, partindo de uma experiência fundada na confiança no jogo de significantes, em seu jogo de substituições (LACAN, 1960a, p.115). Ele percebe rapidamente que só poderia ter algum acesso à pulsão a partir da própria linguagem, isto é, exercitando uma escuta que privilegiasse a dimensão do Simbólico. Ao ouvirmos de Lacan que a psicanálise trata o Real a partir do Simbólico, devemos ter em vista, que o Real de que se trata aqui, é o Real da pulsão. A operação analítica se faz justamente na acentuação desta dimensão do Real pulsional para o sujeito, mediante um trabalho com os significantes que definem aquele sujeito singularmente, pois é só passando pela determinação das amarras da cadeia significante, que se pode chegar ao ponto de indeterminação onde o sujeito se situa. A confiança depositada no jogo de significantes, reside no fato de que a dimensão da linguagem vai sempre deixar um resto que garante que o impossível que convoca o sujeito, nunca desapareça.

Mas o que é que o jogo de significantes realmente anuncia? Vimos que o significante, enquanto partícula da linguagem, não significa nada e não possui nenhum compromisso com sua conservação. O significante é puro gerador de diferença e é por isso que no plano do sujeito, seu único compromisso será com a pulsão; com a pulsão enquanto uma força diabólica que impele para a morte. O conceito de pulsão de morte demonstra esta ligação com o significante de forma radical, já que denuncia aquilo que é próprio da articulação significante, isto é, que os significantes articulam-se para nada. O significante nega a categoria da eternidade e é nesse sentido que ele dá ao sujeito um acesso à morte, porque “é no significante, e uma vez que o sujeito articula uma cadeia

significante, que ele [sujeito] sente de perto, que ele pode faltar à cadeia do que ele é.”  
(LACAN, 1960a, p. 354)

A pulsão dá mostras do primado da função significante, sobretudo porque sua realidade está em ela satisfazer-se mediante qualquer forma significante. A pulsão diz respeito, portanto, ao deslizamento incessante e permanente do sujeito na cadeia de significantes. O circuito pulsional advém da incidência de corte do significante e seu funcionamento, a partir daí, se dará a contrapeso do sentido, mas não sem a presença do significante. A pulsão depende do significante para realizar a descarga e chegar ao seu alvo, a satisfação, e isso ocorre porque o sujeito precisa endereçar-se ao Outro nesta empreitada, por não conseguir completá-la sozinho, só podendo fazê-lo através do significante. O sujeito, portanto, libidiniza isso que é perda, desamparo, separação, corte, características da incidência da linguagem sobre ele.

Lacan assinala como dissemos no terceiro capítulo, que se antes existia uma alma no mundo, Freud vai mostrar com a psicanálise que o mundo, incluindo o diabo, reside no corpo, na libidinização do corpo, indicativa da presença do Outro. O sujeito que repete situações desprazerosas, punindo a si mesmo e não foge à busca da satisfação pulsional nem neste momento, dá mostras deste diabólico incorporado. E o diabólico demonstra no fim das contas, a força da articulação significante porque é só através desta que ele pode vir a satisfazer-se, seja de que jeito for. É do significante, portanto que o sujeito goza. Mas vimos que é também da abertura promovida pelo significante, mais especificamente pelos intervalos entre um significante e outro, que o sujeito poderá vir a desejar.

A pulsão, portanto, traz para a cena tanto o real da linguagem, quanto o real do

sexual que está em jogo para o sujeito. E é o real que vai solicitar do sujeito uma resposta frente ao conflito aí estabelecido por ele. Freud nos mostra nos “Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905), que os efeitos da aventura libidinal podem ser a fixação, a perseverança, o gozo, mas também a responsabilidade e o comprometimento<sup>17</sup>. Porque é o próprio ponto de gozo que chama o sujeito e continua convocando-o sempre a se comprometer. O que há da passagem de uma fase da libido a outra, por exemplo, não é nunca da ordem do ganho ou do crescimento, mas sim de um impasse no qual o sujeito será chamado a tomar lugar, a responder. É nesse sentido que a psicanálise resiste a ser assimilada pelo que Lacan chama de ‘pastoral’<sup>18</sup>, porque o real da pulsão a cada movimento faz restar um ponto de lesão, uma incompletude que causa o sujeito.

Lacan vai pontuar que o que justifica a práxis analítica é o fato de que sujeito mantém com essa incompletude uma relação passional, sintomática. Este foi o ponto de partida e será também o ponto de conclusão deste trabalho que objetivou tratar da relação do sujeito com o impossível: a ligação da pulsão com o escoamento dos significantes. Já vimos que a energética de Freud indica que a pulsão está comprometida pelo jogo significativo. E vimos também que Freud afirma que a pulsão é muito mais do que uma simples energia que move o aparelho; ela é a prova da afetação do sujeito pelo impossível da linguagem, no plano do *pathos*, da patologia.

---

<sup>17</sup> Freud utiliza neste texto dois termos correlatos em alemão: *Fixierbarkeit e Haftbarkeit*, o primeiro querendo dizer fixação e o segundo perseverança, mas com uma outra ressonância, querendo dizer responsabilidade, comprometimento. Ver LACAN, 1960, p.112.

<sup>18</sup> A idéia da pastoral refere-se a um retorno à natureza, uma esperança colocada sobre a natureza, que defende, dentre outras coisas que o que leva ao equilíbrio normativo é a maturação dos instintos. Lacan é cético em relação a este ideal de busca de uma moral natural. A dimensão da pastoral está sempre presente e se coloca como um recurso ao mal-estar na civilização, mas Lacan assinala que é fundamental que os analistas redescubram esta dimensão e seu sentido porque a psicanálise é antinômica a pastoral e é com isso que uma análise joga. Ver LACAN, 1960, p.112, 113.

Se o que o encontro do sujeito com o real da linguagem traz como consequência é a instauração da dimensão pulsional no corpo do sujeito e se o sujeito não pode ser outro senão o sujeito da pulsão, definiremos agora a pulsão como a ética do significante em vigor afirmando que o psicanalista só pode operar com esta ética. A única coisa que a Psicanálise pode propor é uma abertura ao significante, sem colar a ele um sentido imediato. Porque o sentido faz com que se perca completamente a dimensão da pulsão e do sujeito. A dimensão do significante é esta dimensão outra que não tem nenhuma referência positiva e que permite que através dela, a psicanálise possa dar lugar ao indomável da pulsão, ao real como impossível de dominar, podendo vir a articular, com a participação em ato do sujeito, algo da ordem de seu desejo.

Falamos de participação em ato do sujeito porque apesar de ser causado pelo diabólico da pulsão, o desejo é pura responsabilidade do sujeito. Decerto que a pulsão é o ponto limite, é o irreduzível, porque jamais pode ser inteiramente satisfeita. É entre a satisfação pretendida e a encontrada, na relação oblíqua com a linguagem, com aquilo que nos causa, é nessa diferença que se encontra *das Ding*, o objeto que pode vir a ser causa do desejo. A articulação do significante impõe a necessidade de o sujeito sustentar o vazio. Mas isto não quer dizer que o vazio seja sustentado pelo significante em si. A hiância, o vazio só pode ser sustentado pelo sujeito, por seu posicionamento contingente diante do significante. A proposta da psicanálise é que para haver vida de sujeito, um certo vazio precisa vigorar. E se este átimo é posto pela própria pulsão, tratar-se-á para o sujeito de lidar com o fato de que este átimo exerce um efeito sobre ele, do qual ele não pode sair ileso. O sujeito precisa pagar um preço, uma libra de carne pelo corte que o constituiu, para continuar se exercendo enquanto sujeito.

O ato de desejar não se relaciona diretamente ao objeto obturante, mas ao posicionamento do sujeito diante deste objeto. A ‘pastoral’, por exemplo, ao invés de contornar *das Ding*, quer encobri-la ou recuperá-la, mas para isso precisará desconsiderar o Outro. Contudo, a posição de sujeito depende em primeiro lugar, que alguém o tome como sujeito, ou seja, que o sujeito se coloque como sujeito para o Outro. Dito de outra maneira, para que o sujeito apareça como tal, ele não pode desconsiderar a existência e, principalmente, a incidência do Outro. Nesse sentido, a psicanálise propõe que o analista se ofereça de um lugar que não propicie um pacto com o diabólico da pulsão, mesmo que a análise precise girar em torno desse impossível de dominar e das incidências e conseqüências da intensidade da pulsão. É aí que reside a dificuldade de manejo: no inesperado e inantecipável da pulsão. No entanto, o analista não pode abrir mão de uma direção: a transferência; sem ela o analista não se situa na psicanálise. A transferência é o único veículo que permite que o sujeito possa estar presente numa análise depositando ali seus significantes, através da inclusão do analista em seu circuito pulsional. E só assim, isto é, através de seu discurso é que haverá alguma possibilidade de circunscrição do gozo.

É necessário então que o analista coloque-se num lugar específico que possa promover uma abertura que chame o sujeito a responsabilizar-se. Mas o analista não pode ir além de chamar, convocar, porque a responsabilidade em psicanálise é a responsabilidade do sujeito em ato. Lacan escreve em “A Ciência e a Verdade” (1965), uma frase bastante contundente e audaciosa. Ela diz: “Por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis.” E em seguida complementa: “Que chamem a isso como quiserem, terrorismo”. (LACAN, 1965, p.873) O terrorismo de que fala Lacan está

presente na radicalidade de seus ditos, porque o que ele afirma é que o sujeito é sempre responsável por sua posição de sujeito, ou seja, por algo que ele absolutamente não controla, que não é previsível e não depende de sua intencionalidade, mas que apesar de tudo isso, é a *sua* condição de sujeito e não a condição de outro.

Freud já afirmara em ‘Algumas notas adicionais sobre a interpretação dos sonhos’ (1925), que a interpretação dos sonhos comprova a existência e força de uma natureza má na deformação dos sonhos e nos sonhos de punição e de angústia. Ele aponta que isto que o sujeito repudia no sonho não apenas ‘está’ nele, mas vez e outra ‘age’ dele para fora. E finalmente conclui que: “Obviamente, temos de nos considerar responsáveis pelos impulsos maus dos próprios sonhos. Que mais pode-se fazer com eles?”(FREUD, 1925, p. 147) Sua experiência clínica demonstra que mesmo que o sujeito não assuma realmente essa responsabilidade, termina sendo compelido a ela.

A análise deve através da transferência, fazer vigorar as leis que regem a relação do sujeito com o Outro, que não são nada igualitárias ou justas. É esta falta de igualdade, esta diferença que faz a todo o tempo o sujeito lembrar-se de que ele é sujeito. O desejo que o constitui, que é em última instância, o desejo do Outro, impede que ele se veja em algum momento com todo o dever cumprido e, assim, está fadado a sempre encontrar com sua condição desejante. Neste encontro está sempre implícito que o ato de submeter-se ao desejo, não coincide em nenhuma hipótese com estar do lado do bem. É por essa razão que uma análise não reduz seu sucesso a uma possível resolução do sintoma ou a um estado de conforto do sujeito; pelo contrário, uma análise garante para o sujeito que o bem não se confunde com aquilo que ele almeja, na medida em que o analista está confrontado com a dimensão de precariedade da vida neurótica. Esta é a

questão que se coloca para o neurótico: como posso responsabilizar-me por essa precariedade que vive em mim?

Na abertura de seu primeiro seminário (1953a), Lacan indica que “O ponto a que conduz o progresso da análise, o ponto extremo da dialética do reconhecimento existencial, é - Tu és isto.” (LACAN, 1953a, p. 11) Podemos pensar com esta afirmação que não bastaria que o sujeito apenas ouvisse o ‘tu és isto’, porque de alguma maneira é o que escutamos a toda hora e tentamos recalcar. O sujeito que chega a uma análise, chega intrigado com esse imperativo. Ele chega, na verdade, com uma ligeira impressão de que ‘ele é isto’, mas que alguém em algum lugar deve ser uma outra coisa, deve ser ‘aquilo’, por exemplo. Ele acredita, inclusive, que o analista deve saber a solução, uma fórmula mágica para sair de sua condição de ‘isto’. O ponto de progresso de uma análise não consistiria, portanto em o sujeito ouvir este “Tu és isto”, mas em o sujeito reconhecê-lo, ou seja, admiti-lo como certo, confessá-lo. Lacan nos diz, logo em seguida, porém que este ideal de progresso de análise não pode ser nunca atingido. O fato é que se isto ocorresse, seria o verdadeiro fim do sujeito; teríamos, enfim, um objeto e não mais um sujeito.

Decerto que o analista deve intervir através dos significantes trazidos pelo próprio paciente para manter o ‘Tu és isto’, porque é só como ‘isto’, ou seja, partindo da aceitação de sua condição objetal, de ser causado e determinado por algo que lhe é externo, que o sujeito pode extrair as conseqüências éticas desse imperativo e vir a ser sujeito, sujeito desejante. No entanto, o que determina o sujeito é que ele é sujeito e não um objeto. É por isso que o ideal da análise de que Lacan fala, nunca é de fato completamente atingido: porque sempre restará algo de gozo. O desejo, inclusive, só

pode realizar-se com uma parcela de gozo.

O ideal da análise, Lacan acrescenta em seguida, “não é o domínio completo de si, a ausência de paixão.” (LACAN, 1953a, p.11) Pelo contrário o progresso de uma análise só pode conduzir um sujeito a experimentar a ausência de domínio sobre si, a falta de mestria e conhecimento sobre o que lhe acomete, o encontro com o impossível. Se o sujeito é assujeitado pelo real do significante, mais propriamente pelo real da pulsão e responde a isto com um movimento que o compele a repetir, é porque é um sujeito marcado pelo *pathos*, sujeito que se faz presente pela paixão. E a fala de Lacan continua, dizendo que o ideal da análise “É tornar o sujeito capaz de sustentar o diálogo analítico, de não falar nem muito cedo, nem muito tarde”.

Este ‘não falar nem muito cedo, nem muito tarde’ indica uma medida precisa que não se refere a algo da ordem de um equilíbrio, como propunha Aristóteles em sua busca pela moral, mas a uma temporalidade que é lógica. Uma análise define-se, portanto, por um deixar-se tomar pela lógica do inconsciente, o que inclui a passagem por certas escansões temporais. A implicação subjetiva no processo de análise pode ser vista como um ponto de partida que conduz a uma certa tomada de responsabilidade do sujeito com relação ao seu sintoma que é o que o leva a buscar uma análise. O sujeito passa a se localizar, a se identificar no sintoma, assim como produz sintomas enlaçados ao analista através da transferência. É só num terceiro tempo, que o sujeito pode vir a se responsabilizar por seu desejo e por sua condição de sujeito do inconsciente. Lembrando que este tempo de responsabilidade é imprevisível, só podendo advir em ato, mediante uma certeza antecipada.

O grande paradoxo que se instala aqui é que é a repetição, o diabólico da pulsão

e não outra coisa, que faz este tempo correr. O sujeito é o que resiste, é a inércia e a garantia do mal-estar, é a expressão da dominação pela pulsão de morte, é a fuga do encontro com o real. O que se coloca como impossível para o sujeito numa análise, é justamente sair da repetição. Não obstante sua decisão de fazer outra coisa, malgrado seus esforços, sua vontade de acertar, o sujeito se vê voltando sempre ao mesmo lugar, repetindo sempre a mesma coisa, fixado ao mesmo ponto. Este comando que vem de fora e que lhe diz que a satisfação total e completa é inatingível, o sujeito tende a não aceitá-lo, e a agir como se o impossível fosse algo da ordem de uma impotência. O sujeito imaginariamente acredita que se ele não consegue obter sua satisfação é porque lhe falta alguma coisa; mas isto que lhe falta, outro alguém deve possuir.

O que a psicanálise concede como resposta é que não se chega ao inamovível do real sem um trabalho da própria repetição de confrontar vez a vez o sujeito com o real. A operação analítica é um trabalho de desbastamento do imaginário pela faca do significante. Como Lacan assinala, o discurso analítico só pode progredir por esse limite estreito, por esse corte de faca.<sup>19</sup> Chegar ao não-sentido através do sentido, exige muito trabalho. Da parte do analista é um trabalho de suportar a transferência, sem abstrair dela, dispondo-se para que a trama significante se faça com ele no meio sem, no entanto, ceifá-la. Sobre isso, Lacan afirma em seu escrito “Subversão do sujeito e dialética do desejo” (1960b):

“Esse corte da cadeia significante é único para verificar a estrutura do sujeito como descontinuidade do real. Se a lingüística nos promove o significante, ao ver nele o determinante para o significado, a análise revela a verdade dessa relação, ao fazer dos furos do sentido os determinantes de seu discurso.” (LACAN, 1960b, p.815)

---

<sup>19</sup> Lacan, 1972, p. 10

Ele diz que é por essa via que se cumpre o imperativo freudiano do *'Wo Es war, soll Ich werden'*<sup>20</sup> Dito de outra maneira: só há desejo se um sujeito aparece no circuito pulsional sustentando esse corte do significante, que é justamente a sua determinação. Só há responsabilidade quando a questão da incidência da linguagem está posta para o sujeito. O aparecimento do sujeito é a ratificação dessa perda: ele só pode surgir como sujeito desejante, se consente, se toma lugar nas conseqüências que esta perda lhe impõe. É daí que podemos falar de responsabilidade: do lugar de onde o sujeito se apaga, enquanto Eu dotado de saber e consciência, para que em seu lugar Isso seja. Trata-se, portanto, de dizer Eu, ali onde Isso é. É uma decisão ética do sujeito que garante a realização pontual do desejo ali onde Isso estava.

A responsabilidade é uma resposta ética do sujeito, como sujeito desejante. Lembrando que o desejo deve permanecer numa relação fundamental com a morte, na medida em que a realidade do sujeito está no fato de que, no encontro com o real como impossível, ele é sempre tomado por um desarvoramento absoluto e mortífero. A responsabilidade é o ato que confirma, só a posteriori, aquilo que o sujeito foi por ter conseguido ceder à tentação de imputar seu ato ao Outro. Não ceder à tentação, é neste sentido, não ceder de seu desejo, ato ético por excelência. A responsabilidade é, para concluir, a resposta possível no campo do sujeito ao impossível que não pára de não se escrever<sup>21</sup> e no qual a psicanálise aposta. A psicanálise aposta no seu próprio fracasso diante do impossível assim como no fracasso de todo sujeito.

---

<sup>20</sup> Traduzido em português por "Lá onde o Isso era, Eu devo advir".

<sup>21</sup> Ver LACAN, J. O Seminário 20 Mais, ainda, 1973, p.198.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA-MOURA, Fernanda. “Pai não vêes que estou queimando?”- encontro com o real entre o sonho e o despertar. em **Revista Tempo Freudiano**. Rio de Janeiro, no. 1, 2000.
- DIDIER-WEILL, A.; GRAVAS, F. **Quartier Lacan: testemunhos**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007.
- ELIA, Luciano. Uma Ciência sem coração. em **Ágora Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, 1999.
- FERNANDES, Francisco Leonel. Sujeito e Linguagem em **Letra Freudiana. Colóquio de Psicanálise e Filosofia** . Rio de Janeiro, Ano XVI, n. 22, Revinter, 1997.
- FREUD, S. (1893a) **Charcot** em *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (E.S.B.)*, v.III, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1893b) **Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos**. em *E.S.B.* v.III, Rio de Janeiro: Imago 1996.
- \_\_\_\_\_ (1893-1895a) **Estudos sobre a histeria**. em *E.S.B.*, v.II: Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1950[1895b]) **Projeto para uma psicologia científica**. em *E.S.B.*, v.I : Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1897) **Carta 69**. em *E.S.B.*, v. I, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1899) **Lembranças encobridoras**. em *E.S.B.*, v.III, Rio de Janeiro: Imago,

1996.

\_\_\_\_\_(1900) **A interpretação dos sonhos.** em *E.S.B.*, v. IV e V, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_(1905[1901]) **Fragmento da análise de um caso de histeria.** em *E.S.B.*, v.VII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_(1905) **Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** em *E.S.B.*, v.VII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_(1905) **Os chistes e sua relação com o inconsciente.** em *E.S.B.*, v.VIII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_(1911-1915 [1914]) **Artigos sobre técnica,** em *E.S.B.*, v. XII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_(1912) **A dinâmica da transferência.** em *E.S.B.*, v.XII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_(1914) **Recordar, Repetir e Elaborar.** em *E.S.B.* v.XII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_(1915) **A Pulsão e seus destinos.** em *E.S.B.*, v.XIV, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_(1919a) **O ‘estranho’.** em *E.S.B.*, v.XVII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_(1919b) **‘Uma criança é espancada’ Uma contribuição ao estudo das perversões sexuais.** em *E.S.B.*, v.XVII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_(1920) **Além do princípio do prazer.** em *E.S.B.*, v.XVIII, Rio de Janeiro:

Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ (1923) **O ego e o id.** em *E.S.B.*, v.XIX, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ (1924) **O problema econômico do masoquismo.** em *E.S.B.*, v.XIX, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ (1925) **Algumas notas adicionais sobre a interpretação dos sonhos** em *E.S.B.*, v.XIX, Rio de Janeiro: Imago, 1996

\_\_\_\_\_ (1930[1929]) **O mal-estar na civilização.** em *E.S.B.* v.XXI, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ (1937) **Análise Terminável e Interminável.** em *E.S.B.*, v.XXIII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ (1940[1938]) **Algumas lições elementares de psicanálise.** em *E.S.B.*, v.XXIII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

JURANVILLE, A. (1984) **Lacan e a Filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

LACAN, J. (1945) **O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada.** em *Escritos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998

\_\_\_\_\_ (1953a-1954a) **O Seminário, Livro 1: Os escritos técnicos de Freud.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

\_\_\_\_\_ (1953b) **Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise.** em *Escritos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998

\_\_\_\_\_ (1954b-1955a) **O Seminário, Livro 2: O eu na teoria de Freud e na**

- técnica da psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- \_\_\_\_\_ (1955b) **A coisa freudiana ou Sentido do retorno a Freud em Psicanálise.** em *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- \_\_\_\_\_ (1955c-1956a) **O Seminário, Livro 3: As psicoses.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- \_\_\_\_\_ (1956b-1957a) **O Seminário, Livro 4: A relação de objeto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- \_\_\_\_\_ (1957b-1958a) **O Seminário, Livro 5: As formações do inconsciente.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999.
- \_\_\_\_\_ (1957c) **A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud.** em *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- \_\_\_\_\_ (1958b) **A significação do falo. Die Bedeutung des Phallus.** em *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- \_\_\_\_\_ (1959-1960a) **O Seminário, Livro 7: A ética da psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.
- \_\_\_\_\_ (1960b) **Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano.** em *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- \_\_\_\_\_ (1962-1963) **O Seminário, Livro 10: A angústia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- \_\_\_\_\_ (1964a) **O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998

- \_\_\_\_\_ (1964b) **Ato de fundação.** em *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- \_\_\_\_\_ (1964c) **Do “Trieb” de Freud e do desejo do psicanalista.** em *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- \_\_\_\_\_ (1965) **A Ciência e a Verdade.** em *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- \_\_\_\_\_ (1967) **Lugar, origem e fim do meu ensino.** em *Meu Ensino*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006.
- \_\_\_\_\_ (1969-1970) **O Seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.
- \_\_\_\_\_ (1973a) **Televisão.** em *Outros Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- \_\_\_\_\_ (1972-1973b) **O Seminário, Livro 20: Mais, ainda.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985
- \_\_\_\_\_ (1978) **Conclusões: Congresso sobre a transmissão** em **Documentos para uma Escola II- Lacan e o Passe.** Rio de Janeiro: Letra Freudiana, Ano XIV- No. 0, 1995.

LINSPECTOR, C. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p.175.

LO BIANCO, Anna Carolina. Sobre as bases dos procedimentos investigativos em psicanálise em **Psico-USF Revista Semestral da Área de Psicologia da Universidade de São Francisco.** v.8, no. 2, Julho/Dezembro 2003.

\_\_\_\_\_ **Para encaminhar a relação psicanálise-religião: a reforma luterana.** Trabalho apresentado em Colóquio interno ao programa de Pós-Graduação em Teoria psicanalítica a ser publicado brevemente, 2007.

MELMAN, C. **O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço.** Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2003.

MILLER, J.A. **Matemas I**. Buenos Aires: Ediciones Manantial S.R.L., 1987.

\_\_\_\_\_ **Matemas II**. Buenos Aires: Ediciones Manantial S.R.L., 1988.

SAUSSURE, F. (1916) **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 9ª.  
Ed., s/d.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)